ÍNDICE

MÓDULO 5 - Planejamento 5-1

5.1 - Histórico do Planejamento 5-1

5.2 - Avaliação Estratégica da Unidade de Conservação 5-2

5.3 - Objetivos Específicos e Normas Gerais de Manejo da Unidade de Conservação 5-7

5.3.1 - Objetivos específicos 5-7

5.3.2 - Normas gerais 5-7

5.4 - Zoneamento 5-8

5.4.1 - Critérios 5-8

5.4.1.1 - Critérios físicos mensuráveis 5-9

5.4.1.2 - Critérios indicativos de singularidade 5-9

5.4.2 - Entorno e Zona de Amortecimento 5-9

5.4.3 - Descrição das zonas da UC 5-17

5.4.3.1 - Zonas de nenhuma ou baixa intervenção 5-17

5.4.3.2 - Zona de médio grau de intervenção 5-25

5.4.3.3 - Zona de alto grau de intervenção 5-46

5.5 - Áreas Estratégicas 5-63

5.5.1 - Áreas Estratégicas Internas (AEI) 5-67

5.5.1.1 - Cachoeira Sete Quedas e Furna da Onça (AEI 1) 5-67

5.5.1.2 - Caledônia (AEI 2) 5-71

5.5.1.3 - Pedra do Faraó (AEI 3) 5-77

5.5.1.4 - Valério (AEI 4) 5-81

5.5.1.5 - Antigo Leito Ferroviário (AEI 5) 5-85

5.5.1.6 - Três Picos (AEI 6) 5-89

5.5.1.7 - Jacarandá (AEI 7) 5-101

5.5.1.8 - Vale da Revolta (AEI 8) 5-105

5.5.2 - Áreas Estratégicas Externas (AEE) 5-109

5.5.2.1 - Paraíso (AEE 1)..... 5-109

5.5.2.2 - Guapiaçu (AEE 2) 5-117

5.5.2.3 - Canoas (AEE 3)..... 5-125

5.5.2.4 - Macaé de Cima (AEE 4)..... 5-131

5.6 - Planos Setoriais 5-137

5.6.1 - Plano Setorial de Conhecimento 5-137

5.6.1.1 - Programa de Pesquisa..... 5-137

5.6.1.2 - Programa de Monitoramento Ambiental 5-139

5.6.2 - Plano Setorial de Uso Público 5-141

5.6.2.1 - Programa de Visitação e Turismo Sustentável..... 5-141

5.6.2.2 - Programa de Interpretação Ambiental 5-143

5.6.2.3 - Programa de Recreação / Contemplação..... 5-144

5.6.2.4 - Programa de Ecoturismo/Montanhismo 5-144

5.6.2.5 - Programa de Educação Ambiental para a UC..... 5-145

5.6.2.6 - Programa de Áreas Dedicadas a Atividades Religiosas 5-146

5.6.3 - Plano Setorial de Integração com a Região da UC 5-146

5.6.3.1 - Programa de Relações Públicas..... 5-146

5.6.3.2 - Programa de Incentivo as Alternativas de Desenvolvimento..... 5-147

5.6.3.3 - Programa de Educação Ambiental voltado para o Entorno da UC 5-148

5.6.4 - Plano Setorial de Manejo dos Recursos Naturais..... 5-149

5.6.4.1 - Programa de Manejo de Fauna 5-149

5.6.4.2 - Programa de Manejo de Flora 5-150

5.6.4.3 - Programa de Manejo de Bacias Hidrográficas 5-151

5.6.4.4 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas 5-152

5.6.5 - Plano Setorial de Proteção Ambiental 5-152

5.6.5.1 - Programa de Fiscalização 5-153

5.6.5.2 - Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais 5-154

5.6.5.3 - Programa de Vigilância Patrimonial 5-154

5.6.6 - Plano Setorial de Operacionalização 5-154

5.6.6.1 - Programa de Administração e Manutenção..... 5-155

5.6.6.2 - Programa de Infraestrutura e Equipamentos..... 5-166

5.6.6.3 - Programa de Regularização Fundiária..... 5-170

5.6.6.4 - Programa de Cooperação Institucional..... 5-171

5.6.6.5 - Programa de Sustentabilidade da UC..... 5-171

5.7 - Cronogramas Físico e Financeiro..... 5-174

Lista de Quadros

Quadro 5-1 - Matriz de Análise Estratégica 5-3

Quadro 5-2 - Planos Setoriais 5-137

Quadro 5-3 - Área de atuação dos núcleos 5-157

Quadro 5-4 - Proposta de quadro funcional da Unidade. 5-162

Quadro 5-5 - Proposta de quadro funcional por unidade administrativa – qualitativo e quantitativo. 5-164

Quadro 5-6 - Cronograma físico 5-175

Lista de Figuras

Figura 5-1: Reunião do Conselho Consultivo do PETP..... 5-2

Figura 5-2: Posto de Fiscalização no Jacarandá..... 5-101

Figura 5-3: Entrada EEE Paraíso. 5-110

Figura 5-4: Auditório do Centro de Visitantes..... 5-110

Figura 5-5: Vista da Reserva Ecológica do Guapiaçú que adentra os limites do PETP. 5-117

Figura 5-6: Recepção do Espaço Compartilharte..... 5-126

Figura 5-7: Centro Cultural do Espaço Compartilharte..... 5-126

Figura 5-8: Paróquia de São Cristóvão Mártir. 5-132

Figura 5-9: “Prainha” próxima aos limites do PETP. 5-132

Figura 5-10: Proposta de organograma da estrutura administrativa do PETP..... 5-157

Figura 5-11: Esquematização proposta das principais estruturas da UC por núcleo..... 5-170

Figura 5-12: Mecanismos propostos para a administração da cobrança de ingressos. 5-173

MÓDULO 5 - PLANEJAMENTO

5.1 - HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO

O Parque Estadual dos Três Picos foi criado pelo Decreto Estadual nº 31.343, de 5 de junho de 2002, passando desde então a existir oficialmente. O seu Plano de Manejo foi elaborado e publicado em Portaria do IEF/RJ/PR nº 193 em 26 de dezembro de 2006. Entretanto, notou-se que o Parque deveria possuir um planejamento diferenciado em relação às ações previstas naquele Plano, em função da dinâmica dos aspectos sociais e potencialidades associadas ao uso público, bem como aos projetos e alternativas de sustentabilidade ligadas aos serviços ambientais disponíveis.

O plano apresentava um zoneamento mais voltado para a conservação, com base na aplicação da metodologia de análise multicritério (Jamel, *et al*., 2007), que resultou em dois mapas indicativos das áreas mais apropriadas para visitação e das áreas prioritárias para conservação. Um terceiro mapa, derivado por álgebra de mapas dos dois primeiros, foi utilizado como indicativo das áreas de maior conflito potencial entre os objetivos de uso definidos.

Embora essa metodologia tenha se mostrado bastante eficaz e aplicável, o planejamento proposto deixou aspectos sociais e potencialidades associadas ao uso público subaproveitados, subtraindo do Parque, inclusive, alternativas de sustentabilidade ligadas aos serviços ambientais disponíveis. Somando-se a isso, foi desenvolvido pelo INEA um roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo de unidades de conservação do grupo de proteção integral do Estado, o qual propõe um modelo de zoneamento com tipologias diferentes das apresentadas anteriormente, fazendo-se necessária a adaptação do modelo anterior.

Nesse sentido, foram aproveitados os mapas gerados como indicativos de conservação, visitação e conflitos, para serem adaptados e aperfeiçoados com a participação de representantes do Conselho Consultivo, representantes das comunidades do entorno e equipe técnica do INEA. Desse trabalho conjunto foi definido o zoneamento atualmente proposto. Em relação aos planos setoriais, foram aproveitadas as recomendações propostas no documento anterior para compor, juntamente com as contribuições dos atores sociais, através dos resultados dos DRPs aplicados, os planos setoriais do documento atual.

5.2 - AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Com o objetivo de obter uma análise da situação geral do PETP, através da definição de fatores internos e externos, que impulsionam ou dificultam a consecução dos objetivos para os quais esta foi criada, foi realizada a Oficina de Planejamento Participativo com o Conselho Consultivo do Parque visando a formulação de um plano de ação coerente com a realidade institucional, entretanto, sem perder de vista os benefícios das ferramentas do planejamento no tocante às ações previstas para médio e longo prazos. Na oficina, foram definidos elementos dos cenários interno e externo, sob o ponto de vista do Planejamento Estratégico, quais sejam os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças à Unidade. Essas informações foram selecionadas através de análise estratégica, que teve como base de dados os resultados dos DRPs realizados anteriormente na comunidade de Salinas e região de Cachoeiras de Macacu, considerando a gravidade, urgência ou relevância para a UC, segundo os participantes da oficina. Obtidos esses elementos, foram definidas as forças impulsoras (pontos fortes *versus* oportunidades) e forças restritivas (pontos fracos *versus* ameaças), e estabelecidas, pelos participantes, as propostas de ações (premissas), conforme mostra o **Quadro 5-1**.

Estiveram presentes nesta oficina 11 membros do conselho gestor e 4 membros da administração do PETP (**Figura 5-1**). Durante a oficina foram criados grupos de trabalho com as diferentes temáticas (conhecimento, uso público, educação ambiental, manejo de recursos naturais, proteção ambiental e operacionalização). Os grupos analisaram os temas e ações propostas sob forma de plenárias visando a sua validação.

Figura 5-1: Reunião do Conselho Consultivo do PETP.

Quadro 5-1 - Matriz de Análise Estratégica

FORÇAS RESTRITIVAS	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
	Pontos Fracos	**Ameaças**	**Defensivas ou de Recuperação**
Conhecimento		1. Falta de pesquisa aplicada para gestão da UC.	1. Detectar as áreas com maiores riscos e ameaças para a biodiversidade dentro do Parque.
Uso Público	1. Precariedade da estrutura administrativa de uso público quanto ao planejamento, desenvolvimento de projetos e roteiros de visitação e a escassez de recursos materiais e humanos. 2. Insuficiência de sinalização e informações no Parque, sobre atrativos e potencial turístico para atender ao público em geral.	2. A não valorização do potencial ecoturístico da UC: a falta de material de divulgação, de informação e infraestrutura.	
Educação Ambiental	3. Ausência de esclarecimentos sobre os objetivos de criação do Parque e ausência de orientação sobre as normas de uso de sua zona de amortecimento. 4. Ausência de espaço cultural com o objetivo de resgatar crenças e costumes da região. 5. Poucos recurso e disponibilidade para um trabalho de educação ambiental mais eficaz e constante, incluindo a falta de uma coordenação de educação ambiental no PETP.	3. A carência de educação ambiental nas escolas e comunidades. 4. Falta de projetos alternativos de atividades economicamente sustentáveis na zona de amortecimento do Parque.	2. Buscar parcerias para realização de projetos de conscientização e capacitação de produtores para práticas sustentáveis (por exemplo: sistemas agroflorestais, permacultura) na zona de amortecimento da UC. 3. Integrar a educação ambiental às ações de fiscalização.

FORÇAS RESTRITIVAS	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
	Pontos Fracos	**Ameaças**	**Defensivas ou de Recuperação**
Manejo dos Recursos Naturais	6. Existência de espécies exóticas que representam ameaça a biodiversidade local.	5. Atividades comerciais (passivos continuados) que não geram benefício à UC, exemplo: exploração de água mineral, captação de água pela CEDAE, antenas instaladas, etc.	4. Planejar e executar projeto para recuperação das áreas degradadas nos limites do PETP. 5. Disciplinar as captações de água nos limites da UC, estabelecendo critérios e contrapartidas previstas em dispositivos legais.
Proteção Ambiental	7. Precariedade da estrutura de fiscalização: falta de recursos humanos e materiais, fiscalização desacompanhada de orientação e presença de caçadores e extrativismo legal.	6. Uso intensivo e/ou descontrolado, em alguns casos, de agrotóxicos na zona de amortecimento da UC. 7. Especulação imobiliária no entorno provocando pressão na UC. 8. A atividade pecuária e o uso do fogo nas pastagens.	6. Capacitação e apoio institucional para os guardiões da UC e capacitação para guardiões comunitários, incluindo a formação de guardas-mirins. 7. Criar programas educacionais de prevenção voltados ao desmatamento, ao extrativismo de palmito e ao tráfico de animais silvestres, incluindo a criação de um disque-denúncia.
Operacionalização	8. Recursos deficientes para atender a grande área de responsabilidade da administração do PETP (infraestrutura logística, pessoal e financeira). 9. Inexistência de cadastro de instituições e pessoas potencialmente parceiras. 10. Desconhecimento dos limites físicos do Parque pela população.	9. Falta de integração das diretrizes de gestão do Parque com os Planos Diretores dos municípios do entorno.	8. Adquirir equipamentos (viaturas, aparelho de comunicação, material cartográfico, etc.); 9. Realizar a delimitação física do PETP criando condições de visibilidade dos seus limites para as comunidades. 10. Aumentar o quadro de fiscais na UC, implantar placas de informação pelo PETP, dotar os núcleos de boa infraestrutura criando outros centros de visitantes e realizar a instalação de guaritas.

FORÇAS IMPULSORAS	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
	Pontos Fortes	**Oportunidades**	**Ofensivas ou de Avanço**
Conhecimento	1. Excelente estado de conservação e oferta de serviços ambientais. 2. Potencial para pesquisa.	1. Interesse de instituições e pesquisadores em desenvolver pesquisas na UC e na sua zona de amortecimento.	1. Estabelecer convênios a fim de incentivar a realização de pesquisas aplicadas sobre: monitoramento da qualidade do ar devido às atividades previstas para o COMPERJ, temas histórico-culturais, métodos alternativos de produção agrícola para a ZA, capacidade de carga das trilhas, endemismos, a onça-parda e recursos hídricos. 2. Criar banco de dados para conhecimento da UC e entorno sobre pesquisas realizadas e em andamento.
Uso Público		2. A existência de serviços turísticos na zona de amortecimento do Parque. 3. A presença de estradas-Parque, facilitando as vias de acesso.	3. Investir na infraestrutura de uso público possibilitando a cobrança de taxa de visitação e aplicação desse recurso conforme estabelecido no Art. 35 da lei 9.985/00 visando a sustentabilidade da UC. 4. Desenvolver e implementar plano de comunicação para divulgação de atrativos e serviços turísticos através de *site*, *folders*, *banners*, material audiovisual, etc. 5. Apoiar os circuitos turísticos, considerando contextos histórico, ecológico e cultural e criar roteiro interpretativo de trilhas. 6. Apoiar projetos de geração de emprego e renda com bases sustentáveis para as populações locais, incluindo capacitação para o turismo ecológico voltado para realidade regional.

FORÇAS IMPULSORAS	AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
	Pontos Fortes	**Oportunidades**	**Ofensivas ou de Avanço**
Educação Ambiental	3. A natureza preservada. 4. Boa vontade por parte da atual gestão do INEA para dialogar com as comunidades. 5. Preservação e conservação dos recursos naturais e consequente melhoria da qualidade de vida.	4. A participação e a consciência da sociedade civil organizada colaborando para a boa gestão do Parque. 5. Potencial de implementação de sistemas agroflorestais na zona de amortecimento do Parque. 6. Potencial para sustentabilidade regional através do ecoturismo. 7. A riqueza histórico-cultural das regiões representadas no PETP.	7. Criar centros de informação e calendário de eventos, incluindo o Dia do Parque, para que as comunidades participem e sejam informadas das atividades pelo PETP.
Manejo dos Recursos Naturais	6. Presença de espécies ameaçadas de extinção ou raras (onça, muriqui, gavião - pega -macaco, entre outras).		8. Apoiar projetos de implantação de florestas para exploração econômica na zona de amortecimento do Parque.
Proteção Ambiental	7. A existência de um Plano consolidado de Prevenção e Combate a Incêndios florestais.		
Operacionalização	8. Boa infraestrutura no núcleo de Cachoeiras de Macacu. 9. Os funcionários do Parque são da comunidade, conhecem bem a realidade local. 10. A previsão para construir o núcleo de Silva Jardim, para consolidar a presença do PETP nos 5 municípios.	8. As cooperações institucionais já estabelecidas. 9. O potencial da região para criação de novas UCs, o que pode fortalecer a integração dessas com o PETP através da gestão de mosaico e corredores. 10. O Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF).	9. Ampliar as parcerias e criar um cadastro atualizado de parceiros e colaboradores. 10. Estimular a criação de RPPN nas propriedades localizadas na zona de amortecimento e no entorno da unidade.

5.3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS E NORMAS GERAIS DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

5.3.1 - Objetivos específicos

Segundo o SNUC a categoria Parque incluída no grupo das Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Os atributos naturais do PETP conferem a esse objetivos específicos, conforme descrito a seguir.

- Preservar importantes áreas de mananciais hídricos indispensáveis e ameaçados pela expansão urbana e exploração desordenada.
- Preservar áreas florestais de altitude em ponto estratégicos centrais do Estado, representando elo fundamental dos corredores ecológicos de Mata Atlântica.
- Promover práticas sustentáveis na região de entorno, a qual abrange 5 municípios (6 municípios após a ampliação prevista), a partir da utilização dos recursos naturais e de práticas de conservação no processo de desenvolvimento.
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, com o aproveitamento dos serviços ambientais que o Parque disponibiliza.
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental.

5.3.2 - Normas gerais

- Ficam proibidos o ingresso e a permanência na Unidade de pessoas portando armas, beber ou trazer bebidas alcoólicas, materiais e instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna ou à flora, sendo proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades.
- É proibida qualquer atividade ou ação que resulte em deterioração do meio ambiente, bem como o porte e o transporte de instrumentos, equipamentos ou aparelhos destinados a este fim,

excetuando-se apenas o que estiver aprovado e autorizado previamente em Planos Setoriais de Manejo.

- A infraestrutura a ser instalada na Unidade limitar-se-á àquela necessária para o seu manejo, sendo vedada à construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade.
- A fiscalização da Unidade deverá ser permanente e sistemática, inclusive diuturnamente e nos finais de semana.
- A introdução ou a reintrodução de espécies da flora ou da fauna somente serão permitidas quando autorizadas pelo setor responsável do INEA, orientadas por projeto específico, segundo as indicações do Plano de Manejo.
- Não será permitida a entrada, o uso e a criação de animais domésticos ou plantios agrícolas na Unidade, salvo nas propriedades rurais ainda não desapropriadas e que somente serão permitidas quando devidamente autorizadas pelo setor responsável do INEA.
- Não será permitida a circulação de veículos motorizados no Parque, excetuando-se aqueles pertencentes à administração da UC e INEA, salvo nos acessos e áreas destinadas a estacionamento de visitantes.

5.4 - ZONEAMENTO

O zoneamento de uma unidade de conservação é um instrumento de ordenamento territorial usado para se atingir melhores resultados de manejo, pois esse recurso estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos e normas, buscando obter, desta forma, maior proteção à Unidade.

O zoneamento é identificado pelo SNUC (Lei 9.985/2000) como: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

5.4.1 - Critérios

A definição do zoneamento do PETP obedeceu aos critérios estabelecidos no roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo de unidades de conservação do grupo de proteção integral do Estado, os quais foram divididos em 2 grupos: critérios físicos mensuráveis e critérios indicativos de singularidade, conforme segue abaixo:

5.4.1.1 - Critérios físicos mensuráveis

- Grau de conservação da vegetação
- Variabilidade do relevo

5.4.1.2 - Critérios indicativos de singularidade

a) Critérios indicativos de valores para conservação

- Espécies ameaçadas
- Espécies que requeiram manejo (transposição/eliminação/reintrodução)
- Representatividade de atributos singulares da Unidade
- Riqueza de espécies
- Áreas de transição
- Fragilidade ambiental
- Presença de sítios geológicos

b) Critérios indicativos para vocação de uso

- Potencial de visitação
- Potencial para conscientização ambiental
- Presença de infraestrutura
- Uso conflitante
- Presença de população

Aplicados os critérios de avaliação da área do PETP e consultados os atores locais e equipe técnica do INEA, construiu-se o zoneamento da UC, conforme mostra o mapa 1 deste plano de manejo, em anexo.

Obs.: O memorial descritivo de todo o zoneamento encontra-se no **Anexo A** deste documento.

5.4.2 - Entorno e Zona de Amortecimento

- Entorno

  A área do entorno do PETP foi definida de acordo com o que determina a Resolução CONAMA 13/90, a partir de um limite de 10 km ao redor da Unidade, abrangendo 5 municípios (Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Guapimirim, Silva Jardim e Teresópolis), as principais rodovias e estradas estratégicas.

- Zona de Amortecimento (ZA)

Critérios de inclusão:

- As microbacias dos rios que fluem para a Unidade de Conservação.
- Áreas de recarga de aquíferos.
- Locais de nidificação ou de pousio/dormitório de aves migratórias ou não.
- Locais de desenvolvimento de projetos e programas federais, estaduais e municipais que possam afetar a Unidade de Conservação (assentamentos, projetos agrícolas, pólos industriais, grandes projetos privados, e outros).
- Áreas úmidas com importância ecológica para a UC.
- Unidades de Conservação em áreas contíguas.
- Áreas naturais preservadas, com potencial de conectividade com a Unidade de Conservação (APP, RL, RPPN e outras).
- Remanescentes de ambientes naturais próximos à UC que possam funcionar ou não como corredores ecológicos.
- Sítios de alimentação, descanso/pouso e reprodução de espécies que ocorrem na Unidade de Conservação.
- Áreas sujeitas a processos de erosão, de escorregamento de massa, que possam vir a afetar a integridade da UC.
- Áreas com risco de expansão urbana ou presença de construção que afetam aspectos paisagísticos notáveis junto aos limites da UC.
- Ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à UC.

Nas áreas incluídas, prevalecem como referências de limites as principais estradas de acesso ao parque, bem como os recursos hídricos, geomorfológicos e demais recursos naturais e culturais que definem uma continuidade ambiental, paisagística e cenográfica.

Critérios para não-inclusão na zona de amortecimento:

- Áreas urbanas já estabelecidas.
- Áreas estabelecidas como expansões urbanas pelos Planos Diretores municipais ou equivalentes legalmente instituídos.

Foram excluídas as áreas de expansão urbana da sede do município de Guapimirim, Teresópolis e Nova Friburgo, e praticamente toda a sede do município de Cachoeiras de Macacu. A sede do município de Silva Jardim encontra-se afastada e fora desta área de

entorno, que abrange exclusivamente a área rural. Também foi excluída da zona de amortecimento a área do Parque Nacional da Serra dos Órgãos contígua à do PETP.

Propostas para o manejo da ZA por Regiões Hidrográficas (RH)

Para organizar as propostas de manejo para zona de amortecimento, utilizou-se a espacialização das Regiões Hidrográficas e setores (Mapa 10 - em anexo), acompanhando o modelo de gestão administrativa dos núcleos do PETP, em sintonia com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997). As propostas foram subsidiadas pelas informações do diagnóstico ambiental apresentado no MÓDULO 3 (Análise Regional), que descrevem os principais aspectos da paisagem e do uso da terra dos municípios situados na zona de influência direta do Parque. O objetivo é orientar a ocupação e uso das áreas, tendo sempre como referência maior a sustentabilidade ambiental, econômica e social do Parque e seu entorno. É indicado também o que deve ser evitado e o que pode ser mantido, de forma a tornar realista e integrada esta proposta de manejo, sem violentar a história da região e a cultura das comunidades ali assentadas, e que, de uma maneira geral, são também responsáveis e interessados em sua preservação e na sua sustentabilidade.

- *Região Hidrográfica IV*

Setor Bacia do rio Piabanha

Manutenção de área de expansão urbana fora do perímetro do PETP, com sítios de recreio com ocupação restritiva, consolidando a ocupação já existente anteriormente à institucionalização do Parque, com atenção para as ocupações em encostas e áreas de risco, que devem ser contempladas com projeto habitacional que promova a eliminação das situações de risco que inclua a diminuição do adensamento populacional, a realização de obras de infraestrutura urbana e ações de educação ambiental e valorização do patrimônio natural. Devem também ser permitidos serviços turísticos de apoio às atividades públicas que possam ser desenvolvidas no interior do Parque e equipamentos de lazer para a população residente, resguardados os limites e as normas de ocupação e usos do Parque e das demais UCs ali existentes.

Deve ser institucionalizado o acesso ao Parque pela via pavimentada que atravessa o bairro do Jacarandá, inclusive oferecendo locais de usos públicos no interior do Parque como alternativas de lazer para a população de baixa renda ali residente.

Apoio aos pequenos produtores e manutenção das atividades agrícolas com manejo, e equipamentos receptivos para ecoturismo e turismo rural (meios de hospedagem) para apoio às atividades no Parque.

Estudar a abertura de acesso pela região do Frade com grande potencial para atividades de turismo rural e ecoturismo, devido à proximidade das formações denominadas Pedras dos Frades, Pedra do Fonseca e Pedra dos Três Picos.

- *Região Hidrográfica V*

  Setor Bacia do rio Guapi-Açú

  Manutenção de área de expansão urbana ao longo da estrada da Caneca Fina, nas proximidades da sede de Guapimirim. Para as demais áreas, apoio à agricultura com manejo, em lotes mínimos rurais, resguardadas as Unidades de Conservação e suas normas, bem como as áreas acima da cota de 300 metros e as áreas de preservação permanente, de acordo com o que determina a lei (matas ciliares, áreas íngremes, etc.).

  Em função da preservação das matas e das características topográficas, sugere-se que o perímetro do Parque, que nesta zona sobe para a linha de cumeada, que coincide com o limite dos municípios de Guapimirim e Teresópolis, seja ampliado, descendo até a cota de 300 metros.

  Manutenção da área de expansão urbana com sítios de recreio, com ocupação restritiva, consolidando a ocupação já existente anteriormente à institucionalização do Parque, incluindo serviços turísticos de apoio aos usos públicos que podem ser desenvolvidos no interior do Parque. Instalação de equipamentos de lazer para a população residente, resguardados os limites e as normas de ocupação e usos das UCs ali existentes. Sanada a limitação hoje imposta pelo portão da Fazenda das Três Estrelas, deve ser institucionalizado o acesso ao Parque pela estrada da Caneca Fina ao longo do rio Socavão.

  Delimitação das áreas urbanas e de expansão urbana, definindo claramente as áreas de preservação permanente nas cotas mais altas, a partir da cota 200 m, e nas faixas marginais ao rio Macacu e seus afluentes, e manutenção das atividades agrícolas existentes com manejo.

  Manutenção das atividades agrícolas com manejo, sítios de recreio e serviços turísticos de apoio a visitação ao Parque.

  Institucionalizar os acessos pelo Hotel Fazenda Santo Amaro e Água Mineral Cascataí e pelo Estreito, com apoio para instalação de meios de hospedagem.

  Setor Bacia do rio Macacu

  Melhorar as condições da estrada RJ-126 (projetada) e atual municipal e para estimular qualquer uso e principalmente viabilizar o trajeto Cachoeiras de Macacu/Silva Jardim. Manutenção das atividades agrícolas com manejo e equipamentos de apoio a atividades relacionadas ao turismo rural (meios de hospedagem).

- *Região Hidrográfica VI*

  Setor Bacia do rio São João

  Manutenção das atividades agrícolas com manejo e equipamentos turísticos (meios de hospedagem e de apoio à visitação ao Parque).

Este setor apresenta excelentes condições para se tornar uma das principais bases de apoio para visitação ao Parque, podendo se constituir numa alternativa para o desenvolvimento sustentável da economia regional e municipal, assim que o acesso ao interior do Parque através da estrada que segue ao longo do rio Pirineus seja institucionalizado e sejam permitidos os usos públicos no interior do Parque nesta região.

- *Região Hidrográfica VII*

  Setor Bacia do rio Dois Rios

  Apoiar usos agrícolas com manejo, sítios de recreio e serviços turísticos de apoio ao parque (ecoturismo e turismo rural).

  Boas condições para ser institucionalizado como um dos principais acessos ao Parque e constituir no local uma base de apoio ao uso público no interior do Parque.

  Manutenção das áreas de expansão urbana com restrições de ocupação e uso, principalmente nas áreas íngremes e nas cotas mais altas. Manutenção dos usos residências e meios de hospedagem.

  Desenvolver atividades voltadas ao uso público controlado no Pico do Caledônia.

  O acesso pelo Morro da TV deve ser utilizado, prevendo neste local a instalação de um ponto de visitação, com mirante e serviços de apoio aos visitantes.

- *Região Hidrográfica VIII*

  Setor Bacia do rio Macaé e Rio das Ostras

  Manutenção de sítios de recreio e atividades agrícolas com manejo fora do perímetro para manutenção da população remanescente dos primeiros ocupantes da região, e equipamentos receptivos para atividades de recreação, turismo rural e ecoturismo (meios de hospedagem e locais de visitação).

  Os acessos ao interior do Parque devem ser institucionalizados, sempre buscando uma parceria com os proprietários das áreas onde eles se localizam, de modo a viabilizá-los, sem conflitos, e a ter estes proprietários como agentes aliados do processo de preservação e fiscalização, e eventualmente, prestadores de serviços de apoio às atividades de visitação ao Parque.

  O entorno e a zona de amortecimento da Unidade de Conservação são ilustrados no mapa 2, a seguir.

INSERIR MAPA 2 (ENTORNO) – A3

5.4.3 - Descrição das zonas da UC

Com base na aplicação dos critérios físicos mensuráveis e dos critérios indicativos das singularidades da UC, é possível identificar a vocação das áreas classificando-as segundo o grau de intervenção, a saber: nenhuma ou baixa intervenção, média intervenção ou alta intervenção.

5.4.3.1 - Zonas de nenhuma ou baixa intervenção

a) Zona Intangível

TIPOLOGIA

É aquela onde a natureza permanece a mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação.

Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural (mapa 3).

CRITÉRIOS

- Grau de conservação da vegetação;
- Variabilidade do relevo;
- Espécies ameaçadas;
- Espécies que requeiram manejo (transposição/eliminação/reintrodução);
- Representatividade de atributos singulares da Unidade;
- Riqueza de espécies;
- Áreas de transição;
- Fragilidade ambiental;
- Presença de sítios geológicos; e
- Uso conflitante.

NORMAS

1. Não será permitida a visitação pública a qualquer título;
2. As atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à fiscalização, exercidas somente em casos especiais, quando autorizados pela administração do Parque;

3. A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, desde que não possa ser realizada em outras zonas;
4. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;
5. Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura;
6. Não serão permitidos deslocamentos em veículos motorizados; e
7. A fiscalização será eventual, em casos de necessidade de proteção da zona, contra caçadores, fogo e outras formas de degradação ambiental.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Pesquisa restritiva (quando impossível de ser realizada em outras zonas da Unidade) e proteção (em casos de evidência de caça, pesca ou fogo).

INSERIR MAPA 3 (Zona Intangível) – A3

b) Zona Primitiva

TIPOLOGIA

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação (mapa 4).

CRITÉRIOS

- Grau de conservação da vegetação;
- Variabilidade do relevo;
- Espécies ameaçadas;
- Espécies que requeiram manejo (transposição/eliminação/reintrodução);
- Representatividade de atributos singulares da Unidade;
- Riqueza de espécies;
- Áreas de transição;
- Fragilidade ambiental;
- Presença de sítios geológicos;
- Potencial de visitação;
- Potencial para conscientização ambiental; e
- Uso conflitante.

NORMAS

1. As atividades permitidas serão a pesquisa, monitoramento ambiental, visitação sujeita a restrições e a fiscalização;
2. A visitação estará sujeita às restrições determinadas pela administração do Parque;
3. A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos nos centros de visitantes da UC;
4. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;
5. Os visitantes pesquisadores e o pessoal da fiscalização serão advertidos para não deixarem lixo nessas áreas;

6. Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura, exceto a instalação de placas de sinalização, segurança e orientação;
7. É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade; e
8. A fiscalização será constante.

Normas específicas para vias de escaladas e rapéis e uso de furadeira de impacto

1. Com o intuito de preservar o Parque Estadual dos Três Picos, sua Administração decidiu junto com a Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ) definir áreas chamadas "restritas", onde está vetado o uso de furadeiras de impacto e onde novas conquistas só poderão ser realizadas após autorização por escrito conseguida através da apresentação de um projeto de conquista, contendo localização e o provável traçado da via. Esse projeto poderá ser questionado ou vetado.
2. Fora dessas áreas restritas, está autorizado o uso de furadeiras de impacto para colocação de grampos em novas conquistas, seja em escalada ou rapel.
3. Qualquer conquista, fora das áreas restritas, depois de terminada, deverá, sem exceção, ser comunicada à administração do PETP, através de relatório detalhado, acompanhado de croquis esquemático da escalada.

As áreas restritas são:

- No Pico Maior: a partir da via "O Segredo do Sol" até a via "Abracadabra".
- No Capacete: a partir da via inacabada localizada à esquerda da via "Devaneios do Repouso" até a via "Batman, Nunca Mais".
- Na Caixa de Fósforos: todo o setor conhecido como "Setor das Fendas".

As escaladas já começadas antes da criação do Parque Estadual dos Três Picos poderão ser terminadas. São elas:

- No Pico Maior, localizada à esquerda da via "Filhos da Terra"
- No Capacete, à esquerda da via "Devaneios do Repouso".

ATIVIDADES ADMITIDAS

Pesquisa, proteção, educação ambiental, visitação restritiva e de baixo impacto, não sendo admitida a implantação de qualquer infraestrutura.

INSERIR MAPA 4 (Zona Primitiva) – A3

5.4.3.2 - Zona de médio grau de intervenção

a) Zona de Uso Extensivo

TIPOLOGIA

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, o ambiente é mantido o mais próximo possível do natural. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público com facilidade, para fins educativos e recreativos (mapa 5).

CRITÉRIOS

- Grau de conservação da vegetação;
- Variabilidade do relevo;
- Espécies ameaçadas;
- Espécies que requeiram manejo (transposição/eliminação/reintrodução);
- Representatividade de atributos singulares da Unidade;
- Riqueza de espécies;
- Áreas de transição;
- Fragilidade ambiental;
- Presença de sítios geológicos;
- Potencial de visitação;
- Potencial para conscientização ambiental;
- Presença de infraestrutura;
- Uso conflitante; e
- Presença de população.

NORMAS

1. As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização;
2. Poderão ser instalados equipamentos simples para a interpretação dos recursos naturais e a recreação, sempre em harmonia com a paisagem;
3. Poderão ser instalados abrigos com sanitários em pontos estratégicos das trilhas longas que demandarem pernoite;
4. Serão permitidas atividades de interpretação e recreação que visem facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes;

5. O trânsito de veículos só poderá ser feito a baixas velocidades (máximo de 40 km);
6. É expressamente proibido o uso de buzinas;
7. É proibida a entrada de animais domésticos;
8. A fiscalização será constante; e
9. As trilhas serão margeadas por área tampão de 10 metros ao longo de cada margem, com a finalidade de reduzir os efeitos de borda, onde serão admitidos apenas a instalação de equipamentos de sinalização e de segurança.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Pesquisa, proteção, visitação menos restritiva: mirantes, trilhas, sinalização, pontos de descanso, locais para banhos (sem quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outros).

Foram escolhidos 8 atrativos para visitação no PETP conforme descrito abaixo. Os mesmos podem ser visualizados no mapa 5.1 (atrativos), em anexo, e detalhadamente, nos 5.2 ao 5.9, apresentados em seguida.

TRILHA PRATA DOS AREDES – JACARANDÁ (mapa 5.2)

O início fica no bairro de Prata dos Aredes na região de Canoas – Teresópolis. A trilha pode ser percorrida em 1 hora, com grau moderado de dificuldade. O percurso segue pelo vale do rio Maria da Prata, com paisagem florestal ao longo do caminho. Excelente local para observação de aves.

TRILHA CANOAS-AREAL (mapa 5.3)

A trilha tem início no final da estrada vicinal em Canoas, e segue a partir daí em descida até as proximidades da Fazenda Sertão, onde se inicia a estrada do Areal. É muito utilizada pelos moradores como acesso à região do Subaio e para caminhadas, sendo bem conhecida em toda região do Parque. Apresenta grau moderado de dificuldade devido a trechos acidentados com pedrais úmidos escorregadios. Ao longo do percurso, atravessa áreas de floresta em regeneração, com estágios desde primários a avançados, apresentando pequenos bananais e pastagens pelo caminho. A paisagem da encosta é de rara beleza, cortando inúmeros córregos de águas cristalinas, tributários do rio Boavista e uma pequena gruta pouco conhecida. Durante o verão é possível visualizar uma cachoeira na parte mais alta da montanha. Os principais atrativos são os pontos de observação da paisagem (mirantes), um delicioso poço para banho e, próximo ao final, onde a trilha atravessa o rio Boavista existe uma grande lage de pedra ideal para descansar e apreciar a beleza cênica local.

TRILHA DO VALE DOS DEUSES (mapa 5.4)

Com aproximadamente 3 (três) quilômetros de extensão, a trilha considerada moderada desce em direção ao Vale dos Frades. A trilha normalmente é utilizada por moradores que cruzam o caminho, praticantes de caminhada e montanhistas praticantes de escalada em rocha. A trilha passa por uma

área de grande beleza cênica coberta por gramíneas e cortada por um pequeno córrego. Ao longo da caminhada é possível observar no entorno a Floresta Ombrófila Densa Alto Montana em vários estágios e algumas áreas de Campos de Altitude, como também, formações rochosas como: Capacete, Cabeça do Dragão, Caixa de Fósforo e todo o Vale dos Frades que desponta abaixo. No Vale dos Deuses existe um camping com boa infraestrutura para receber visitantes.

TRILHA CASTÁLIA / SÃO LOURENÇO (mapa 5.5)

Acesso na altura do km 45,8 à margem esquerda da rodovia RJ-116 sentido Friburgo, no bairro Castália. A trilha de aproximadamente 8 km se inicia no final da estrada de terra, atravessando a ponte sobre o rio Valério. No caminho pode-se observar áreas de pastagens, bananais, florestas em estágio avançado de regeneração e algumas escarpas rochosas de grande beleza, onde se destaca o ponto em que a trilha cruza o rio Valério. Há um lugar para recarregar as energias, no rio Pedra Preta, onde é possível tomar um refrescante banho de cachoeira. À medida que se segue podem ser observados exuberantes exemplares de árvores e outras vegetações chamando à atenção a quantidade dos taquaruçus (espécie de bambu nativo) que domina a floresta em alguns pontos. A trilha pode ser percorrida em cinco horas, por pessoas que tenham experiência em caminhadas e com equipamentos leves. Além do canto das aves, é possível nas partes mais altas da trilha ouvir o som produzido por macacos e outros animais.

TRILHA PARA CACHOEIRA SETE QUEDAS e FURNA DA ONÇA (mapa 5.6)

A trilha tem aproximadamente 1 quilômetro de extensão, e desde o início penetra em área de floresta em estágio médio de regeneração com acesso para alguns poços para banho como: Pocinho, Cachoeirinha, Furna da Onça, Poço da Gruta, e a tão famosa Cachoeira Sete Quedas. A trilha é muito utilizada por pessoas vindas de todos os lugares especialmente para banhos de rio. Embora relativamente curta, a trilha se apresenta em seu início leve tornando-se com grau de dificuldade moderado até o final. Em sua maior parte, a trilha acompanha o rio Colibri, responsável pelos poços de banho.

TRILHA DO ANTIGO LEITO FERROVIÁRIO (mapa 5.7)

Caminho histórico que liga Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo, paralelamente à RJ-116. A trilha segue também em paralelo ao interessante caminho do tempo do império com piso de pedras. Considerada de caminhada leve, ao longo do tempo a trilha vem sendo muito utilizada por ciclistas e por praticantes de caminhadas, principalmente os da região de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu, sendo uma referência para as pessoas especializadas que desenvolvem o ecoturismo. A trilha tem acesso para o rio Jacutinga, principal rio da sub-bacia do rio Macacu, onde é possível tomar um refrescante banho. Atualmente é uma estrada que apresenta em sua margem uma vegetação em franca regeneração. Em alguns trechos a vegetação fechou parte do caminho, permanecendo apenas uma trilha. Ainda se podem ver as estruturas da antiga ferrovia.

TRILHA DO ASFALTO VELHO (mapa 5.8)

Com aproximadamente 5 quilômetros de extensão, a trilha se estende por um trecho de estrada desativado da rodovia RJ-116. Considerada de caminhada leve, ao longo do tempo a trilha vem sendo muito utilizada por ciclistas e por praticantes de caminhadas, principalmente os da região de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu, sendo uma referência para as pessoas especializadas que desenvolvem o ecoturismo. Durante a caminhada nota-se o traçado da trilha que expõe o antigo asfalto agora tomado por diversos tipos de vegetação rasteiras e arbustivas. Em alguns trechos, em sua margem, pode-se ver alguns magníficos exemplares de eucalipto que foram plantados ao período da implantação da estrada. Também é possível observar, alguns córregos das cabeceiras formadoras do rio Macacu *(principal rio do Complexo Hidrográfico da Baía de Guanabara)*, que atravessam a estrada em suas antigas drenagens, sendo o maior deles o rio conhecido como rio do Asfalto Velho, tributário do rio Jacutinga. No local onde o rio do Asfalto Velho cruza a estrada é possível parar para contemplação e lanchar. A trilha tem acesso para o rio Jacutinga que é o principal rio dessa sub-bacia, onde é possível tomar um refrescante banho, neste ponto à sua margem esquerda é onde tem o encontro com o rio do Asfalto Velho. Já próximo ao seu final, onde funcionava uma usina asfáltica, a largura da estrada aumenta propiciando um ótimo lugar para visualizar parte do maciço verdejante do Caledônia, lanchar e também praticar alguma dinâmica de grupo em meio à natureza.

TRILHA DO FARAÓ (mapa 5.9)

Para praticantes de caminhada, esta pode levar de 10 a 12 horas de duração, podendo, entretanto, ser feita com mais calma incluindo um pernoite. Trata-se de uma caminhada com graus de dificuldade moderado a muito pesado. A trilha segue fielmente pelo antigo trecho do leito ferroviário subindo de nível pela encosta das montanhas passando por diversos poços de banho no rio Boa Vista, como: Poço da Samambaia, Tenebroso, Cachoeira do Jequitibá e Cachoeira de Santa Fé. Outro atrativo é a ruína da antiga sede da fazenda e o aqueduto que servia principalmente para irrigação de lavouras que existiam ali. Outro atrativo espetacular é o chamado Lago Azul, um pequeno poço de água cristalina e de tonalidade azul devido a combinações de cores da vegetação e do céu com a própria transparência da água, área que se destaca também pela exuberância de espécies. Atravessando mais uma vez o rio Boa Vista, chega-se a uma pequena clareira conhecida como ranchão, que serve de apoio para acampamento por estar próxima a um córrego. A trilha segue em direção à base da Pedra do Faraó que é o local onde realmente começa a subida para o cume, até alcançar os 1.719 m de altitude. A partir daí, a caminhada que já se apresentava de natureza pesada vai tornando-se muito pesada com pontos de escalada leve. Pode-se visualizar de lá, desde o Morro de São João em Casimiro de Abreu, até Região dos Lagos, Serra da Tiririca, Pão de Açúcar, Corcovado, o maciço do Caledônia e os Três Picos. Por isso a Pedra do Faraó é conhecida como “Pedra da Visão”.

INSERIR MAPAS EM A3

Mapa 5.2

Mapa 5.2

Mapa 5.3

Mapa 5.3

Mapa 5.4

Mapa 5.4

Mapa 5.5

Mapa 5.5

Mapa 5.6

Mapa 5.6

Mapa 5.7

Mapa 5.7

Mapa 5.8

Mapa 5.8

Mapa 5.9

Mapa 5.9

b) Zona histórico-cultural

TIPOLOGIA

É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico-cultural ou arqueo-paleontológico e áreas de uso consolidado para rituais religiosos, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação, uso científico e cultural. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios histórico-culturais ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente (mapa 5).

CRITÉRIOS

- Pontos de uso consolidado para rituais religiosos; e
- Áreas com atrativos arqueológicos e paleontológicos formalmente reconhecidos.

NORMAS

- As áreas dedicadas a atividades religiosas serão objeto de programa setorial específico, devendo ser cadastradas e suas atividades aprovadas pelo órgão gestor. O caráter de conservação ambiental deverá ser respeitado, estabelecidos os critérios de uso dessas áreas;
- Durante a visitação, se permitida, será proibida a retirada ou a alteração de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;
- Não será permitida a alteração das características originais dos sítios histórico-culturais;
- Quaisquer infraestruturas instaladas nesta zona quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;
- Se a visitação não for permitida, os atributos desta zona serão apresentados para os usuários nos centros de visitantes;
- As pesquisas a serem efetuadas nesta zona deverão ser compatíveis com os objetivos da Unidade e não poderão alterar o meio ambiente, especialmente em casos de escavações, ressalvados os casos de pesquisas arqueológicas e paleontológicas devidamente autorizadas pelos órgãos competentes;
- Materiais relacionados às referidas atividades deverão permanecer prioritariamente nos centros de visitantes do Parque para serem utilizados em programas de educação ambiental; e
- A fiscalização será periódica.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Pesquisa, proteção e educação ambiental.

5.4.3.3 - Zona de alto grau de intervenção

a) Zona de uso intensivo

TIPOLOGIA

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente pode apresentar algumas alterações humanas, devendo conter estruturas abertas à visitação, como: centro de visitantes, campings, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio (mapa 5).

CRITÉRIOS

- Grau de conservação da vegetação;
- Variabilidade do relevo;
- Representatividade de atributos singulares da Unidade;
- Fragilidade ambiental;
- Potencial de visitação;
- Potencial para conscientização ambiental;
- Presença de infraestrutura;
- Uso conflitante;
- Presença de população.

NORMAS

1. O centro de visitantes, museu e outros serviços oferecidos ao público, como lanchonetes e instalações para serviços de guias e condutores, somente poderão estar localizados nesta zona;
2. Poderão ser instaladas churrasqueiras, mesas para piquenique, abrigos, lixeiras e trilhas nos locais apropriados;
3. A utilização das infraestruturas será subordinada à capacidade de suporte estabelecida para as mesmas;
4. As atividades previstas devem levar o visitante a entender os objetivos do Parque, a filosofia e as práticas de conservação da natureza;
5. Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;

6. Os materiais para a construção ou a reforma de quaisquer infraestruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da Unidade;
7. Esta zona poderá comportar sinalização educativa, interpretativa ou indicativa;
8. O trânsito de veículos será feito a baixas velocidades (máximo de 40 km/h), sendo proibido o uso de buzinas;
9. Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos ou nascentes;
10. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto;
11. Os resíduos sólidos gerados nas infraestruturas previstas deverão ser acondicionados separadamente, recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para tal; e
12. A fiscalização será intensiva.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Pesquisa, proteção, lazer e recreação, como: centro de visitantes, serviços autorizados como lanchonete, camping com infraestrutura completa, estacionamentos e locais de apoio à visitação.

INSERIR MAPA 5 (Zona de uso extensivo, intensivo e histórico-cultural) – A3

INSERIR MAPA 5

b) Zona de uso especial

TIPOLOGIA

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da unidade de conservação. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade (mapa 6).

CRITÉRIOS

- Estas áreas são definidas segundo critérios políticos e ou estratégicos.

NORMAS

- Esta zona é destinada a conter a sede e os núcleos da Unidade e a centralização dos serviços da mesma, não comportando visitação;
- As instalações preferencialmente deverão estar localizadas na periferia da Unidade;
- As construções e reformas deverão estar em harmonia com o meio ambiente;
- O estacionamento de veículos nesta zona somente será permitido aos funcionários e prestadores de serviços;
- Os veículos deverão transitar em baixas velocidades e será proibido o uso de buzinas; e
- A fiscalização será permanente.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Infraestrutura necessária à administração, pesquisa e proteção.

INSERIR MAPA 6 (Zona de uso especial) – A3

INSERIR MAPA 6

c) Zona de recuperação

TIPOLOGIA

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. É uma zona provisória, já que uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta zona permite uso público somente para a educação (mapa 7).

CRITÉRIOS

- Grau de conservação da vegetação;
- Variabilidade do relevo;
- Espécies ameaçadas;
- Espécies que requeiram manejo (transposição/eliminação/reintrodução);
- Riqueza de espécies;
- Áreas de transição;
- Fragilidade ambiental;
- Presença de sítios geológicos;
- Uso conflitante;
- Presença de população.

NORMAS

1. Estudos e projetos de reflorestamento serão contratados e autorizados pelo órgão gestor, que elaborará termos de referência específicos para cada caso;
2. Na recuperação induzida somente poderão ser usadas espécies nativas;
3. Espécies exóticas porventura existentes serão objeto de estudos técnicos que possam subsidiar a tomada de decisão quanto a sua erradicação ou manejo;
4. Os trabalhos de recuperação induzida poderão ser interpretados para o público nos centros de visitantes;
5. Áreas em recuperação induzida, quando adjacentes a áreas de uso público deverão conter painéis explicativos em linguagem didática, acessíveis aos visitantes;
6. Pesquisas sobre os processos de regeneração natural deverão ser incentivadas;

7. Não serão instaladas infraestruturas nesta zona, com exceção daquelas necessárias aos trabalhos de recuperação induzida e painéis explicativos; e
8. O acesso será restrito, preferencialmente aos pesquisadores e pessoal técnico, ressalvada a situação de eventuais moradores.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Recuperação dos ecossistemas degradados priorizando a recuperação natural. A recuperação induzida estará condicionada a um projeto específico, aprovado pelo INEA. Atividades: pesquisa, proteção e educação ambiental.

INSERIR MAPA 7 (Zona de recuperação) – A3

INSERIR MAPA 7

d) Zona de uso conflitante

TIPOLOGIA

Constituem-se em espaços localizados dentro de uma unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes de sua criação, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a unidade de conservação (mapa 8).

CRITÉRIOS

- São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública.

NORMAS

1. A fiscalização será intensiva no entorno e/ou dentro da área de uso conflitante, conforme o caso;
2. Buscar-se-á a colaboração de serviços entre a chefia do Parque e as administrações das atividades ou instalações conflitantes;
3. Os serviços de manutenção do empreendimento deverão ser, sempre que possível, acompanhados por funcionários da UC;
4. Em caso de acidentes ambientais a chefia da UC deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (9.605 de 12 de fevereiro de 1998); e
5. Os riscos representados por estes empreendimentos deverão ser caracterizados caso a caso para a adoção de medidas preventivas e, quando for o caso, mitigadoras.

ATIVIDADES ADMITIDAS

Fiscalização, proteção, manutenção de infraestrutura específica e serviços inerentes aos empreendimentos de utilidade pública.

INSERIR MAPA 8 (Zona de uso conflitante) – A3

INSERIR MAPA 8

5.5 - ÁREAS ESTRATÉGICAS

São áreas relevantes para o manejo e o alcance dos objetivos de criação da UC, com identidade fundamentada em condições ecológicas peculiares e/ou vocação para atividades específicas, podendo ser áreas internas ou externas à UC.

Na realidade de unidades de conservação com dimensões consideráveis, como é o caso do Parque Estadual dos Três Picos, as áreas estratégicas funcionam como unidades de gestão local tornando possível um planejamento mais justo e realístico. Essas áreas foram escolhidas segundo critérios de uso público (consolidado ou potencial) e/ou proteção (prevenção e fiscalização), totalizando 12 áreas estratégicas, 8 internas e 4 externas (mapa 9).

As informações contidas nesse item foram fornecidas pelas representações locais de cada área, através da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Manejo do Conselho Consultivo (incluindo publicações científicas), e por representantes da administração geral da Unidade, com o objetivo de aproximar o Plano de Manejo das realidades locais, contemplando também a visão estratégica do órgão gestor.

A administração do Parque estabelecerá dispositivos indicadores de progresso das atividades nessas áreas, com parâmetros padronizados que possam ser tratados estatisticamente, servindo para o monitoramento, controle de qualidade e registro permanente dessas atividades. Os dispositivos serão estabelecidos e controlados pelo núcleo com atuação na região.

Parâmetros que devem ser monitorados podendo variar de acordo com peculiaridades das áreas:

- Inserção do Parque nos programas educacionais da rede escolar da região;
- Conscientização da comunidade sobre os objetivos da UC;
- Registros quantitativo e qualitativo de: fiscalização, incêndios florestais, acidentes, visitantes, atividades promovidas e pesquisas.

INSERIR MAPA Nº 9

INSERIR MAPA Nº 9

5.5.1 - Áreas Estratégicas Internas (AEI)

5.5.1.1 - Cachoeira Sete Quedas e Furna da Onça (AEI 1)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Acesso pela rodovia RJ-116 no km 49, também no bairro de Boca do Mato, passando por loteamento localizado parcialmente fora dos limites do Parque, depois por meio de uma trilha já no interior da UC.

Trilha de aproximadamente 1.000 metros, de nível moderado, que dá acesso a Cachoeira Sete Quedas, muito visitada para banhos e contemplação. No mesmo caminho também se pode acessar os grandes blocos de pedra que compõem a Furna da Onça, localizados no mesmo riacho. Trata-se de um grande atrativo turístico do município de Cachoeiras de Macacu.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Zona de Uso Extensivo margeada por Zona Primitiva.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Está voltada para vertente atlântica do maciço do Parque, com cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Densa Submontana. Está inserida na Região Hidrográfica RH V (Baía de Guanabara), Bacia do rio Macacu. Relevo acidentado, rico em mananciais hídricos em bom estado de conservação, formando cachoeiras. Apresenta mata ciliar bem conservada.

RESULTADOS ESPERADOS

- Melhoria no atendimento aos usuários;
- Área controlada por meio de um patrulhamento mais eficiente.

ATIVIDADES

- Caminhadas leves, banho de cachoeira e contemplação da paisagem.

RECOMENDAÇÕES

- Neste mesmo acesso às cachoeiras deverá ser prevista a construção de um pequeno estacionamento a exemplo do Núcleo Jequitibá;
- Esta área é sujeita ao fenômeno “cabeça d’água”, sendo necessária a instalação de sinalização de alerta de risco de ocorrência de acidentes para os usuários;

- Realização de estudo da capacidade de suporte de visitação devido ao grande número de visitantes que frequentam o local;
- Estudar a necessidade de instalação de infraestrutura mínima para dar suporte aos usuários (por exemplo: área de piquenique, lixeiras e sanitários); e
- É necessário que ocorra um patrulhamento mais eficiente nos finais de semana e feriados em função do volume considerado de usuários.

INSERIR MAPA 9.1

INSERIR MAPA 9.1

5.5.1.2 - Caledônia (AEI 2)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Acesso pelo bairro friburguense Cascatinha. Estrada pavimentada que leva a dois pontos estratégicos devido à visitação e à presença de torres de telecomunicação. Esse acesso encontra-se na zona de amortecimento, em área da APA Municipal do Caledônia. Divide-se em duas áreas:

- Baixo Caledônia, também chamado de morro das antenas, onde existe um mirante em más condições de conservação e algumas antenas grandes, que podem ser avistadas da RJ 116.
- Alto Caledônia, onde o limite do Parque encontra-se a partir da cota altimétrica de 1.800 metros. O Pico do Caledônia, com 2.218 metros de altitude é uma das áreas de maior visitação levantada pela administração e vem sendo utilizado pela Prefeitura de Nova Friburgo como ponto turístico chave. É a melhor alternativa e grande oportunidade que o visitante tem em conhecer o ecossistema de Campos de Altitude no Rio de Janeiro. Sendo assim o local possui importante caráter educativo.

Algumas empresas beneficiárias da área, em virtude do ponto ser privilegiado para instalação de antenas de comunicação, sugerem a restrição da visitação por motivos de segurança. A administração do PETP, entretanto, considera que aquela é uma área de uso consagrado, com excelente potencial turístico que enaltece e legitima a categoria e os atributos de um Parque Estadual, recomendando, portanto, o uso controlado daquela área. Atualmente tem se estudado ações em conjunto com a Petrobras (que controla a área com dois guardas, guarita e portão) e a Prefeitura de Nova Friburgo, para a redução e limitação tanto do número de visitantes quanto das áreas utilizadas. Nestas ações estão sendo levadas em conta as estruturas já existentes no Pico do Caledônia (estrada de acesso, guarita da Petrobras, escadaria de concreto com corrimão, casa de funcionários e passarelas entre as torres), de forma que o visitante não precise utilizar as trilhas, que atualmente se encontram sob processo erosivo em alguns pontos. Ao final das escadarias de 631 degraus, à esquerda, não é permitido o acesso de visitantes, devido ao risco de acidentes, principalmente na ponte de ferro que atravessa uma depressão de 50 metros após o heliponto.

A administração da área onde se encontra o Pico do Caledônia é feita por empresa de segurança contratada pela Petrobras. Por anos a área tem sido relativamente bem conservada em função de tal estrutura, evitando o avanço do processo de degradação que é notório nas áreas adjacentes, onde são comuns as práticas de queimadas, supressões de vegetação, dentre outros. Há, entretanto, uma indesejável superposição de ingerência, uma vez que, tratando-se de uma área interna do Parque Estadual dos Três Picos, deve estar submetida à autoridade do órgão gestor para cumprimento dos objetivos da unidade.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Zona de Uso Extensivo margeada por Zona Primitiva e alguns trechos em Zona Intangível.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

A vegetação predominante é de Campos de Altitude e Floresta Ombrófila Densa Alto Montana. A área está localizada sobre o divisor de águas das Regiões Hidrográficas RH VII (Rio Dois Rios) e RH V (Baía de Guanabara), alcançando a altitude de 2.218 m no Pico do Caledônia.

O local é frequentado por inúmeros mamíferos de pequeno porte, e também predadores como a onça parda. Pegadas, tocas e trilhas usadas por esses animais são facilmente encontrados no terreno, o que ressalta a relevância de sua conservação e necessidade de dispositivos eficazes para controle da visitação.

RESULTADOS ESPERADOS

- Consolidação do uso controlado e monitorado pela administração do Parque;
- Consolidação das parcerias com as empresas que mantém antenas de comunicação no local, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e associações esportivas e de turismo;
- Apoderamento da administração e controle da área pelo órgão gestor.

ATIVIDADES

- Caminhadas de nível médio, com trecho de escada com 631 degraus, apresentando nível de dificuldade maior, para acesso ao Pico do Caledônia e contemplação da fantástica paisagem;
- Ainda dentro dos limites da UC, encontra-se uma área de vôo livre que é utilizada desde a década de 80 por associações organizadas do esporte;
- Pesquisas científicas cadastradas e autorizadas pelo órgão gestor da Unidade.

RECOMENDAÇÕES

- Ações em conjunto com a Prefeitura de Nova Friburgo devem ser estimuladas, principalmente no tocante à limitação de ocupação da zona de amortecimento e o uso frequente de fogo, combatido pelos funcionários do Parque e servidores do Corpo de Bombeiros;
- Realizar estudo de valoração do passivo ambiental continuado advindo das antenas instaladas no Alto Caledônia;
- Realizar estudo de capacidade de suporte das áreas de visitação do Alto Caledônia;

- Viabilizar a parceria por meio de convênio com a Petrobras para a alocação de uma unidade de informação e um posto de fiscalização do Parque, no seu limite, e restauração/manutenção da trilha e mirante do Alto Caledônia;
- Para a área de vôo livre localizada no Alto Caledônia deverá ser estudada a viabilidade de formalização de um termo de cooperação técnica com as associações de vôo livre que exploram a área, com a finalidade de auxiliarem na vigilância e fiscalização da unidade, principalmente no tocante à prevenção de incêndios florestais, utilizando-se deste meio sem ônus e não poluidor, que já vem sendo praticado, mas não para este fim. A administração recomenda a manutenção dessa atividade de uso público, considerando ser o mesmo uma atividade saudável, harmonizada aos objetivos da UC, muito tradicional no município e gerador de renda para a rede hoteleira e comerciantes do entorno;
- Estudo de viabilidade para manutenção e restauração do mirante do Baixo Caledônia ou sua desmobilização.

INSERIR MAPA 9.2

INSERIR MAPA 9.2

5.5.1.3 - Pedra do Faraó (AEI 3)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Trata-se de uma zona rural no entorno do PETP localizada mais ao sul do centro urbano de Cachoeiras de Macacu. Apresenta uso agrícola (banana, milho, mandioca, etc.) além da presença de sítios, haras e residências permanentes. Encontra-se também nessa área uma captação de água mineral (marca Maratuã). As plantações de banana avançam encosta acima. Existem trilhas que dão acesso ao Parque na direção da Pedra do Faraó. O entorno do PETP em Cachoeiras de Macacu é caracterizado por usos agrícola e pecuário.

Localizada em uma das áreas mais preservadas da UC, a Pedra do Faraó, também conhecida como Corcovado de Friburgo, pode ser avistada de vários locais do Parque e sua área de entorno. Existem duas trilhas longas que dão acesso ao local, uma partindo da região de Macaé de Cima (Nova Friburgo) e outra da região da Boa Vista (Cachoeiras de Macacu). São ainda pouco frequentadas por visitantes, porém percorridas por caçadores e palmiteiros. Para se percorrer essas trilhas deve estar previsto um pernoite, motivo pelo qual se propõe a instalação de um abrigo/alojamento em ponto adequado para dar apoio aos usuários da trilha.

Um programa de visitação controlada é urgente, pois a experiência mostrou que a simples presença de visitantes e funcionários, pode inibir ações ilícitas naquela área.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Partes desta área estão inseridas na Zona Intangível, Zona Primitiva e as trilhas em Zona de Uso Extensivo.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Densa Alto Montana e Montana, com altitude aproximada de 1.700 metros. Está localizada no divisor de águas das Regiões Hidrográficas RH V (Baía de Guanabara), RH VIII (Macaé e Rio das Ostras) e RH VI (Lagos e São João). Relevo acidentado, rico em mananciais hídricos (rede de drenagem superficial).

RESULTADOS ESPERADOS

- Funcionamento de programa de visitação controlada, atendendo aos objetivos da UC e inibindo indiretamente ações ilícitas em áreas isoladas.

ATIVIDADES

- Caminhada longa, com pernoite.
- Pesquisas científicas cadastradas e autorizadas pelo órgão gestor da Unidade.
- Monitoramento das condições das trilhas e dos estoques naturais do palmito-juçara (*Euterpe edulis*) devido à pressão do extrativismo ilegal.

RECOMENDAÇÕES

- Fechamento do trecho entre a Boa Vista e o Pico. Patrulhamento periódico determinado pela administração e visitação controlada.
- As atividades de pesquisa deverão ser incentivadas e norteadas pelo Serviço de Manejo de Ecossistemas do PETP.
- No acesso vindo de Macaé de Cima deve ser instalado um posto de controle de visitação.
- Construção de abrigo para pernoite de usuários da trilha.

INSERIR MAPA 9.3

INSERIR MAPA 9.3

5.5.1.4 - Valério (AEI 4)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O acesso se dá pelo bairro Valério, em Cachoeiras de Macacu, à margem direita da RJ-116, na direção de Friburgo. Constituído em sua quase totalidade de propriedades particulares. Apresenta cachoeiras dotadas de mata ciliar bem conservada, onde existem trilhas ainda pouco exploradas pelos proprietários. Existe uma trilha não aberta à visitação que liga esta área à trilha do Jequitibá, podendo ser explorada para visitação.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Zona de Uso Extensivo.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Está voltada para a vertente atlântica do maciço do Parque, com cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Densa Submontana. Está inserida na Região Hidrográfica RH V (Baía de Guanabara), sub-bacia do rio Macacu. Relevo acidentado e rico em mananciais hídricos (rede de drenagem superficial).

RESULTADOS ESPERADOS

- Regularização fundiária das propriedades particulares.
- Funcionamento do programa de visitação controlada, atendendo aos objetivos da UC.

ATIVIDADES

- Trilhas, banho de rio e contemplação da natureza.

RECOMENDAÇÕES

- Estudo da capacidade de suporte para o turismo.
- Deverão ser realizados trabalhos que estabeleçam as diretrizes de uso para os proprietários que residem na área.
- A presença de estruturas privadas pode servir de estruturas de apoio para o patrulhamento e auxiliar no controle do acesso.

INSERIR MAPA 9.4

INSERIR MAPA 9.4

5.5.1.5 - Antigo Leito Ferroviário (AEI 5)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Caminho histórico que liga Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo, paralelo à RJ-116. A trilha segue também em paralelo ao interessante caminho do tempo do império com piso de pedras. Atualmente é uma estrada que apresenta em sua margem uma vegetação em franca regeneração. Em alguns trechos a vegetação fechou parte do caminho, permanecendo apenas uma trilha. Ainda se pode ver as estruturas da antiga ferrovia.

Há um projeto turístico do município de reimplantação de um trem no trecho que corta o Parque, que necessita de autorização do órgão gestor da UC e possíveis adequações ambientais, a exemplo de outros parques que possuem tal equipamento, principalmente no tocante aos impactos de poluição atmosférica e do solo.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Encontra-se em Zona Histórico-Cultural, com atividades previstas para esta categoria.

Atributo Histórico

A trilha segue pelo antigo leito da estrada de ferro, inaugurada em meados do séc. XIX, tendo como principal objetivo o escoamento da produção do café. A história dessa ferrovia começa com a assinatura do contrato entre o Visconde de Barbacena e o governo da província do Rio de Janeiro, formalizando a organização de uma sociedade anônima com o objetivo de construir e manter em funcionamento uma estrada de ferro ligando Porto das Caixas a Cantagalo. Essa sociedade teve seus estatutos aprovados pelo Decreto Imperial n° 1.809 de 23 de agosto de 1857. Devido à dificuldade de capitalização do empreendimento, essa concessão foi então transferida para Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, que juntamente com outros acionistas assinaram novo contrato com a província do Rio de Janeiro, instalando a nova sociedade anônima Estrada de Ferro Cantagalo, que teve seus estatutos aprovados pelo Decreto Imperial n° 1.997, em 21 de outubro de 1857.

Em 8 de novembro de 1.859 foram iniciados os trabalhos da 1ª seção, que ia de Porto das Caixas até Cachoeiras. Em 23 de abril de 1.860 chega o primeiro trem a Cachoeiras tracionado por uma Locomotiva Hauthorns que trazia de cada lado o desenho de um galo cantando.

Em 3 de janeiro 1868, a construção do segundo trecho foi autorizada pelo Decreto Providencial n° 1.362. Em 1869, com o falecimento do principal concessionário, assumiu o controle da sociedade seu filho, o Bacharel Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, mais tarde, segundo Barão de Nova Friburgo.

Em 12 de março de 1870 foi firmado entre essa sociedade e o governo da Província, o contrato de construção do segundo trecho, entre Cachoeiras e Nova Friburgo.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Está voltada para a vertente atlântica do maciço do Parque, com vegetação em estágios médio e avançado de regeneração, cercada por cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Densa Submontana. Está inserida na Região Hidrográfica RH V (Baía de Guanabara), sub-bacia do rio Macacu. Relevo acidentado e rico em mananciais hídricos (rede de drenagem superficial).

RESULTADOS ESPERADOS

- Funcionamento do programa de visitação controlada, atendendo aos objetivos da UC.
- Preservação e valorização do patrimônio histórico da região.

ATIVIDADES

- Caminhadas e contemplação da natureza.
- Mountain Bike.
- Visitas guiadas orientadas para educação ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- Existem algumas invasões em terras que são públicas, inclusive em antigas edificações pertencentes à ferrovia, que necessitam de constante atenção e solução urgente do problema.

INSERIR MAPA 9.5

INSERIR MAPA 9.5

5.5.1.6 - Três Picos (AEI 6)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A área pode ser acessada através da estrada para o distrito de Salinas, que tem início na RJ-130. A região de Salinas conviveu, anteriormente, com problemas de caça e incêndio, que diminuíram com a instalação do núcleo e a fiscalização do Parque. Muitos turistas costumam frequentar a área nos feriados e período de férias para visitar a formação dos Três Picos, que dá nome ao parque, sendo o montanhismo uma prática comum na localidade. Os registros dos turistas que frequentam a área são encaminhados para a administração geral. No entorno existem mais 4 pousadas que mantém uma relação harmônica com a administração do Parque. Existem também moradores que cobram pelo estacionamento de veículos dos turistas. Existe ainda criação de gado leiteiro dentro do Parque.

Na região do Vale dos Frades, limítrofe do Parque, onde há uma superposição com a APA dos Frades, quase toda extensão é dedicada à pecuária, sendo que os pastos se estendem morro acima até os limites do Parque. Os problemas de erosão do solo são bastante evidentes em função do uso extensivo da área. Área de grande apelo turístico e lazer em função da presença da Cachoeira dos Frades e dos acessos para atividades de caminhada e montanhismo. Existe captação de água mineral na área, porém, o licenciamento ainda não foi concedido à empresa. Esta área requer atenção especial em função dos frequentes incêndios que costumam se alastrar pela área do Parque.

Está prevista a utilização dos imóveis na localidade de Mazzacaro, próximo à base dos Três Picos, como apoio a pesquisa e fiscalização, onde o acesso é menos vulnerável e as condições são mais favoráveis para o controle da visitação e fiscalização.

A área se destaca também pela presença de moradores que conservam conhecimento tradicional sobre plantas medicinais, os “erveiros”, que podem ser apoiados pelo Parque e integrados aos programas de capacitação, alternativas de desenvolvimento e valorização cultural. Destaca-se também como tradição cultural a dança “Mineiro Pau”, típica da região, que reforça a identidade própria daquela comunidade.

O Instituto Bélgica Nova Friburgo (IBELGA), localizado em Salinas, é um dos mais importantes parceiros do Parque e administra o Colégio Agrícola Rei Alberto I, realizando um trabalho de excelência na educação, capacitação e apoio a centenas de crianças que vivem naquela zona rural.

Principais Trilhas da região de Salinas

Cabeça de Dragão

Linda caminhada para o cume da montanha conhecida como Cabeça de Dragão (2082 m). Desenrola-se em meio de floresta do tipo Ombrófila Alta Montana, típica de Mata Atlântica, com trecho final em costão de pedra. Vista estupenda das pedras do Pico Maior, Capacete e Caixa de Fósforos além dos vales do Jaborandi e Frades.

Desnível: 432 m.

Duração aproximada: 2h00min.

Pico Menor (2.310 m)

A única montanha do conjunto dos Três Picos que pode ser atingida por caminhada. A trilha considerada muito difícil com trechos íngremes e grande desnível é para ser apreciada por aqueles bem preparados. Do cume da montanha é possível admirar o mar.

Desnível: 720 m.

Duração aproximada: 3h00min.

Mirante do Capacete

Também conhecida como Rodolfo Chermond, lendário montanhista do Rio de Janeiro, esta caminhada leva à base da montanha Capacete de Salinas (2.197 m). Do topo de um mirante de pedra localizado a 1.900 metros avista-se todo o vale dos Três Picos, além da Serra do Caledônia.

Desnível: 380 m.

Duração aproximada: 1h30min.

Vale dos Deuses

Caminhada moderada pelo belíssimo vale entre as montanhas Capacete e Cabeça de Dragão. Vários córregos são cruzados e avista-se a incrível Pedra da Caixa de Fósforos.

Desnível: 130 m.

Duração aproximada: 1h00min.

Pedra da Caixa de Fósforos

Também conhecida como Pedra dos Milagres, por estar “milagrosamente” apoiada. A longa caminhada passa por dentro do Vale dos Deuses e após curto, porém íngreme trecho atinge a base do imenso monólito de pedra em forma de caixa de fósforos.

Desnível: 190 m.

Duração aproximada: 2h00min.

Pedra da Mariana

Belo caminho para atingir o pequeno topo da Pedra da Mariana, de onde se avista o vale dos Três Picos, Serra da Caledônia e a Fazenda Campestre.

Desnível: 200 m.

Duração aproximada: 1h30min.

Obs.: Foi levado em consideração como começo das caminhadas a localidade conhecida como “Casa do Português” com altitude de 1.570 metros.

Aconselha-se para aqueles que forem desfrutar de tais caminhadas que obtenham o máximo possível de informações no núcleo do PETP.

Escaladas, vias e recomendações específicas

Escalada 1 - Picos Menor e Médio

Acesso através de caminhada com trechos bastante erodidos, em parte devido ao alto tráfego, tanto de pessoas quando de gado bovino, com maiores dificuldades na porção final, com ocorrência de costões rochosos vencidos com o auxílio de plataformas de vegetação desenvolvida sobre solo que podem desabar, em virtude da intensa frequência de visitantes.

O acesso à crista apresenta, ainda, trechos muito íngremes sujeitos à erosão e mesmo desabamentos, devido ao excessivo pisoteio. Haverá necessidade de controle de visitação e de execução de algumas obras e reparos para maior segurança do usuário.

Pico Menor A

Vias de Escalada: Chaminé Giuseppe Pellegrini Lacas Loucas

Recomendações: há sugestões de se colocar um grampo para descida no ante-cume do Pico Menor (via Lacas Loucas), minimizando o impacto das ancoragens sobre frágil cobertura vegetal.

Pico Médio B

Vias de Escalada: Chaminé Beija Flor, Fleur de Gravatá, Bagas do Médio e Descida Leonardo Perrone.

Escalada 2 - Pico Maior - Pontão do Sol

A caminhada de acesso ao Pontão do Sol desvia-se daquela que leva ao cume dos Picos Menor e Médio e segue em direção à face Leste do Pico Maior.

Recomendações: há necessidade de revisão e orientação via sinalização para evitar danos maiores ao ambiente com multiplicação de trilhas.

Pico Maior A

Vias de escalada: Segredo do Sol, Sol Celeste, Quarto Minguante, Pontão do Sol, No Mundo da Lua, Via Sul, Olimpíada das Andorinhas, Projeto Alexandre Portela.

Pico Maior B

Vias de Escalada: Filhos da Terra, Leste, Variante Conflitos Agrários, Variante Psilocibis, Matheus Arnaud, Decadence avec Elegance, Paradoxo, Pai Granito, Arco da Velha, Cabeça Dinossauro, Maria Maluca, The Wall, Disque Dique.

Recomendações: será necessário estabelecer uma escolha nas muitas alternativas, sob pena de maior degradação do monumento rochoso.

Pico Maior C

Vias de Escalada: Pontão Rachado, Cidade dos Ventos, Abracadabra, Sílvio Mendes, Os Intocáveis e Descida Direta.

Escalada 3 – Capacete

A caminhada de acesso às vias citadas abaixo e a todas aquelas voltadas para o colo entre o Capacete e o Pico Maior, seguem praticamente em linha reta crista acima, favorecendo a erosão pela descida das águas e pelo intenso pisoteio, já que o local é muito frequentado.

Recomendações: sugere-se alguns trabalhos de contenção de erosão para evitar maiores danos ao traçado.

Vias de Escalada A

O Encontro e Descida Ernesto Sabato.

Vias de Escalada B

Cagões e Mercenários, Speed Green, Sérgio Jacob, Rodolfo Chermont, Beco da Coruja, Erva Proibida, Erva Mate, Colé Cumpadi.

Escalada 4 - Capacete

Caminhada de Acesso. Após a casa do Vale dos Deuses, a trilha sobe à esquerda chegando próximo à base da via CERJ.

Vias de Escalada C

Os Quatro Inimigos, Projeto Fernando Vieira, Devaneios do Repouso.

Vias de Escalada D

CERJ / Variante Dandão / Variante Juliano, Fata Morgana, Samba do Crioulo Doido, Insetos, Trapos e Trapanos, Meninos Perdidos, Sol da Meia Noite, Sólidas Ilusões, Roberta Groba, Pança de Mamute.

Vias de Escalada E

El Cabong, Ura Ura Rapaz, Batman Nunca Mais, Por Conta do Acaso.

Escalada 5 - Crista do Dragão

Caminhada de Acesso. A trilha começa a direita de quem chega ao Vale dos Deuses. Passa ao lado do camping e entra na mata à direita. A trilha está sinalizada e em boas condições de orientação.

Vias de Escalada

Hippie Reciclado, Vida Transitória, Tombo à Inglesa, Via em Solo, todas com acesso pelo vale do rio João Brande.

Escalada 6 - Caixa de Fósforos

Caminhada de Acesso. A Caixa de Fósforos apresenta em sua trilha de acesso trechos muito íngremes sujeitos à erosão e desabamentos. O artificial fixo final se encontra em mau estado. Trilha compartilhada com outras escaladas.

Vias de Escalada

Gramoxone, Setor das Fendas.

Escalada 7- Morro do Gato

Caminhada de Acesso. Recomendações: sinalização e novo traçado já próximo ao cume, onde a trilha é extremamente íngreme são necessários.

Vias de Escalada A

Vida Rural, Rapepé, Melzinho na Colher, Cavaleiros do Zodíaco, Homem da Roça, Bode da Tarde, Quinto em Pé, Gato Negro.

Vias de Escalada B

Calipto, No Mato sem Cachorro, Diedro das Abelhas.

Escalada 8 - Ronca Pedra

Caminhada de Acesso. Recomendações: melhorar a sinalização, servindo esta como alternativa para acesso ao Pico Menor e à Crista do Dragão.

Vias de Escalada

Sítio do Pica-pau Amarelo.

Escalada 9 - Morro dos Cabritos

Caminhada de Acesso. Recomendações: sugere-se melhor sinalização, servindo esta como alternativa a mais para os excursionistas.

Vias de Escalada

Mário Arnaud, O Céu é o Limite, Face Norte,

Escalada 10 – Bonsucesso

Caminhada de Acesso. Recomendações: melhorar a sinalização para orientações aos excursionistas. As vias do local transcorrem em fendas, sem proteções fixas. Novas rotas devem ser estabelecidas com critério.

Vias de Escalada

Face Noroeste da Torre Maior, Agulha Encantada, Face Norte, Medos e Mitos, Corajoso Medo, Grito das Andorinhas, Chaminé Brasil, Vazador de Almas, O Segredo do Bloco, Explosão De-Mente.

Escalada 11 - Torres de Vieira

Ainda pouco utilizada pelos excursionistas. Parede praticamente virgem, exceto pela via conquistada por Daniel Guimarães e pela inadvertida variante iniciada por engano por Sérgio Tartari.

Vias de Escalada

Lendas Urbanas, Lendas Rurais.

Escalada 12 - Bico Maior (Vale das Sebastianas)

Caminhada de acesso ainda pouco explorada pelos excursionistas.

Vias de Escalada

Fissura Ana Beatriz e descida Anamaria.

Escalada 13 - Bico Menor (Vale das Sebastianas)

Caminhada de acesso ainda pouco explorada pelos excursionistas.

Vias de Escalada

Luis Fernando Veríssimo e descida Arequipa.

Outras montanhas que poderão ser escaladas

Vale dos Frades:

Pedra D'Anta

Filhote D'Anta

Branca de Neve

Mirante dos Frades

Pico do Quarteto

Mirante Cláudio Coutinho

Buraco do Ouro

Vargem Grande:

Mulher de Pedra

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Zona Primitiva

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

As áreas no entorno apresentam manchas de vegetação florestal secundária, pastagens e pequenos núcleos de produção agrícola de feijão, milho, mandioca, salsa, etc. Nas localidades de São Lourenço e Barracão de Mendes, ocorrem muitas plantações de tomate e jiló com uso intenso de agrotóxicos. Na paisagem ainda observamos mosaicos compostos de matas secundárias, pastos e vegetação rupestre. Está inserida em duas Regiões Hiodrográficas RH IV (Piabanhas) e VII (Rio Dois Rios), na vertente norte da Serra dos Órgãos.

RESULTADOS ESPERADOS

- Operacionalização e melhoria do aproveitamento do serviço de uso público (ecoturismo).
- Aumento e melhoria do efetivo de guardiões e dos dispositivos de prevenção e combate a incêndios.
- Serviço eficiente de fiscalização integrado aos programas de educação ambiental.
- Integração, disseminação e aplicação dos conhecimentos tradicionais e manifestações culturais.
- Sustentabilidade à partir da administração das atividades beneficiárias dos serviços ambientais do Parque.

ATIVIDADES

Atualmente as principais atividades desenvolvidas no Parque são ligadas à fiscalização, educação ambiental, ecoturismo e montanhismo.

RECOMENDAÇÕES

- Construção de camping na região da base dos Três Picos, com instalações sanitárias e área coberta para recreação e refeições.
- Sinalização para acesso ao núcleo Três Picos através de placas colocadas a partir da estrada Teresópolis-Friburgo (RJ-130).
- Sinalização para acesso a todas as trilhas de caminhadas e escaladas através de placas estrategicamente colocadas no começo dos caminhos.
- Orientação ao usuário, através de placas educativas, sobre condutas dentro dos limites do PETP.

- Melhoria das caminhadas para o cume das montanhas Pico Menor e Pico Médio e Caixa de Fósforos através de colocação de cordas fixas e correntes para auxilio dos usuários.
- Colocação de placas indicativas de potencial de riscos nas atividades desenvolvidas dentro dos limites do PETP.
- Colocação de placas com dizeres alertando os praticantes de escaladas sobre atitudes e cuidados a serem tomados na prática do esporte.
- Construção de banheiros com vasos sanitários na região conhecida como “parte alta do Parque”.
- Delimitação de estacionamento para os usuários na área conhecida como “parte alta do Parque”.
- Aquisição de material de resgate, a ser definido por especialistas, para o uso dos guardiões do núcleo Salina.
- Manutenção das estradas de acesso à “parte alta do Parque”.
- Instalação de pórtico na entrada dos limites do PETP.
- Retirada das porteiras colocadas nos acessos ao PETP.
- Retirada dos animais exóticos dos limites do PETP.

INSERIR MAPA 9.6

INSERIR MAPA 9.6

5.5.1.7 - Jacarandá (AEI 7)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Entrada a partir da rodovia BR-116, em Teresópolis, para o bairro do Meudon, passando por área urbanizada, com comércio e indústria, com ocupação na parte mais alta por habitações de baixa renda. Na entrada da área do Parque, há uma pequena casa destinada à fiscalização, localizada em frente à bifurcação da via, que segue, à direita, para área de captação da CEDAE e à esquerda pelo vale do rio Maria da Prata até o bairro Canoas (**Figura 5-2**). As instalações da CEDAE de captação e tratamento de águas abastecem Teresópolis. O local é moderadamente visitado para passeios em trilhas pequenas, algumas formando alças em torno da via principal.

As localidades Meudon e Quinta Lebrão se caracterizam pela alta densidade de ocupação, principalmente por famílias de renda mais baixa. O padrão construtivo das residências evidencia o fato. Pode-se afirmar que estas áreas apresentam os maiores índices de densidade populacional nas imediações do Parque. Algumas residências mais antigas estão localizadas dentro do parque em ambas localidades. Outras ocupações vêm ocorrendo mais recentemente, invadindo áreas dentro dos limites do Parque. A região representa uma opção de lazer para os moradores locais, entretanto, os atos de vandalismo são comuns, assim como a captura de pássaros.

Figura 5-2: Posto de Fiscalização no Jacarandá.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Os acessos, trilhas e instalações do Parque estão em Zona de Uso Extensivo, que se superpõe à Zona Primitiva que permeia toda área.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Está voltada para vertente continental do maciço do Parque, com vegetação predominantemente de Floresta Ombrófila Densa Montana. Está inserida na Região Hidrográfica RH IV (Bacia do rio Piabanhas). Relevo acidentado e rico em mananciais hídricos (rede de drenagem superficial). Destaca-se a riqueza da avifauna.

RESULTADOS ESPERADOS

- Funcionamento do programa de visitação controlada, atendendo aos objetivos da UC.
- Desenvolvimento cultural e conscientização da comunidade através da Educação Ambiental e formação de agentes locais.

ATIVIDADES

- Caminhadas e contemplação da natureza.

RECOMENDAÇÕES

- Melhorar as condições para visitação da área, com a facilitação do acesso ao local e instalação de infraestrutura básica nas trilhas (placas, painéis informativos e dispositivos de segurança).
- Recuperação, manutenção e consolidação do acesso ao núcleo a partir da RJ-130, atravessando o bairro Canoas, seguindo pelo vale do rio Maria da Prata até o posto de fiscalização.
- Manutenção e sinalização da via de acesso ao núcleo pelo bairro Meudon.
- Recuperação da trilha histórica Jacarandá - Caneca Fina, que foi abandonada, com sinalização e manutenção.
- Recuperação do acesso histórico à Prata dos Aredes pelas montanhas, com sinalização e manutenção.
- Implementação de atividades de capacitação, alternativas de desenvolvimento sustentável e outras atividades que possam promover a inclusão social da comunidade carente da vizinhança, parceiros potenciais do Parque.

INSERIR MAPA 9.7

INSERIR MAPA 9.7

5.5.1.8 - Vale da Revolta (AEI 8)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Está localizado às margens da BR-116, km 85, em Teresópolis, no sentido e nas proximidades do bairro Meudon, com entrada de porteira de madeira próxima à placa do Parque. Da entrada segue-se por estrada de terra em mau estado de conservação para o interior da propriedade. Há na parte inicial da estrada uma grande área de pastagem com algumas lavouras. Prosseguindo pela estrada, encontram-se à margem direita duas casas semidestruídas e criação de galinhas. Até essa parte a vegetação remanescente é secundária em fase inicial de regeneração. Adiante, chega-se a um grande platô aberto, com várias lavouras e uma casa ao fundo. Toda essa área é cercada ao fundo por floresta bem conservada. O vale é cortado por um córrego. Há trilhas para a região do Jacarandá e para a EEE Paraíso, atualmente usadas por caçadores, precisando de fiscalização mais intensa. A fazenda é cuidada pelo Sr. Adão e ajudantes.

O local está em fase de desapropriação e está indicado para construção de núcleo de administração do Parque.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

Zona Primitiva.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Está voltada para vertente continental do maciço do Parque. O vale apresenta um platô desmatado, cercado de vegetação predominantemente de Floresta Ombrófila Densa Montana em bom estado de conservação. Está inserida na Região Hidrográfica RH IV (Bacia do rio Piabanhas).

RESULTADOS ESPERADOS

- Funcionamento de um grande núcleo com centro de visitantes, alojamento para pesquisadores, camping e equipamentos educativos.
- Controle da ação de caçadores e palmiteiros nas matas da região.
- Ampliação da visibilidade e atuação do Parque no município de Teresópolis.

ATIVIDADES

No presente as únicas atividades na área são a agricultura e criação doméstica de galinhas e cavalos.

RECOMENDAÇÕES

- O núcleo pode apoiar entidades com atuação consolidada na região, como Tereviva e Espaço Compartilharte, estabelecendo parcerias para a administração do serviço de uso público e educação ambiental do Parque;
- Aproximação do Parque com a municipalidade de Teresópolis, buscando ações conjuntas para proteção e integração do meio ambiente e a sociedade.

INSERIR MAPA 9.8

INSERIR MAPA 9.8

5.5.2 - Áreas Estratégicas Externas (AEE)

5.5.2.1 - Paraíso (AEE 1) – mapa 9.9

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A Estação Ecológica Estadual do Paraíso (EEE Paraíso) foi criada pelo Decreto Estadual n° 9.803 de 14/05/87. Localiza-se entre os paralelos de 22°27’ e 22°32’ de latitude S e os meridianos de 42°50’ e 42°56’ de longitude WGr, numa posição quase central do território estadual fluminense.

É uma Unidade de Proteção Integral, abrangendo área estimada de 4.920 hectares, localizada cerca de 100 quilômetros do centro da cidade do Rio de Janeiro, junto aos contrafortes da Serra dos Órgãos, no município de Guapimirim, entre os municípios de Magé e Cachoeiras de Macacu, fazendo limite com o município de Teresópolis.

Destina-se prioritariamente à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista (**Figura 5-3** e **Figura 5-4**).

Desde sua criação em 1987, sofreu poucas intervenções no sentido de sua implementação, no entanto, mesmo de forma precária a área está bem conservada e protegida devido à existência do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ) em seus limites.

Existe apenas um acesso rodoviário na área e diversas trilhas a pé, que segundo moradores, servem de entrada aos caçadores e coletores de plantas para o comércio ilegal. Não há projetos de subsistência, nem incentivo governamental para os moradores na região, estimulando assim a continuidade das atividades extrativistas.

O CPRJ junto com a Associação Mico Leão Dourado cede uma sala de apoio para a administração do PETP, a qual mantém um funcionário terceirizado prestando serviços à administração da EEE do Paraíso, em suas novas instalações próximas a entrada desta UC.

A área da Estação é de grande valia devido a sua localização estratégica, adjacente às partes baixas e altas do Parque Estadual dos Três Picos, estando localizados no mesmo fragmento de Mata Atlântica. Por isso, a Estação destaca-se nesse plano de manejo como uma das áreas prioritárias para anexação ao PETP, contendo já ações de manejo específicas e toda sua área no mapeamento do Parque. Uma das ações prioritárias propostas para esta área é a alocação de uma sede para serviço de guarda-parques, devido à grande demanda de fiscalização na área, a fim de combater atividades de caça, principalmente.

Figura 5-3: Entrada EEE Paraíso.

Figura 5-4: Auditório do Centro de Visitantes.

CENTRO DE PRIMATOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Insere-se no perímetro da EEE do Paraíso o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), sendo esse uma referência mundial em pesquisas com primatas Neotropicais. O CPRJ está engajado no programa internacional de recuperação e manejo de espécies ameaçadas e conta com apoio legal, administrativo, técnico e político em todas as três esferas do Poder, principalmente a Federal, já que a primatologia foi referida como uma das metas prioritárias no Plano Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico - PBDCT, de 1973/74.

Atualmente o CPRJ mantém em cativeiro 250 primatas de pequeno e médio porte, distribuídos em 85 viveiros. Pesquisa os hábitos de 16 espécies de símios cuja sobrevivência está comprometida.

O CPRJ mantém um patrimônio biótico de valor incalculável, cujo gerenciamento é considerado modelar por entidades nacionais e internacionais interessadas na preservação da vida selvagem. Nele realiza-se uma ampla gama de pesquisas e estudos, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), universidades estaduais (UERJ, UENF), e instituições de pesquisa, como a Fiocruz, que estudam não só as doenças específicas dos macacos, como também aquelas da medicina tropical cujos hospedeiros vivem nas matas da região. Esses estudos epidemiológicos visam conhecer melhor como os diversos organismos que causam doenças ao homem circulam pela natureza, seja através de insetos ou mesmo de vertebrados.

Ressaltam-se ainda as atividades sobre a preservação de espécies, o manejo e a nutrição de primatas neotropicais e sua reprodução em cativeiro, ensaios na área biomédica e em anatomia comparada. Esse conhecimento é repartido com diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo, colocando em destaque a nossa capacidade científica e conservacionista.

Essa área não integrará o PETP mesmo após a anexação da EEEP.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Boa parte da área permanece revestida de mata cuja riqueza biótica ainda é significativa, principalmente sob o ponto de vista florístico.

Apresenta-se recoberta em quase toda sua totalidade pelas formações Submontana e Montana da Floresta Ombrófila Densa, com pequenos trechos de matas secundárias ou ocupação agropecuária (pastagens, canaviais e culturas de subsistência). A fisionomia predominante, entretanto, é de mata primitiva, nas encostas e cumeeiras.

A rica fauna local, típica da Mata Atlântica, também tem ali um refúgio, embora intensamente perseguida por caçadores.

Dezenas de nascentes que vão constituir as microbacias que abastecem cidades vizinhas. A densidade de drenagem é muito alta com padrão variável, predominantemente dendrítico. Milhares de pessoas são favorecidas com essa água, que tem sido administrada pela CEDAE, na conhecida represa do Paraíso. Está inserida na Região Hidrográfica RH V (Baía de Guanabara).

A EEE Paraíso possui relevo montanhoso, extremamente acidentado, formado predominantemente por escarpas serranas, em transição para sistema de relevo com vertentes predominantemente retilíneas a côncavas, escarpadas, com topos de cristas alinhadas, aguçados ou levemente arredondados.

Predomínio de amplitudes topográficas superiores a 500 m e gradientes muito elevados, com ocorrência de colúvios e depósitos de tálus, solos rasos e afloramentos de rocha. O divisor de águas de sua porção norte, de maior altitude, é o limite superior das escarpas serranas e degraus estruturais.

RESULTADOS ESPERADOS

- Melhoria da relação entre os moradores da região e o Parque, na compreensão de que a conservação ambiental pode e deve produzir efeitos benéficos para todos.
- Consolidação da estrutura de recepção e atendimento aos visitantes.
- Consolidação do programa de pesquisas.
- Educação ambiental continuada e inserida na rede escolar da região.

ATIVIDADES

- Educação Ambiental

  Como um dos componentes do Projeto de Consolidação da Estação Ecológica Estadual do Paraíso, o Programa de Educação Ambiental (PEA) está sendo implantado nas escolas da área do entorno da Unidade, tendo como uma das suas principais atividades o treinamento de professores. O programa capacitação para professores em educação ambiental foi feito em parceria com a Reserva Ecológica de Guapiaçú (REGUA) e Secretarias Municipais de Educação de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

  A base didática utilizada pelo PEA foi a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial os Temas Transversais, com o objetivo de integrá-los com o meio ambiente e seus serviços. A cada ano escolhe-se um dos temas – Saúde, Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual – para trabalhar esta integração. O treinamento envolve 12 (doze) escolas, com a participação de 40 professores e mais de 650 alunos, tendo a duração de 3 (três) dias.

  Outras atividades voltadas para a educação ambiental foram a criação de horta comunitária, montada de forma coletiva, com a contribuição da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim, além de doações de empresas privadas e mesmo de pessoas físicas. O mutirão conta com a participação dos alunos, professores e membros da comunidade.

RECOMENDAÇÕES

- Os funcionários da CEDAE têm a necessidade de um plano de educação ambiental devido à prática constante de uma série de ações ecologicamente incorretas, encontradas durante as visitas à Estação. Os mesmos colocam em risco a fauna, a flora e a vida humana ao, por exemplo, incendiar o lixo produzido por eles, empilhar o entulho de obras de qualquer forma, criando um ótimo ambiente para animais peçonhentos, deixar materiais que podem contaminar o solo, entrar com caminhões pesados em estrada de solo frágil e comprometido por erosão e uma série de outras ações que merecem atenção especial por se tratar de uma Unidade de Conservação de proteção integral e uso indireto.
- A comunidade do entorno tem uma visão negativa da EEE do Paraíso por acharem que estão tirando a terra deles sem motivo e de forma autoritária. Isso é fruto da falta de comunicação adequada com os moradores. Por este motivo é necessário fazer um trabalho futuro com audiências públicas, placas explicativas e de identificação espalhadas pela comunidade, reunião com os presidentes das Associações de Moradores e confecção de um boletim informativo periódico sobre o assunto.

- Existem poucos trabalhos científicos na área biológica referente à Estação, considerando a grande importância da biodiversidade desse bioma e o bom estado de preservação encontrado, tornando-se necessário que se realizem estudos mais profundos de fauna e flora no local.
- Nos municípios de Guapimirim, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, onde a produção agrícola é expressiva, vem sendo motivo de preocupação a contaminação dos recursos hídricos em função da utilização de agrotóxicos, já tendo registro de extermínio de peixes em diversos rios da região, além de manifestação de doenças de pele, principalmente em crianças que se banham nestes rios. Recomenda-se que o tema seja enfatizado de modo criativo e diferenciado nos programas de educação ambiental. Complementarmente, devem ser articuladas ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos.
- Destaca-se a necessidade de estudos mais acurados sobre os recursos da Unidade de Conservação, principalmente no que tange a seus recursos hídricos, tais como monitoramento de vazão das águas, e qualidade, na sua área de entorno. Os rios, mesmo quando saem da UC, ainda possuem em vários trechos mata ciliar, o que facilita a gestão da bacia hidrográfica e torna-se um importante manancial para o abastecimento e uso de suas águas.
- Sugerimos que se elabore um modelo de valoração ambiental quanto ao uso e exploração dessas águas pela CEDAE, com vistas à alocação de recursos para a própria UC (por exemplo, o PARNA TIJUCA faz uso de modelo de valoração, para quantificar o valor de uso de sua área, para empreendimentos potencialmente poluidores e que auferem lucros, e que estão dentro de seus limites).
- As áreas naturais como os parques e estações ecológicas são por definição áreas extremamente frágeis para o desenvolvimento de atividades turísticas, já que por falta de alternativas a população do entorno tende a realizar atividades que geralmente levam à destruição ou degradação total dos recursos ali existentes, como o desmatamento através de queimadas, caça e pesca como ocorre na Estação Ecológica Estadual do Paraíso. Dessa forma o ecoturismo pode ser considerado como uma fonte alternativa para o desenvolvimento econômico local, já que pode gerar trabalho e renda, através da manutenção de práticas adequadas de manejo de recursos pondo ao fim as práticas destrutivas.
- A consolidação das obras de infraestrutura da administração e centro de visitantes se faz muito necessária, uma vez que o uso das instalações inacabadas pode até inviabilizar a continuidade da obra. É muito importante a regularização e replanejamento do cronograma físico-financeiro das obras, que atualmente está a encargo da FEEMA.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Dentro dos limites da EEE Paraíso estão construídas cerca de 20 casas, que se encontram em uma lista de remoção e remanejamento posterior para o condomínio construído pela empresa UTE Norte Fluminense, próximo à área de acesso à entrada principal da estação. O processo de remoções pode ser apoiado pelas prefeituras de Cachoeira de Macacu, Guapimirim e o Batalhão Florestal. Esta ação de remoção faz parte do processo da regularização fundiária da Estação, para a consolidação da referida UC. O projeto é financiado pela UTE Norte Fluminense e é parte do programa de compensação ambiental no estado do Rio de Janeiro, da referida empresa.

Também no interior da EEE Paraíso está instalada uma rede coletora e distribuidora de água da CEDAE, de manutenção diária, construída há mais tempo que o Centro de Primatologia, que já tem 30 anos. Funcionários que trabalham no local, não tem o devido treinamento ou informações suficientes sobre o funcionamento da Unidade de Conservação.

INSERIR MAPA 9.9

INSERIR MAPA 9.9

5.5.2.2 - Guapiaçu (AEE 2)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A área focal encontra-se em propriedade particular, denominada REGUA (Reserva Ecológica do Guapiaçú) (**Figura 5-5**), parceira do Parque, cujas terras adentram seus limites e são voltadas para conservação ambiental, conforme exposto adiante.

Figura 5-5: Vista da Reserva Ecológica do Guapiaçú que adentra os limites do PETP.

Existem 02 opções para se chegar à REGUA vindo do Rio de Janeiro:

1. Avenida Washington Luiz - saída em direção leste para Teresópolis, percorrendo aproximadamente 40 km até a localidade chamada Parada Modelo onde se desvia à direita para RJ 122. No km 32, em um posto de gasolina desativado, dobra-se à esquerda onde se percorrerão 13 km de estrada de chão até uma bifurcação, seguindo a esquerda, percorrendo uns 200 metros até a ponte sobre o rio Guapiaçú. Continua-se até a próxima bifurcação dobrando à esquerda e percorrendo 200 metros até atravessar uma pequena ponte. Entrando à direita, chega-se a sede da REGUA.

2. Ponte Rio-Niterói - atravessar a ponte sentido Niterói e continuar na BR-101 em direção a Região dos Lagos. Pode ser utilizado o contorno que evita atravessar a cidade de Itaboraí, seguindo pela BR-101 aproximadamente 12 km e dobrando á direita no viaduto, seguindo pela Av. Teles por pouco mais de 1,5 km, entrando à direita cruzando a linha férrea, entrando na RJ-116 em direção a Nova Friburgo. Depois de percorrer 35 km, chega-se à cervejaria Schincariol e posto policial onde se dobrará à esquerda e se percorrerão 2 km até o Funchal, onde se dobrará à direita. Percorre-se 13 km de estrada de chão até uma bifurcação, onde se

dobra a esquerda percorrendo uns 200 metros até a ponte sobre o rio Guapiaçú. Continuando até a próxima bifurcação, entrando à esquerda. Depois de percorrer 200 metros, se atravessa uma pequena ponte. Entrando à direita chega-se à sede da REGUA.

Existem várias comunidades que compõem o terceiro distrito de Cachoeiras de Macacu, como Itaperiti, Santa Maria, Boas Sorte, Guapiaçu, Santo Amaro, Matumbo, Estreito e Areal. A região da alta bacia do rio Guapiaçú apresenta também áreas de planície caracterizadas pelo uso agropecuário intensivo e extensivo, com diversas culturas de subsistência como inhame, mandioca, milho e feijão. As roças, como são chamadas, estão sempre bem cuidadas e envolvem muita mão-de-obra local e informal. Áreas de pastagens são ocupadas por gado de corte e, em menor escala, produção leiteira. Esta área ganhou reputação pela produção de inhame e atualmente pela do aipim, produto vendido no Rio de Janeiro.

A população desta área está em torno de 3.000 pessoas, e as ocupações sempre foram voltadas para a produção agrícola. Recentemente, a qualidade e fartura de água mineral atraiu fábricas que acabaram se instalando na região, já havendo duas em funcionamento, Cascataí e Romana, e outras 3 em fase de estudos, uma em Santa Maria e duas em São Miguel. Isto tem melhorado muito a oferta de emprego para jovens e a qualidade de vida em geral. Outro fator importante tem sido a mobilização social da população, atraindo pessoas que desejam construir casa de campo na área rural. A comunidade, na maioria, tem consciência da existência do Parque, o apóia e concorda com suas regras.

A REGUA é uma ONG ambientalista inscrita no cartório de Cachoeiras de Macacu desde 1990, trabalhando seriamente desde 2002. Os estatutos comprovam a legitimidade da organização e que a mesma pertence mesmo à comunidade. Emprega hoje 25 pessoas devidamente legalizadas, deste modo aportando recursos financeiros para dentro da comunidade. Recebe visitas escolares de todo o município de Cachoeiras de Macacu, principalmente de escolas através da Secretaria de Educação, com quem tem parceria há dois anos, contribuindo com o transporte escolar, capacitando crianças para participar de seu projeto.

Relevância da área

Cultura: apesar de sua história rica, a área não é muito conhecida. O principal meio de transporte no passado era fluvial, contudo, os rios foram degradados, assoreados, drenados e tiveram seus leitos modificados inviabilizando a navegabilidade e, com isso, muito da historia se perdeu. A Fazenda do Carmo é parte do legado histórico-cultural do município de Cachoeiras de Macacu, sendo mencionada em contos de viagens de exploradores desde 1808. Atualmente, a antiga fazenda do Carmo é propriedade do grupo Schincariol que detém a sede antiga, a qual foi destruída por um incêndio anos atrás. A própria Schincariol não tem muito interesse em promover o turismo local devido à proximidade das áreas de captação de água de sua fábrica. Apesar deste triste cenário, a comunidade de Guapiaçú mantém a tradição centenária de celebrar anualmente a

festividade religiosa da igreja Católica em veneração a Padroeira da região, Nossa Senhora do Carmo. Esta celebração teve origem no século XVIII, quando os monges Carmelitas remontaram o rio Guapiaçú, se estabelecendo na área e começando o seu desenvolvimento agropecuário.

Agricultura: a região baixa da alta bacia do rio Guapiaçú tem um futuro muito promissor em relação à produção agrícola por sua topografia e a qualidade de solos aqui encontrados. A pouca distância da cidade do Rio de Janeiro oferece condições favoráveis para o transporte destas mercadorias. Porém, isto está seriamente ameaçado pelo projeto chamado Barragem Guapiaçu, da CEDAE, com área de inundação prevista para 2.800 ha. Ainda não há consenso sobre todas as consequências que a barragem trará para as estradas, rede de infraestrutura, casas existentes e em construção. Tampouco, como isto afetará as captações de água das mineradoras de água mineral com desemprego da população local. As áreas altas com pastagens e bananais hoje têm sido abandonadas principalmente pelo preço baixo destas mercadorias e a valorização do preço da mão-de-obra.

Pesquisa: A região em geral, por ter florestas em bom estado e por ser perto das cidades universitárias, oferece condições muito propícias a estudos e pesquisas. A REGUA tem oferecido oportunidades para estudantes, pesquisadores e universidades interessados em contribuir para o conhecimento da área, proporcionando a esses alojamentos amplo e confortável, áreas florestais de comprovada qualidade de conservação, projetos de reintrodução de espécies de aves nativas aprovados pelo IBAMA, recuperação de áreas degradadas, além de consolidar a área de amortecimento do PETP com um quadro permanente de guardiões da floresta, reprimindo a ação de caçadores e o extrativismo ilegal.

Conservação: A área toda, conforme comentado anteriormente, é de uma beleza incalculável e a situação atual precária da Mata Atlântica faz dela imprescindível como remanescente de patrimônio natural, recursos hídricos e qualidade do ar. A REGUA não apóia o uso de suas florestas para sistemas agroflorestais, em defesa da biodiversidade natural do lugar.

Turismo: Esta área tem um grande potencial para o turismo. Apesar do grande calor e alta pluviosidade do verão, apresenta vocação para turismo de qualidade, com pousadas e até hotel-fazenda. Já existem diversas trilhas antigas de tropeiros que conectavam as áreas de baixada com as áreas altas, permitindo o comércio de produtos oriundos de cada região. Trilhas como **Areal-Canoas** (comunidade de Areal, na alta bacia do rio Guapiaçú - comunidade de Canoas, município de Teresópolis), **Guapiaçu-Salinas** (comunidade Santo Amaro, alta bacia do rio Guapiaçú – comunidade de Salinas, município de Nova Friburgo) e **São Miguel - Cachoeiras de Macacu** (comunidade de São Miguel, alta bacia do rio Guapiaçú – localidade “Das tocas”, município de Cachoeiras de Macacu) já têm uso consolidado pelo público excursionista.

Com uma área própria de 6.700 ha, a REGUA oferece um sistema de trilhas de aproximadamente 40 km de extensão, percorrendo áreas alagadas até áreas altas do PETP. Estas trilhas servem para os guardiões afastarem os caçadores e oferecerem aos visitantes a oportunidade de conhecer as belezas naturais das florestas. Uma das atrações principais deste sistema de trilhas é a cascata de Santo Amaro.

Fiscalização: Para o exercício das atividades de fiscalização tem-se recebido apoio do IBAMA, do INEA e da Prefeitura local. A REGUA trabalha com 8 guardiões locais, antigos caçadores capacitados para atuarem na conservação ambiental, percorrendo diariamente as suas florestas. A forma de abordagem é sensata, proativa integrando trabalhos complementares como educação ambiental, ajudando a promover o conceito de respeito ao meio ambiente.

Problemas e desafios: a falta de conscientização ambiental na base escolar, conscientização ambiental dos pais destas crianças e falta de opções de lazer, tornam difícil a repressão contra a caça, tanto nas áreas de amortecimento como nas áreas altas do Parque. Há poucas alternativas de trabalho e a caça de animais silvestres continua apresentando-se como um triste hábito cultural. Essa atividade vem sendo registrada na Zona de Amortecimento, áreas baixas e áreas altas do PETP. Caçadores vindos do município de Teresópolis penetram pela região chamada “Mulher de Pedra” para caçar dentro dos limites do Parque.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

A região da alta bacia do rio Guapiaçú apresenta uma área de imponente cobertura de Floresta Ombrófila Densa com cumes acima dos 2.000 metros de altitude (Pico Mulher de Pedra) com inúmeras nascentes e cursos de água tributários da Região Hidrográfica RH V (Baía de Guanabara). A maior parte desta floresta está bem preservada. Em alguns poucos trechos a floresta foi substituída por pastagens, mas em outros trechos existem bananais e roças abandonadas que apresentam sinais de recuperação da sua vegetação. Em geral, a primeira impressão de todos que chegam à região é de uma beleza natural perfeita.

É importante salientar que na alta bacia do rio Guapiaçú, apesar da presença expressiva de caçadores, observa-se grande diversidade de aves (430 espécies), bem como grupos de primatas (muriqui - *Brachiteles aracnóides)*, ambos bioindicadores de qualidade da floresta. Também nas áreas alagadas já pode ser observadas populações de jacarés de papo amarelo (*Caiman latirostris)* e capivaras *(Hydrochoerus hydrochaeris)*. Está em andamento o projeto de reintrodução do Mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii)* que começou no ano 2006.

RESULTADOS ESPERADOS

- Consolidação da parceria entre o PETP e a REGUA através de convênio, potencializando as ações conjuntas em prol do meio ambiente e da inclusão social.

- Sistematização da fiscalização integrada das entidades com ampliação dos instrumentos de proteção ambiental.
- Incorporação do argumento ecológico no ensino básico através da transversalidade da Educação Ambiental nos programas escolares.
- Estrutura organizada de Ecoturismo, conciliando proteção com educação, lazer e desenvolvimento.
- Capacitação local de agentes de ecoturismo, guardiões e educadores ambientais.

ATIVIDADES

- Um trabalho sério tem sido realizado com as comunidades, de organização de visitas gratuitas, acompanhadas pelos guardas da REGUA a fim de educar os visitantes a respeitar a natureza.
- Serviço de proteção ambiental com guardiões locais em constante atualização e aprendizado, acompanhando pesquisadores brasileiros e estrangeiros em seus trabalhos, ensejando a troca de conhecimentos.
- Programa amplo de educação ambiental com visitas constantes de escolas locais e de outras localidades, com apresentações sobre as atividades da REGUA nas associações de moradores e principalmente nas escolas do entorno.
- Convênios com diversas faculdades do Rio de Janeiro para atividades de pesquisas de alunos e pesquisadores.
- Ações de reflorestamento de áreas da zona de amortecimento.
- Turismo voltado para avistamento de aves.
- O Programa Jovens Guardas, que consiste de um curso semanal com jovens entre 10 e 15 anos de idade, moradores das comunidades, oferecendo um currículo rico e aulas práticas na própria REGUA. O Programa visa a formação de uma consciência crítica, formação de opinião, capacitando defensores do patrimônio natural, na alta bacia do rio Guapiaçú.
- Recepção de voluntários do exterior que desejam participar da proposta do projeto. Estes jovens encontram facilidade para criar laços de amizade com os jovens locais, reproduzindo a boa mensagem de união de esforços pela conservação ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- O impacto do turismo deve ser estudado com cautela e precaução. A floresta local apresenta muitas espécies raras e há necessidade de se garantir o cumprimento das normas de zoneamento para proteção destas áreas.

- Sinalização e manutenção das trilhas. Existem muitos jovens interessados na capacitação para guias para poder ajudar nesta atividade.
- A REGUA necessita da presença da fiscalização ostensiva para repressão da caça ilegal, cuja demanda é notória na região.
- Realização de um programa contínuo de palestras sobre a importância e os objetivos do PETP nas escolas e nos clubes sociais, em diversas comunidades. Há áreas de agricultura, principalmente bananais, sendo esse um importante tópico para discussão porque estes são usos de solo conflitante com as diretrizes do próprio PETP.
- O Parque poderia ajudar a REGUA a organizar cursos de capitação para os guardas locais, unindo os esforços para proteção ambiental.
- Construir uma maquete da região para auxiliar nas aulas de educação ambiental e conscientização da comunidade sobre o Parque.

INSERIR MAPA 9.10

INSERIR MAPA 9.10

5.5.2.3 - Canoas (AEE 3)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O acesso a essa localidade se dá a partir da rodovia RJ-130, à direita na altura do quilômetro 6,5, no sentido Friburgo. Trata-se de uma das áreas menos urbanizadas e de perfil mais rural do município de Teresópolis. Além da ocupação residencial, nota-se também uma infraestrutura voltada para as atividades turísticas com muitas pousadas, hotéis-fazendas, haras e sítios. As belezas naturais, associadas ao relevo, representam importantes elementos motivadores do turismo rural e ecoturismo. Outra importante atividade é a agricultura, com destaque para a horticultura. Em menor escala, encontram-se áreas de pastagem. Há uma serraria e uma fonte de água mineral explorada industrialmente (marca Teresópolis).

Esta região serrana apresenta muitos problemas sociais e ambientais. Teresópolis, com cerca de 140 mil habitantes, está em 806º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional e em segundo lugar em favelização no Estado do Rio. O Terceiro Distrito, onde se localiza o Espaço Compartilharte, tem cerca de 4 mil habitantes, uma situação fundiária extremamente confusa, um alto índice de desemprego e subemprego, muitos adultos analfabetos, baixo rendimento escolar e serviços de saúde, saneamento e transporte insuficientes. As famílias de baixa renda vêem-se constantemente destituídas do acesso às políticas sociais básicas e, não raro, vivem em um contexto de desemprego, subemprego e trabalhos temporários, aliados à baixa qualificação profissional e à exclusão do mercado de trabalho. Este quadro se agrava quando se trata da população jovem sem muita perspectiva futura.

O Espaço Compartilharte, associação civil sem fins lucrativos, trabalha há mais de 17 anos na região desenvolvendo trabalho de extrema relevância, e integra o Conselho Consultivo do PETP, numa parceria que vem trazendo excelentes resultados e valorizando a presença do Parque na zona de Amortecimento (**Figura 5-6** e **Figura 5-7**).

Está em estudo a revitalização do caminho que segue pelo vale do córrego Maria da Prata, em Prata dos Aredes, até o núcleo Jacarandá do PETP, visando estabelecê-lo como seu principal acesso. Atualmente esse acesso encontra-se apto apenas para se percorrer a pé, em caminhada leve.

A região possui um potencial turístico fantástico com belíssimas montanhas, rios e cachoeiras, onde o Ecoturismo aparece como excelente oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável da região e a inclusão social. Já existem pousadas na região que têm como principal atrativo a beleza natural e mananciais hídricos do lugar.

Destaca-se como aspecto cultural a festa do boi-bumbá, tradicional na região, com ampla participação da comunidade.

Figura 5-6: Recepção do Espaço Compartilharte.

Figura 5-7: Centro Cultural do Espaço Compartilharte.

Informações históricas

A predominância de matas secundárias na região do entorno do Parque Estadual dos Três Picos se deve ao histórico do uso de solo, desde o passado. Na era pré-cabraliana os índios Coroados, também chamados de “cara preta”, exploravam a região como nômades atrás de alimentos, através da pesca, caça e extrativismo. Ressalta-se também a presença de vários quilombos e outros refúgios da população escrava fugida da região de baixada e da própria cidade do Rio de Janeiro. A região foi inicialmente explorada como fornecedora de madeira, principalmente pau-brasil e jacarandá, e depois como zona de expansão das plantações de cana-de-açúcar. Em seguida os impactos maiores foram as estradas abertas para o escoamento do ouro proveniente de Minas Gerais que incentivou as primeiras ocupações mais regulares. O café também esteve presente em grande parte da região, seguido pela pecuária extensiva, atividades diversas que impactaram negativamente a área e intensificaram os processos erosivos.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

Região de muitas nascentes, localizada na Região Hidrográfica RH IV (Piabanhas), e formação de importantes canais fluviais que vão abastecer a bacia do rio Paraíba do Sul. A altitude varia de 900 a 2.000 metros, em relevo de escarpas marcantes com declividade acentuada ou média. Os principais picos ficam na margem direita do rio Canoas, sendo a margem esquerda composta de morros menores e sem picos marcantes. A margem direita apresenta áreas de difícil acesso devido à declividade, a composição rochosa e cercadas de Mata Atlântica densa e com espécies endêmicas e típicas. Nos pontos de maior declividade, bem próximo aos picos temos vegetação tipo bromeliáceas e marcas permanentes de queda d’água e erosão. A região de Canoas possui uma exuberante Floresta Ombrófila Densa Montana que é refúgio de várias espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. O remanescente florestal da região abriga nas áreas mais altas

grupos de primatas, com destaque para o *muriqui (Brachyteles arachnoides)*, onça pintada (*Panthera onca*), jaguatirica (*Felis yaguarundi*), além de exuberante avifauna.

Apresenta solos com o alto grau de intemperização, acúmulo de silicatos (altamente resistentes ao intemperismo), altamente permeáveis podendo tornar-se inférteis quando sujeitos a supressões florestais. Nas áreas de baixada, de formação mais jovem, ocorrem solos ricos em matérias orgânicas (depósitos sedimentares aluviais) que favorecem a agricultura. A região é marcada pela produção de verduras e hortas. A escarpa rochosa possui solos rasos, denominados litossolos, que, associados à alta pluviosidade e uma declividade acentuada, favorecem a ocorrência dos movimentos de massa. Está claro o papel das formações florestais na estabilidade do complexo sistema, sendo de fundamental importância na manutenção da sua estabilidade. A ação do homem quebra essa dinâmica sistêmica e com isso as consequências são fatalmente seguidas por catástrofes, como inundações e deslizamentos de grande porte, por vezes ocasionando vítimas fatais, que infelizmente seriam evitados se as ocupações fossem previamente determinadas pelos órgãos competentes.

RESULTADOS ESPERADOS

Fortalecimento das iniciativas e parcerias que promovem a educação ambiental e desenvolvimento sustentável da região.

Atividades de fortalecimento do PETP desenvolvidas pelo Espaço Compartilharte

- Ações de integração da comunidade com o PETP:

1. Caminhadas na trilha do Jacarandá até a sede do Jacarandá com equipe do PETP – 2003, 2004 e junho de 2005.
2. Mutirão de limpeza do Jacarandá – Atividade de coleta de lixo em parceria com o PETP – 04/03 2006.
3. Aplicação de ficha de cadastro em comunidades no entorno do PETP – 13.02.2006.
4. Semana do meio ambiente 2006 – visitas nas trilhas do PETP, núcleo jacarandá de 01 a 07 de junho de 2006.
5. Diagnóstico participativo com a comunidade de Canoas – 2006.
   - Termo de parceria encaminhado ao antigo IEF.
   - Pesquisa de opinião com a comunidade de Canoas, Socavão, Prata dos Aredes e Varginha;
   - Oficinas de desenvolvimento local sustentável;

- Visitantes no Centro de Referência;
- Curso de capacitação dos empreendedores locais;
- Curso de capacitação para multiplicadores jovens;
- Exposições itinerantes;
- Cursos e seminários;
- Visitas domiciliares (64) com esclarecimento sobre o PETP.

RECOMENDAÇÕES

- Placas na rodovia RJ 130 indicando a entrada para o PETP.
- Apoio ao trabalho já desenvolvido de Oficinas semanais de Cidadania e Meio Ambiente nas três escolas locais de Canoas, em ações já desenvolvidas como a coleta seletiva de lixo, a colocação de placas com nomes dos rios locais e o acompanhamento da qualidade da água; emplacamento das árvores nativas da região; placas nas escolas locais localizando a escola e sua relação de proximidade com o PETP.
- Apoio e reconhecimento do Circuito Turístico Veredas de Canoas, de empreendedores sociais locais, fomentado e acompanhado pelo Espaço Compartilharte.
- Apoio aos cursos e capacitações realizados no Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável, sobre as UCs e em específico o PETP, assim como no empréstimo de materiais para o acervo do centro de visitantes, sendo atualizado;
- Aproveitamento dos jovens multiplicadores locais já capacitados pelo Espaço Compartilharte na condução das trilhas da região;
- Aproveitamento e apoio ao Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável para o desenvolvimento de cursos e capacitações, diagnósticos, formação de gestores.
- Incentivar a recuperação ambiental das áreas degradadas e também da história, dando especial ênfase às reminiscências das culturas indígenas e negras. Os fatos históricos se tornam enriquecedores para o desenvolvimento da atividade turística.

INSERIR MAPA 9.11

INSERIR MAPA 9.11

5.5.2.4 - Macaé de Cima (AEE 4)

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Acesso pela estrada de Macaé de Cima, que começa na altura do km 70 da RJ-116, em Mury, bairro Debossan, tendo como referência o Hotel Garlipp. Na região incidem duas UCs estaduais sobrepostas: o Parque Estadual dos Três Picos e a Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima, e ainda a APA Municipal, antiga Reserva Ecológica de Macaé de Cima. Tal superposição revelou-se, com o tempo, problemática, de acordo com moradores e atores institucionais que atuam na região. Se, na prática, não amplia o caráter de conservação, por outro lado dificulta a compreensão, disseminação e aceitação dos seus múltiplos objetivos.

A área focal se inicia desde a Fazenda Nathiem e o Jardim Alto-Montano, prosseguindo pela estrada passando pela propriedade de David Miller, autor de renome internacional (publicou livros sobre as espécies endêmicas de orquídeas da região), fundador da Sophronitis Inc., e Centro de Visitantes de diversas entidades ambientalistas internacionais de interpretação ambiental, ornitologia e botânica. O caminho prossegue passando pelo sítio Bem-Te-Vi, sede da Associação Macaé de Cima, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, seguindo pela confluência da estrada ao vale do rio das Flores, onde se destaca a represa de Macaé de Cima, ao lado de uma bela cachoeira, ao tradicional Hotel São João, hoje temporariamente desativado, onde funcionava o principal centro de recepção da comunidade Lufthansa, responsável pelo estabelecimento de mais sítios dedicados à conservação, sobretudo na região das cabeceiras.

Essa primeira parte, de subida, (até a altura do km 6) encontra-se inserida na bacia do rio Bengalas, de onde se tem uma bela visão do Pico do Caledônia. Após, já na bacia do rio Macaé, encontram-se muitos pontos para banho, e mirantes. A partir daí seguem-se diversas propriedades de membros da associação local, à fazenda de Fred Kruger, onde se construiu a Paróquia de São Cristóvão Mártir (chamada informalmente de “Igrejinha”) (**Figura 5-8** e **Figura 5-9**), o histórico Cemitério dos Trannin, que foi uma das família pioneiras, que inaugurou a primeira imigração européia não-portuguesa ao Brasil no séc. XIX. Pouco adiante, no encontro do córrego São Caetano com o rio Macaé forma-se uma bela “prainha de rio”, seguindo, o Poço do Roncador e a Pedra de São Caetano, de 1.657 m de altitude. Da confluência do córrego São Caetano em diante, adentra-se os limites do Parque. Daí sai a trilha para Teodoro, a porção leste da região considerada a mais significativa em espécies endêmicas ameaçadas de todo o Corredor Central Atlântico do Estado. A estrada prossegue ainda passando por propriedades de tradição conservacionista desde a década de 60, hoje já em sua terceira geração de proprietários, como o sítio Ipucazinho, Pacha Mama, sítio Igarapé, pousada Amantes da Natureza, atual centro de recepção de visitantes, em operação desde a década de 70, passando pelo sítio Nascentes, o trutário sítio Gaia, e os retiros com jardins e árvores nativas replantadas da fazenda Verdun. Ali começa a última trilha para o vale do rio das Flores, de rara beleza e estado de preservação, e também a trilha para a Pedra do Faraó

e Pedra Bicuda, uma região que tem sido objeto de investigação científica e pesquisa sistemática documentada há mais de um século, e especial interesse de visitação até os dias de hoje. Esta região, anteriormente composta de pastos, apresenta uma das mais belas florestas regeneradas de todo o Estado. A área apresenta forte vocação para o ecoturismo, ainda subaproveitado embora o roteiro seja muito conhecido.

Embora seja notável a tendência conservacionista de muitas propriedades, muitos moradores da região ainda não demonstram esse perfil. Verificam-se no lugar alguns impactos ambientais que, se não controlados a tempo, podem vir a degradar os ecossistemas locais rapidamente. Na parte inicial da estrada de acesso já se observam casas que se amontoam na margem, em encostas bastante íngremes (Áreas de Preservação Permanente). Na altura do km 5 observa-se um aglomerado de casas fora de padrão com subparcelamento e sem sistemas de tratamento do esgoto, iniciando um amontoamento de habitações. Esta irregularidade situa-se em um vale ao lado direito (sentido Macaé de Cima) da estrada, em local de nascentes, com remoção da vegetação, fazendo necessária a fiscalização ambiental. Além da poluição no córrego ali presente, nota-se uma área de pastagem em uma encosta muito íngreme, onde qualquer queimada pode se alastrar para a área de floresta no entorno. Aponta-se, através dos relatos de usuários frequentes da estrada, o crescente desmatamento, queimadas para eliminação de vegetação e ampliação do descampado adentro da mata, invasão da estrada por carros em estado de sucata, o reparo de carros e estacionamento em plena estrada, construção clandestina de garagens, amontoamento de lixo e sucata. Observa-se a construção clandestina de estabelecimento comercial fora de qualquer padrão de segurança e estética. Se o parcelamento da terra continuar ocorrendo ali, a tendência é o aparecimento de comunidades carentes em pouco tempo. Prosseguindo-se pela estrada, nota-se durante quase todo o trajeto plantações de eucalipto. Na maior parte são pequenos eucaliptais, próximos à estrada. Há também plantações de *pinus*. Tanto o plantio como a extração, como se nota claramente durante o trajeto, são extremamente danosas à mata nativa. Há também grandes pastagens em crescimento em meio à mata nativa.

Figura 5-8: Paróquia de São Cristóvão Mártir.

Figura 5-9: “Prainha” próxima aos limites do PETP.

Está proposta nesse plano a implantação de um núcleo de administração do Parque na parte interna dos limites do Parque.

INSERÇÃO NO ZONEAMENTO

A parte que se insere dentro dos limites do Parque fica em Zona Primitiva.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E BIOLÓGICA PREDOMINANTE

A vegetação predominante é de Floresta Ombrófila Densa Montana e Alto Montana (florestas em estágio avançado de regeneração) sobre um relevo acidentado, geralmente íngreme. Áreas de mananciais hídricos (cabeceiras e drenagem superficial abundante), localizadas sobre o divisor de águas das Regiões Hidrográficas RH VII (Rio Dois Rios) e RH VII (Macaé e Rio das Ostras), alcançando altitudes de 1.200 m.

RESULTADOS ESPERADOS

- Fortalecimento das iniciativas e parcerias que promovam a educação ambiental e desenvolvimento sustentável da região.
- Ação integrada da fiscalização e educação ambiental.
- Implantação de sistema de ecoturismo integrado à comunidade.

ATIVIDADES

Atualmente são desenvolvidas atividades pontuais de educação ambiental, pesquisa e turismo.

RECOMENDAÇÕES

- Medidas para impedir os proprietários dos eucaliptais e áreas de pastagens de promoverem novos plantios e desmatamentos incentivando-os a recuperação das áreas degradadas em suas propriedades.
- Aumento da fiscalização integrada à educação e informação, de maneira progressiva e simultânea, buscando a parceria com instituições e representações locais.
- Apesar de a estrada estar em ótimo estado de conservação, fruto dos esforços dos próprios moradores, verifica-se a presença de muitos pontos sujeitos a quedas de barreiras. É um fenômeno relativamente comum nas estradas de regiões montanhosas, onde o leito da estrada altera significativamente a topografia das vertentes, ocasionando sua instabilidade e provocando movimentos de massa, sobretudo durante chuvas muito fortes no verão. É preciso, no entanto, atenção para essa questão em coordenação com as comunidades locais, que dispõe do conhecimento para lidar com este problema. A comunidade dispõe de equipamento, e

fornece mão-de-obra para a recuperação da estrada, mas há falta de presença e regularidade no apoio necessário do Poder Público.

- Medidas preventivas e corretivas contra numerosas tentativas de loteamentos, subparcelamentos, condomínios e invasões.
- Programas de integração do Parque com a comunidade local incentivando a participação dos moradores.
- Apoio às alternativas de turismo sustentável e interpretação ambiental, tanto para moradores quanto para visitantes.

INSERIR MAPA 9.12

INSERIR MAPA 9.12

5.6 - PLANOS SETORIAIS

Os planos setoriais são a principal ferramenta de gestão da Unidade, onde se definem as ações de manejo necessárias para o cumprimento de seus objetivos. Apresentam-se em 6 temas (**Quadro 5-2**) os quais se dividem em programas, que descrevem além das atividades propostas na Matriz de Análise Estratégica e recomendações das áreas estratégicas (ambas elaboradas com a contribuição dos atores sociais), outras atividades julgadas necessárias pela administração do Parque e equipe técnica do órgão gestor.

Quadro 5-2 - Planos Setoriais

1. PLANO SETORIAL DE CONHECIMENTO	1.1. Programa de Pesquisa 1.2. Programa de Monitoramento Ambiental
2. PLANO SETORIAL DE USO PÚBLICO	2.1. Programa de Visitação e Turismo Sustentável 2.2. Programa de Interpretação Ambiental 2.3. Programa de Recreação/ Contemplação 2.4. Programa de Ecoturismo / Montanhismo 2.5. Programa de Educação Ambiental para a UC 2.6. Programa de Áreas Dedicadas à Atividades Religiosas
3. PLANO SETORIAL DE INTEGRAÇÃO COM A REGIÃO DA UC	3.1. Programa de Relações Públicas 3.2. Programa de Incentivo ás Alternativas de Desenvolvimento 3.3. Programa de Educação Ambiental voltado para o entorno da UC
4. PLANO SETORIAL DE MANEJO DOS RECURSOS	4.1. Programa de Manejo de Fauna 4.2. Programa de Manejo de Flora 4.3. Programa de Manejo de Bacias Hidrográficas 4.4. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
5. PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	5.1. Programa de Fiscalização 5.2. Programa de Prevenção e Combate de Incêndios 5.3. Programa de Vigilância Patrimonial
6. PLANO SETORIAL DE OPERACIONALIZAÇÃO	6.1. Programa de Administração e Manutenção 6.2. Programa de Infraestrutura e Equipamentos 6.3. Programa de Regularização Fundiária 6.4. Programa de Cooperação Institucional 6.5. Programa de Sustentabilidade da UC

5.6.1 - Plano setorial de conhecimento

Objetivo: suprir a Unidade de Conservação com uma base de informações técnico-científicas e organizá-las de modo que possam contribuir para a sua gestão.

5.6.1.1 - Programa de Pesquisa

Objetivo: fortalecer a pesquisa aplicada na Unidade de Conservação e a organização de dados.

Atividades:

1. Elaborar plano de ação para as atividades referentes à pesquisa e estudos, com objetivos, metas, equipamentos, previsão de custos e pessoal necessários, considerando as prioridades voltadas para as demandas do Parque;
2. **SIG:** implantar o Sistema de Informações Geográficas na Unidade com o objetivo de fortalecer seu banco de dados e dar suporte a ações de pesquisa, proteção e monitoramento;
3. Elaborar e atualizar banco de dados contendo pesquisas já consolidadas e em andamento na área do Parque e na sua Zona de Amortecimento (ZA) separadas por tema, além das publicações destas em revistas indexadas e anais de eventos quando for o caso. O banco de dados deve ser disponibilizado para consulta pelos funcionários na administração e para pesquisadores nos centros de visitantes;
4. Promover reuniões entre pesquisadores e comunidades da região para divulgação dos estudos em andamento e resultados já alcançados;
5. Divulgar o Parque no meio científico, buscando parceiros para a execução de estudos e projetos;
6. Temas prioritários para pesquisa:

- Elaborar e atualizar banco de dados georreferenciado contendo as espécies de flora e fauna, temas culturais e históricos existentes no Parque, dados estes obtidos através de levantamentos primários por meio de pesquisas aplicadas. O banco de dados deve ser disponibilizado para consulta pelos funcionários na administração, para pesquisadores nos centros de visitantes e disponibilizado seu acesso ao público em geral;
- Apoiar o projeto de levantamento e monitoramento de grandes carnívoros que vem sendo realizado por pesquisadores do CENAP / IBAMA, nas áreas do mosaico central fluminense. A pesquisa subsidiará estratégias de controle ambiental, com a identificação das estruturas populacionais de fauna sob pressão de caça. O projeto prevê ainda a geração de informações destinadas aos serviços de educação ambiental;
- Complementar o inventário florístico e descrever os ambientes de ocorrência local das espécies de interesse especial (ameaçadas, raras, endêmicas, etc.);
- Realizar estudos fitossociológicos em áreas florestais do Parque, identificando épocas de floração e frutificação, mecanismos de polinização e dispersão das espécies vegetais mais características e com maior importância ecológica;
- Determinar a magnitude, distribuição espaço-temporal e formas de gestão dos impactos gerados por carnívoros domésticos no interior do Parque e em sua Zona de Amortecimento;

- Identificar locais mais frequentes de atropelamento da fauna silvestre nas rodovias que circundam o Parque, indicando as medidas mitigadoras necessárias;
- Estimular pesquisas sobre fragmentação e efeito de borda;
- Determinar o grau de isolamento de algumas populações de espécies de interesse da fauna e da flora;
- Identificar os serviços ecológicos e outros benefícios diretos e indiretos providos pela área do Parque;
- Incentivar estudos visando o uso sustentável de espécies vegetais na Zona de Amortecimento do Parque;
- Identificar a situação atual sobre a regeneração de indivíduos nativos no campo;
- Incentivar o resgate histórico e etnográfico da região de inserção do Parque, buscando conhecimento sobre a história recente do município, e avaliando as modificações ocorridas na paisagem ao longo das últimas décadas, considerando a elevada biodiversidade regional e a exploração descontrolada dos recursos naturais;
- Elaborar projeto de paisagismo nas áreas do camping, centros de visitantes e mirantes;
- Incentivar estudos que dêem suporte para restauração das áreas degradadas no interior da UC e sua Zona de Amortecimento, de acordo com a estrutura da vegetação local; e
- Monitorar frequentemente a ocorrência de espécies vegetais exóticas e avaliar a necessidade de elaboração de programas de manejo e/ou erradicação.

5.6.1.2 - Programa de Monitoramento Ambiental

Objetivo: conhecer o estado atual de fatores físico-ambientais referentes à UC através de levantamentos quali-quantitativos, oferecendo suporte para o planejamento de medidas preventivas ou mitigadoras.

Atividades:

7. Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao monitoramento ambiental, com objetivos, metas, equipamentos, previsão de custos e pessoal necessários;

8. Monitoramentos sugeridos:

   8.1. Propor medidas cabíveis para o monitoramento da qualidade do ar na vertente sul do Parque em função dos possíveis impactos ambientais advindos das atividades previstas para o COMPERJ;

8.2. Monitorar os estoques naturais do palmito-juçara (*Euterpe edulis*) devido à pressão do extrativismo ilegal na área da Pedra do Faraó.

8.3. Monitorar as áreas de maior frequência de mortandade de animais por atropelamento para fins de instalação de equipamentos e obras de travessia, junto a Concessionária Rota 116.

8.4. Realizar o levantamento das trilhas e estradas existentes dentro do PETP e monitorá-las quanto à estabilidade de taludes, drenagem da água da chuva e nível de erosão do seu leito, priorizando aquelas mais visitadas;

8.5. Aplicar metodologias de contenção de processos erosivos de maneira individual para cada trilha ou estrada e fazer isolamento das áreas;

8.6. Monitorar as atividades realizadas dentro de cada zona de acordo com o permitido nas normas de manejo, definidas nesse plano;

8.7. Detectar as áreas com maiores riscos e ameaças para a biodiversidade dentro do PETP;

8.8. Monitorar a efetividade dos corredores biológicos existentes para futuras propostas de anexação e/ou recuperação na ZA;

8.9. Criar sistema de monitoramento de condições meteorológicas, a partir da montagem de uma estação meteorológica mínima, para prevenção de incêndios e danos ambientais causados por tormentas, visando à proteção da Unidade e a segurança de visitantes.

8.10. Monitorar a sucessão natural ou induzida em áreas atingidas por queimadas, fenômenos climáticos e em locais onde houve a retirada de espécies exóticas vegetais e gado, agricultura e a desocupação antrópica;

8.11. Aprofundar o conhecimento e monitorar as populações de maior interesse para a Unidade de Conservação;

8.12. Avaliar a necessidade de renaturalização de drenagens retificadas e eliminação de drenos e monitorar as consequências destas ações sobre rios e lençol freático;

8.13. Identificação de espécies indicadoras para avaliação nas áreas impactadas por agricultura dentro do Parque; e

8.14. Estabelecer pontos de monitoramento regular de parâmetros físicos, químicos e biológicos dos recursos hídricos do interior do Parque e em sua Zona de Amortecimento.

5.6.2 - Plano Setorial de Uso Público

Objetivo: estabelecer mecanismos de administração das atividades de uso público, incluindo controle, sustentabilidade e atendimento ao público contemplando a recreação, ecoturismo e interpretação ambiental na Unidade.

Atividade:

9. Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao uso público, com objetivos, metas, equipamentos, previsão de custos e pessoal necessários.

5.6.2.1 - Programa de Visitação e Turismo Sustentável

Objetivos:

1. Ordenar, orientar, direcionar, estruturar e monitorar a visitação para os diferentes tipos de público, a fim de valorizar o patrimônio natural e histórico-cultural do PETP, incentivando sua conservação;
2. Promover oportunidades para o empreendedorismo, co-gestão e parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais, sempre de forma integrada às comunidades e ao desenvolvimento local;
3. Dispor de equipes capacitadas para o manejo do uso público;
4. Conhecer o fluxo e os impactos da visitação; e
5. Dispor de um sistema de cobrança de serviços para arrecadação com sistema de bilheteria de acordo com o Plano de Operacionalização - Programa de Sustentabilidade da UC.

Atividades:

10. Elaborar programa de comunicação com objetivo de divulgar os atrativos do PETP para a população do entorno e turistas e incentivá-los a participar de atividades relacionadas à recreação, ao ecoturismo e à interpretação ambiental dentro do Parque;

11. Estruturar os centros de visitantes, conforme o Programa de Infraestrutura e Equipamentos – Plano de Operacionalização, que deverão ser os pontos de partida para qualquer percurso de visitação no Parque para receber e orientar o público;

12. Criar material informativo do PETP divulgando seus atrativos e normas de uso público para conduta consciente do visitante e disponibilizá-lo nos centros de visitantes através de site próprio, vídeo demonstrativo e material impresso e, nas Unidades de Informação das áreas estratégicas somente através de material impresso;

13. Realizar estudo de capacidade de carga para os atrativos do Parque.

Com relação à capacidade de carga das trilhas, uma das formas de valorização do Parque se dá através da implantação de um bom programa de uso público, para que os visitantes do Parque apreciem suas belezas e conheçam um pouco de sua biodiversidade. Entretanto, atividades de uso público mal planejadas podem gerar impactos ao Parque, causando degradação às áreas de visitação, sobretudo às trilhas. Para avaliar se as atividades previstas estão bem dimensionadas, é importante que se estabeleçam indicadores de qualidade ambiental e que estes sejam monitorados periodicamente. Itens prioritários para monitoramento devem incluir níveis de espécies invasoras, alteração da estrutura da vegetação, compactação de solo e geração de resíduos. Quando constatado que a visitação ao Parque está gerando impactos além do esperado, adequações na capacidade de carga e/ou nos limites das zonas de uso público devem ser discutidas. A capacidade de carga permite a quantificação dos visitantes, que ao estarem em uma área ou percorrerem o trajeto de uma trilha, poderão causar danos em nível que o ambiente possa suportar, mantendo sua resiliência. Para avaliação da capacidade de carga das áreas de visitação e monitoramento da mesma, deverá ser adotado um método objetivo de identificação de indicadores-chave de impacto, embasado cientificamente, e que envolva a administração da UC.

A definição da capacidade de carga, tanto para o camping quanto para as trilhas propostas e demais áreas de uso intensivo/extensivo, deverá ser estabelecida após a implantação de toda a infraestrutura física das trilhas, conforme projeto a ser elaborado durante o primeiro ano de vigência deste Plano, levando-se em consideração também aspectos como a capacidade física do camping (número de terrenos disponíveis, banheiros, churrasqueiras, etc.), e das trilhas. Sugere-se a implantação de um programa de educação ambiental que eduque o turista a não gerar lixo no Parque.

14. Controlar a entrada de visitantes no Parque através da instalação de bilheterias, em locais e modo estabelecidos no Plano de Operacionalização – Programa de Sustentabilidade da UC, que poderão ser operadas por serviço terceirizado. Este realizará também o levantamento estatístico de visitação. A cobrança de ingressos é uma forma de legitimar os serviços ambientais e as oportunidades de visitação que o PETP disponibilizará. Recomenda-se que o sistema de cobrança de ingressos leve em conta os diferentes tipos de público como estudantes e moradores da comunidade em relação aos valores do ingresso de entrada e outros serviços;

    Para que este programa possa ser implementado com sucesso é fundamental que os funcionários dos núcleos e da coordenação do Parque sejam capacitados para o manejo da visitação e o monitoramento dos impactos. Os principais temas a serem desenvolvidos nessa capacitação são: planejamento e normatização do uso público; informação ao visitante, recepção e controle; organização de atividades e oportunidades ao visitante; monitoramento de impactos; manejo de trilha e do visitante;

Entre as atividades que poderiam ser abordadas durante esta capacitação estão as atividades em sala de aula, atividades em campo e oficinas de planejamento, preparação de planilhas e relatórios. O objetivo deste esforço de capacitação é a minimização dos impactos negativos da visitação sobre os recursos biofísicos da área, ao mesmo tempo em que o leque de possibilidades de visitação e da sua própria gestão poderá ser incrementado;

15. O desenvolvimento e implementação de um sistema de monitoramento para prevenir e registrar acidentes com visitantes e inclusive danos naturais causados por trombas d'água, deslizamentos, acomodações de solo, dente outros, garantindo assim a segurança de visitantes; e

16. Elaborar plano de manutenção dos atrativos (trilhas, mirantes, cachoeiras, rios e monumentos histórico-culturais), baseado em cronograma sazonal, alternando os períodos de manutenção e visitação entre esses, evitando-se tais serviços na alta temporada.

5.6.2.2 - Programa de Interpretação Ambiental

Objetivo: oferecer aos visitantes e usuários do Parque o atrativo das trilhas, cachoeiras e paisagens naturais, não apenas como lazer, mas como fontes de conhecimento e cultura ambiental, vinculando atividades educacionais a esses atrativos.

Atividades:

17. Realizar o levantamento das trilhas existentes na Unidade e indicar o tipo de uso para cada trilha de acordo com as características ambientais locais;
18. Elaborar roteiro interpretativo de trilhas contendo a localização, a descrição, o grau de dificuldade e o tipo de uso de todas as trilhas existentes no PETP, além de mapa georreferenciado do Parque e de cada trilha. O roteiro deve ficar disponível para venda ao público nos centros de visitantes;
19. Promover o estudo dos recursos existentes nas trilhas do PETP, instalar placas informativas e maquetes vivas para o desenvolvimento de atividades de interpretação ao ar livre, visando o melhor entendimento dos aspectos biológicos e interação homem-meio ambiente pelos visitantes;
20. Planejar roteiros de visitação orientada com guias / condutores capacitados para as trilhas de interpretação e educação ambiental, com apresentação de elementos representativos da biodiversidade da Mata Atlântica existentes no Parque;
21. Programar visitas à trilha do Mirante para fins de educação ambiental onde o visitante poderá observar um projeto de recuperação ambiental em andamento;
22. Realizar canais de drenagem e contenção de erosão nas trilhas, quando necessário;

23. Promover a limpeza e manutenção das trilhas existentes através de vistorias planejadas pela equipe; e
24. Construir alternativa de acesso para visitantes com necessidades especiais na Trilha do Jequitibá, principal atrativo do núcleo Jequitibá.

5.6.2.3 - Programa de Recreação / Contemplação

Objetivo: oferecer ao público boa infraestrutura de recepção, maior variedade de experiências e oportunidades de lazer nos atrativos do Parque.

Atividades:

25. Estabelecer e incentivar roteiros de visitação específicos para atender a públicos diferenciados (idosos, crianças, esportistas, etc.) para lazer e contemplação;
26. Incentivar o uso recreacional em rios e cachoeiras como alternativa de lazer para a população do entorno e turistas;
27. Realizar levantamento de locais propícios para instalação de estruturas de apoio (bancos, mesas, etc.) e construção de mirantes;
    - Construir um mirante na margem da RJ-116, próximo ao ponto mais alto da rodovia, no sentido Cachoeiras de Macacu – Nova Friburgo, antes do posto de policiamento.
28. Reestruturar e recuperar trechos de trilhas que oferecem riscos físicos, ou implantar traçado alternativo, quando necessário.

5.6.2.4 - Programa de Ecoturismo/Montanhismo

Objetivo: divulgar a vocação do PETP para prática de esportes de montanha e incentivar essa prática.

Atividades:

29. Criar *banners* ilustrativos com os atrativos de montanha do PETP e colocá-los nas estradas de acesso ao Parque e centros de visitantes com o objetivo de incentivar a prática do ecoturismo.
30. Gerar o aumento da demanda do público de esportistas de trilhas, montanhismo e escalada;
31. Construir um sistema de divulgação das vias de escalada e incentivar a prática de montanhismo nas trilhas existentes na área estratégica Três Picos (AEI-6); e
32. Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas (SEBRAE, ANDA BRASIL, organizações de caminhantes, etc.) com objetivo de obter financiamento subsidiado para estrutura de ecoturismo.

5.6.2.5 - Programa de Educação Ambiental para a UC

Objetivos:

- Elaborar um plano de ação para as atividades referentes à educação ambiental, com objetivos, metas, equipamentos, previsão de custos e pessoal necessários, promovendo o desenvolvimento do conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental tendo como palco de atividades o Parque; e
- Desencadear uma estratégia de transversalidade voltada para este tema, por meio da criação de um plano de ação para sustentar as ações e integrá-las aos demais programas dos outros planos setoriais deste documento. Para isso será necessário criar mecanismos que promovam seu planejamento e viabilizem a articulação entre os diferentes programas.

Atividades:

33. Articular e consolidar a política de Educação Ambiental na Unidade em consonância com as diretrizes reconhecidas pela Superintendência de Educação Ambiental conforme orientação estabelecida pela Secretaria Estadual do Ambiente, considerando, ainda, os objetivos de criação do Parque;
34. Criar e estabelecer mecanismos para o estímulo ao desenvolvimento de ações de Educação Ambiental;
35. Implementar e consolidar ações participativas de fortalecimento à educação ambiental com a participação da sociedade civil do entorno do Parque, por meio do seu Conselho Consultivo;
36. Promover a formulação de projetos de educação ambiental voltados ao conhecimento e à conservação dos recursos naturais do Parque, em parceria com instituições de ensino, pesquisa, redes, fóruns, ONGs, empresas e demais entidades/órgãos;
37. Desenvolver projetos voltados para o tema das práticas religiosas responsáveis em ambientes naturais sensíveis;
38. Implementar um programa de avaliação continuada dos projetos de educação ambiental desenvolvidos para o Parque; e
39. Promover programa de voluntariado no Parque:
    - Elaborar visitas com palestras nas comunidades com a finalidade de atrair voluntários para auxiliar a equipe do Parque nas coordenações de uso público e educação ambiental;
    - Capacitar os voluntários através de cursos de formação de agentes multiplicadores locais.

5.6.2.6 - Programa de Áreas Dedicadas a Atividades Religiosas

Objetivo: assegurar a integridade ambiental nos locais utilizados para fins religiosos, respeitando a liberdade garantida no Artigo 5º da Constituição Federal.

Atividades:

40. Realizar o cadastramento de todas as áreas naturais usadas para fins religiosos nos limites do Parque, com informações detalhadas da natureza e características dessas atividades;
41. Realizar o estudo de capacidade de suporte de áreas sensíveis usadas para atos religiosos;
42. Estabelecer normas em sintonia com a Secretaria Estadual do Ambiente, para disciplinar o uso das respectivas áreas; e
43. Desenvolver projeto estrutural para a área de uso tradicional na rodovia RJ-116, delimitada no zoneamento como Zona Histórico-Cultural.

5.6.3 - Plano Setorial de Integração com a Região da UC

Objetivo: inserir o PETP no cenário ambiental, social e econômico do seu entorno, integrando-o às municipalidades, instituições de ensino, pesquisa, redes, fóruns, ONGs, empresas e demais entidades/órgãos, de forma a avançar e manter um processo de convivência do Parque com a região, apoiado pelo Conselho Consultivo possibilitando a gestão participativa da Unidade de Conservação.

5.6.3.1 - Programa de Relações Públicas

Objetivos:

- Criar condições para consolidação de canais efetivos de comunicação entre a comunidade e a administração do Parque;
- Posicionar-se perante a sociedade e fazer frente a todos os desafios que compõem o cenário da Zona de Amortecimento, planejando, administrando e pensando estrategicamente a sua comunicação; e
- Atuar na gestão estratégica da comunicação externa à UC, buscando a avaliação de cenários de ameaças e oportunidades presentes na dinâmica do ambiente local, avaliando a cultura organizacional, e pensando estrategicamente as ações comunicativas da UC e a Zona de Amortecimento.

Atividades:

44. Incentivar e promover a gestão participativa dos integrantes do Conselho Consultivo do PETP, visando maior representatividade na região;
45. Promover a troca de informações entre a administração do Parque e a sociedade civil organizada a fim de fortalecer as interações socioambientais;
46. Planejar uma estratégia de comunicação para dar visibilidade ao órgão gestor do Parque;
47. Aprofundar o conhecimento sobre as comunidades do entorno do Parque para que as ações estratégicas da administração sejam as mais abrangentes possíveis;
48. Promover ações locais que gerem mudanças de reconhecimento do Parque pela população do entorno através do relacionamento institucional dos núcleos da UC com a comunidade;
49. Valorizar a importância ambiental do PETP para que este passe a ser destaque na mídia local e regional ou mesmo em campanhas conservacionistas; e
50. Integrar a ZA ao Programa de Relações Públicas por meio de ações conjuntas que destaquem o uso estratégico da sinalização, efetivem a comunicação com formadores de opinião e grupos de influência, e corroborem para edificar a comunicação com as comunidades locais por meio da aplicação das ferramentas de comunicação, parcerias e materiais de divulgação produzidos, incluindo a aquisição de uma unidade móvel de educação ambiental (sprinter multimídia), para facilitar a comunicação.

5.6.3.2 - Programa de Incentivo as Alternativas de Desenvolvimento

Objetivo: promover a relação socioambiental do Parque com as populações inseridas em sua ZA, fortalecendo práticas de desenvolvimento econômico sustentáveis.

Atividades:

51. Incentivar a diversificação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento econômico na ZA como fonte de diminuição de pressões à UC;
52. Articular com associações locais e instituições de pesquisa e extensão rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e secretarias municipais de agricultura para apoiar tecnicamente a produção sustentável nas comunidades do entorno;
53. Identificar e apoiar grupos já praticantes de atividades econômicas sustentáveis na região como, por exemplo, a produção orgânica na comunidade de Canoas e de ervas medicinais na comunidade de Salinas e, articular parcerias com os mesmos visando à promoção de oficinas para o restante da população inserida na ZA do Parque;

54. Estimular outras práticas como: o turismo regional, a produção e venda de artesanato, técnicas de permacultura, a produção orgânica através de sistemas agroflorestais, exploração de florestas plantadas, entre outras;
55. Estimular a prática de ecoturismo, turismo de aventura e esportes radicais ligados à natureza, no entorno da UC, considerando os atrativos naturais existentes;
56. Promover em parceria com a Federação de Esportes de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro – FEMERJ, cursos e atividades voltadas ao montanhismo para serem ministrados à interessados das comunidades dos municípios do entorno do Parque; e
57. Promover curso de capacitação para condutores de trilhas do PETP a interessados das comunidades dos municípios do entorno do Parque.

5.6.3.3 - Programa de Educação Ambiental voltado para o Entorno da UC

Objetivos:

- Fortalecer a cultura ambiental nas comunidades através de ações diretas educativas, que incorporem o argumento ambiental;
- Promover a educação ambiental por meio do eixo não-formal envolvendo a UC com os comitês de bacia hidrográfica, grupos, entidades, secretarias de educação, comunidades e movimentos sociais, o setor produtivo e o turismo; e
- Inserir a temática ambiental nos institutos sociais públicos e privados e meios de comunicação, através dos recursos ambientais e humanos disponíveis no Parque, sempre que possível em parceria com as municipalidades.

Atividades:

58. Articular com as secretarias de educação dos municípios do entorno, a integração da rede de ensino público local com a UC e a inserção da temática ambiental nos currículos escolares, de acordo com a proposta do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Secretarias Estadual de Educação;
59. Definir junto ao Conselho Consultivo temas para aplicação de palestras para a comunidade do entorno, voltados às áreas ambiental e educacional;
60. Criar calendário ambiental que servirá como base à realização de eventos comemorativos e eventos técnicos (palestras, cursos de capacitação e oficinas) para as populações inseridas na ZA do Parque e turistas;
61. Incluir no calendário ambiental a comemoração de eventos que estão ligados ao resgate histórico-cultural da região, como a “Dança Mineiro Pau” na região de Salinas, dentre outras;

62. Promover a educação ambiental nas escolas do entorno, através da realização de palestras e ainda, o treinamento e/ou aprimoramento de professores com cursos e oficinas abordando o tema;
63. Promover a conscientização ambiental da população inserida na ZA do Parque através da realização de campanhas voltadas para: (i) a importância da floresta para preservação dos mananciais hídricos, para conservação da biodiversidade e qualidade de vida da população; (ii) a prevenção de incêndios florestais; (iii) o combate à práticas ilegais como desmatamentos, construções irregulares, caça, captura e comércio ilegal de animais e plantas nativas, e suas consequências legais e ambientais.
64. Realizar atividades de divulgação e valorização do PETP, esclarecendo aos visitantes especialmente sobre a oferta de serviços ambientais, o que a Unidade proporciona para as regiões do entorno, fazendo a população compreender a necessidade de sua preservação;
65. Trabalhar positivamente a imagem da onça parda buscando a simpatia da comunidade do entorno para com o animal, através de explicações sobre a importância da onça parda para a biodiversidade e de sua conservação, visto que a mesma foi escolhida como símbolo do PETP;
66. Adicionar ao vídeo demonstrativo a ser passado no centro de visitantes, sugerido no Programa de Visitação e Turismo Sustentável, informações educacionais explicativas sobre Unidades de Conservação, seus objetivos gerais e a inserção do PETP nesse contexto; e
67. Criação de catálogos de fauna e flora existentes no Parque, além de banners ilustrativos sobre o tema com o objetivo de valorizar a biodiversidade do PETP.

5.6.4 - Plano Setorial de Manejo dos Recursos Naturais

Objetivo: implantar ações de manejo para conservação e/ou recuperação dos recursos naturais do PETP (fauna, flora e recursos hídricos) de forma integrada, a fim de proporcionar o melhor funcionamento de seus ecossistemas como um todo.

Atividade:

68. Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao manejo de recursos naturais, com objetivos, metas, previsão de custos, equipamentos e pessoal necessários.

5.6.4.1 - Programa de Manejo de Fauna

Objetivo: aumentar o conhecimento sobre a fauna existente nos limites do PETP e propor ações de conservação e controle.

Atividades:

69. Incentivar principalmente projetos que abordem o levantamento detalhado da fauna indicando as espécies endêmicas, ameaçadas e bioindicadoras e o estudo da ecologia e biologia das mesmas a médio e longo prazo, contribuindo com o enriquecimento do banco de dados sugerido no Programa de Pesquisas;
70. Incentivar estudos sobre espécies silvestres nativas ameaçadas de extinção presentes no PETP;
71. Desenvolver estudos e protocolos que possam subsidiar a prática de reintrodução e translocação de espécies silvestres nativas em extinção e elaborar programas de soltura e monitoramento de espécimes de origem comprovada na Unidade de Conservação, de acordo com normas e procedimentos criados;
72. Desenvolver estudos para subsidiarem ações de erradicação e controle de espécies animais exóticas, principalmente aquelas de origem doméstica;
73. Contemplar nos projetos de recuperação dentro do Parque, na sua Zona de Amortecimento e nos corredores florestais adjacentes, as espécies vegetais locais mais atrativas à fauna;
74. Viabilizar cursos de manejo de espécies exóticas agressivas à UC para os técnicos do Parque; e
75. Realizar campanhas com a comunidade, de como proceder em casos de acidentes com animais peçonhentos e em casos de necessidade de salvamento da fauna.

5.6.4.2 - Programa de Manejo de Flora

Objetivo: aumentar o conhecimento sobre a flora existente nos limites do PETP e propor ações de conservação e controle.

Atividades:

76. Incentivar principalmente projetos que abordem o levantamento detalhado da flora indicando as endêmicas e ameaçadas e o estudo fitossociológico das espécies, contribuindo com o enriquecimento do banco de dados sugerido no Programa de Pesquisas;
77. Realizar coleta rotineira de material botânico através de excursões periódicas para obtenção de material ainda não existente no banco de dados, mediante autorização do órgão gestor;
78. Incentivar a visita de pesquisadores para inventariar a floresta densa localizada nas áreas de maiores altitudes do PETP;
79. Desenvolver estudos para subsidiarem ações de controle de espécies exóticas;
80. Viabilizar cursos de manejo de espécies exóticas agressivas à UC para os técnicos do Parque;

81. Monitorar a vegetação através da instalação de parcelas permanentes para acompanhar a sucessão vegetal em diferentes unidades pedológicas e geomorfológicas, que também servirão para o monitoramento da cobertura florestal;
82. Implantar sistema de demarcação de matrizes para pesquisas com sementes nativas, mediante autorização do órgão gestor;
83. Desenvolver modelos específicos de recuperação de áreas para cada situação de degradação da UC, considerando, também, as áreas afetadas pelo efeito de borda;
84. Incentivar o uso de espécies frutíferas nativas e atrativas de fauna nos projetos de recuperação, priorizando o estabelecimento de estudos e pesquisas que levem em consideração a interação animal-planta.

5.6.4.3 - Programa de Manejo de Bacias Hidrográficas

Objetivo: promover a conservação dos recursos hídricos através do manejo preventivo e/ou corretivo de suas microbacias e resolução de questões legais.

Atividades:

85. Incentivar o estudo das funções protetoras da floresta para solo e bacia hidrográfica;
86. Identificar através de pesquisas as principais microbacias, localizadas nos limites do PETP, responsáveis pelo abastecimento público de água em quantidade e qualidade e estabelecer programa de conservação prioritário das mesmas;
87. Estabelecer projeto de conscientização da população residente nos municípios do entorno, que tenha como abordagem principal a importância da conservação das microbacias do PETP, através da apresentação dos serviços ambientais prestados por essas, focando o recurso “água”;
88. Recuperar e restaurar microbacias degradadas através de técnicas físico-biológicas ou biológicas, de acordo com a especificidade de cada uma, e preservar aquelas que estão bem conservadas;
89. Monitorar periodicamente as microbacias a fim de controlar quantidades e qualidade da água, especialmente aquelas localizadas em áreas de uso extensivo;
90. Realizar a prevenção e o controle de voçorocas e carreamento de sedimentos nos rios;
91. Disciplinar águas pluviais das estradas a fim de conter a erosão dos solos; e
92. Disciplinar as captações de água nos limites da UC, estabelecendo critérios e contrapartidas para autorização, conforme Art. 47 da Lei 9.985/00.

5.6.4.4 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Objetivo: identificar e recuperar as áreas perturbadas e degradadas do Parque.

Atividades:

93. Recuperar as áreas inseridas nas zonas de recuperação ambiental indicadas pelo zoneamento do Parque utilizando os seguintes critérios de prioridade: áreas com maior erodibilidade do solo e maior visibilidade pelos visitantes;
94. Identificar outras possíveis áreas perturbadas ou degradadas no Parque, que não estão apontadas no zoneamento e realizar a recuperação dessas;
95. Identificar o grau de perturbação de cada área a fim de indicar o método de recuperação a ser aplicado, podendo este ser por implantação de medidas biológicas, de medidas físico-biológicas ou regeneração natural com auxílio de poleiros artificiais. Todas as áreas em recuperação devem ser isoladas;
96. Nos casos que envolvem a implantação de medidas biológicas para recuperação, utilizar espécies nativas da Mata Atlântica, dando prioridade às que ocorrem no Parque e entorno e as frutíferas para atrair a fauna local. Deve-se considerar a intercalação de indivíduos de diferentes grupos ecológicos (pioneiras, secundárias e clímax) no plantio, de acordo com a área.
97. Implantar viveiro florestal temporário a fim de atender a necessidade de mudas para recuperação de áreas degradadas no Parque. Tal viveiro deverá ser implantado fora do perímetro do Parque, porém próximo aos seus limites, facilitando a logística.
98. Criar projetos, a serem previamente aprovados pelo órgão ambiental responsável, para coleta de sementes no PETP nas zonas de média e alta intervenção, dando suporte para implantação do viveiro.
99. Estabelecer e regulamentar parcerias com instituições públicas e privadas para a elaboração e implantação de projetos de recuperação ambiental.

5.6.5 - Plano Setorial de Proteção Ambiental

Objetivo: implementar ações de preservação dos recursos naturais e materiais do PETP que garantam a proteção da Unidade como um todo.

Atividades:

100. Elaborar plano de ação para as atividades referentes à proteção ambiental, com objetivos, metas, equipamentos e pessoal necessários; e

101. Implantar postos de fiscalização que servirão de pontos de partida para atividades de fiscalização e prevenção e combate a incêndios. Cada posto terá área de atuação preestabelecida, de forma que, no seu conjunto, possam abranger toda área do PETP. Sua distribuição pela Unidade será conforme aponta o Programa de Administração e Manutenção – Plano Setorial de Operacionalização.

    Adquirir uma unidade móvel de fiscalização e combate a incêndios para garantir o cumprimento desses objetivos enquanto se dá o processo de implantação dos postos de fiscalização, visto que essa é uma ação prioritária. Uma vez implantados esses postos, a unidade móvel continuará dando suporte às atividades atuando ao longo de todo o PETP.

5.6.5.1 - Programa de Fiscalização

Objetivo: reprimir os crimes ambientais dentro da Unidade de Conservação.

Atividades:

102. Elaborar e manter um banco de dados de ocorrências, para que se possa acompanhar através de sistema informatizado as variações de ocorrências por tipo e por setor mensalmente, dando base ao planejamento da fiscalização;
103. Apontar setores prioritários e rotinas de fiscalização no plano de ação de proteção a fim de mitigar ilícitos ambientais nos limites do Parque. Este plano deverá ser permanente e revisado anualmente, priorizando o combate aos tipos de ilícitos e setores com maior número de crimes ambientais registrados nos boletins de ocorrência obtidos;
104. Dotar a Unidade de material, equipamentos e pessoal necessários para realização das atividades de fiscalização (pessoal habilitado para tal finalidade);
105. Todos os funcionários da fiscalização deverão andar uniformizados com identificação funcional fornecida pelo INEA;
106. Buscar o apoio da comunidade do entorno imediato nas denúncias de ilícitos ambientais na Unidade;
107. Criar disque-denúncia para a UC e/ou mecanismo semelhante;
108. Intensificar as atividades de fiscalização nos fins de semana e feriados;
109. Realizar trabalhos educativos nas áreas de maior ocorrência de crimes ambientais, integrando, dessa forma, a educação ambiental às ações de fiscalização;
110. Criar programas educacionais de prevenção voltados ao desmatamento, à retirada de plantas e animais, ao extrativismo de palmito e ao tráfico de animais silvestres;
111. Controlar a entrada de animais domésticos na UC;

112. Realizar a fiscalização interna do PETP através da rede de trilhas indicadas para este fim conforme o “roteiro interpretativo de trilhas” a ser criado, citado no Programa de Interpretação Ambiental – Plano Setorial de Uso Público;

    Só será permitida a abertura de novas picadas mediante comprovação de sua necessidade e aprovação da Direção do INEA/RJ;

    Deve-se dificultar o acesso ao público às trilhas específicas de fiscalização, por meio de sinalização sobre a proibição de acesso com as penalidades previstas.

5.6.5.2 - Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

113. O Programa de Prevenção e Combate a Incêndios do PEPT encontra-se em fase de elaboração.

5.6.5.3 - Programa de Vigilância Patrimonial

Objetivo: efetuar a guarda e proteção dos bens materiais encontrados no interior da Unidade.

Atividades:

114. Manter o patrimônio vigiado 24h por dia através de terceirização de serviço via contratação de empresa especializada;
115. Garantir a proteção efetiva do patrimônio através de Plano de Vigilância, incluindo o rodízio de seguranças nas guaritas a serem construídas na sede, núcleos e áreas estratégicas que possuam infraestruturas e bens materiais do Estado;
116. Instalar infraestrutura adequada para uso da vigilância patrimonial, conforme Programa de Infraestrutura – Plano de Operacionalização.

5.6.6 - Plano Setorial de Operacionalização

Objetivo: garantir a implementação do Plano de Manejo, através do atendimento de atividades-chave que proporcionem o bom funcionamento da UC como: o provimento de pessoal e equipamentos necessários, a proteção dos recursos naturais e culturais, o oferecimento de atividades de uso público com qualidade e a articulação com instituições afins à Unidade.

5.6.6.1 - Programa de Administração e Manutenção

Objetivo: consolidar a administração e assegurar a manutenção dos recursos materiais e humanos no presente e no futuro, no que se refere à quantidade, qualificação e atribuições para o fiel cumprimento dos objetivos do Parque.

Atividades:

117. Elaborar o regimento interno do Parque. Esse instrumento será elaborado pela administração do Parque e submetido à aprovação do órgão gestor. O estabelecimento do regimento interno dar-se-á através de Portaria da Presidência do órgão.

118. Determinar no regimento interno a ser elaborado, o funcionamento da administração do Parque, incluindo a visitação, de terças-feiras aos domingos, conforme segue:

    Os serviços das áreas de uso público estarão à disposição dos visitantes nos horários de funcionamento regular do Parque, que abrirá diariamente às 8h, encerrando suas atividades às 17h, excetuando-se as segundas-feiras;

    Os serviços de administração do Parque funcionarão nos seguintes expedientes: 7h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min, atendendo às especificidades da área, de segunda a sexta, sendo que o expediente na segunda será apenas interno;

    O Parque estará fechado à visitação pública às segundas-feiras, para que sejam providenciados os procedimentos de manutenção e limpeza, exceto quando for feriado, devendo o fechamento para manutenção ser transferido para o dia útil subsequente. Essa medida deverá ser bastante divulgada, principalmente junto às empresas de turismo, bem como no *site* da unidade.

Em casos especiais poderá haver necessidade de acesso ao Parque em horários em que o mesmo encontra-se fechado para visitação, como por exemplo, para escaladores e pesquisadores, havendo, porém, impedimento previsto no Decreto Estadual 39.172/2006, que defini os horários de visitação das Unidades. Portanto, recomendamos a alteração do referido Decreto, para que se contemple esses casos especiais, para os quais poderão ser adotadas medidas de controle. Pedidos de autorização para entrada no Parque em horários especiais deverão ser encaminhados com antecedência determinada pelo Decreto revisado e poderão ser feitos mediante cadastramento nos núcleos ou via e-mail. Uma vez autorizada a entrada, o visitante deverá portar obrigatoriamente a autorização durante sua estadia e apresentá-la na administração do Parque em horário de funcionamento normal. O referido cadastro deverá informar no mínimo os nomes, contatos e identificação dos visitantes, tempo de visitação, local e percurso a ser visitado e objetivo da visita.

119. Manter os usuários da Unidade informados sobre as normas da UC, através da disponibilidade do regimento interno nos centros de visitantes e Unidades de informação, por meio de treinamentos e capacitações durante o ano;

120. Desenvolver cursos de capacitação para os funcionários (inclusive os guardas-parques) da UC sobre: legislação ambiental (federal, estadual) em vigor; orientações e documentos técnicos produzidos; utilização de GPS, clinomêtros, altímetros e cartografia; relações humanas; e conhecimentos básicos sobre a flora e fauna do Parque e regionais;

121. Prover o PETP de pessoal e equipamentos necessários para execução das atividades propostas e garantir o bom desenvolvimento dessas;

122. Articular com outras Unidades de Conservação do entorno, principalmente com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (ICMBio) e Estação Ecológica Estadual do Paraíso, a formação de mosaico para gestão integrada dessas áreas;

123. Identificar a necessidade de implantação de melhorias e de manutenção dos monumentos histórico-culturais do PETP e áreas dedicadas a práticas religiosas e programar vistorias a estas áreas para este fim;

124. Identificar a necessidade de manutenção dos recursos cênicos do PETP, como as trilhas de recreação e contemplação, acesso a mirantes, cachoeiras e rios, e programar vistorias a estas áreas para este fim;

125. Promover junto a grupos de escoteiros, atividades que possam trazer manutenção para as trilhas de fiscalização e uso público, além de locais atrativos do PETP;

126. Realizar o controle das instalações que dão suporte ao funcionamento do Parque, como a sede e núcleos da Unidade, centros de visitantes, unidades de informação a serem instaladas nas áreas estratégicas internas e externas, alojamentos, guaritas, banheiros, entre outros, através de atividades de manutenção; e

127. Definir os limites do subsolo e espaço aéreo, conforme o artigo 7º do SNUC, por meio de estudo que será realizado pelo órgão gestor da UC, em parceria com as autoridades e órgãos competentes.

Estrutura administrativa do PETP

128. A estrutura administrativa do PETP será dividida em ADMINISTRAÇÃO GERAL (sede) e ADMINISTRAÇÃO DE APOIO (núcleos) (**Figura 5-10**). A ADMINISTRAÇÃO GERAL estará localizada na sede da Unidade, em Cachoeiras de Macacu. Esta será responsável pela gestão da Unidade como um todo e sua ZA e fará interface direta com o órgão gestor (INEA). A ADMINISTRAÇÃO DE APOIO será representada por 6 núcleos distribuídos pelo Parque cujas áreas de atuação estarão relacionadas com as regiões hidrográficas (RH) em que os mesmos estão inseridos (**Quadro 5-5** e mapa 10):

Quadro 5-3 - Área de atuação dos núcleos

NÚCLEO	ÁREA DE ATUAÇÃO (Até os limites da Zona de Amortecimento)
Vale da Revolta	RH-IV (Piabanha)
Paraíso	RH-V (Baía de Guanabara) – Bacia do rio Guapiaçu
Jequitibá	RH-V (Baía de Guanabara) - Bacia do rio Macacu
Silva Jardim	RH-VI (Lagos São João)
Três Picos	RH-VII (Rio Dois Rios)
Macaé de Cima	RH-VIII (Macaé e Rio das Ostras)

Obs.: A sede do Parque e o núcleo Jequitibá estão localizados em Cachoeiras de Macacu.

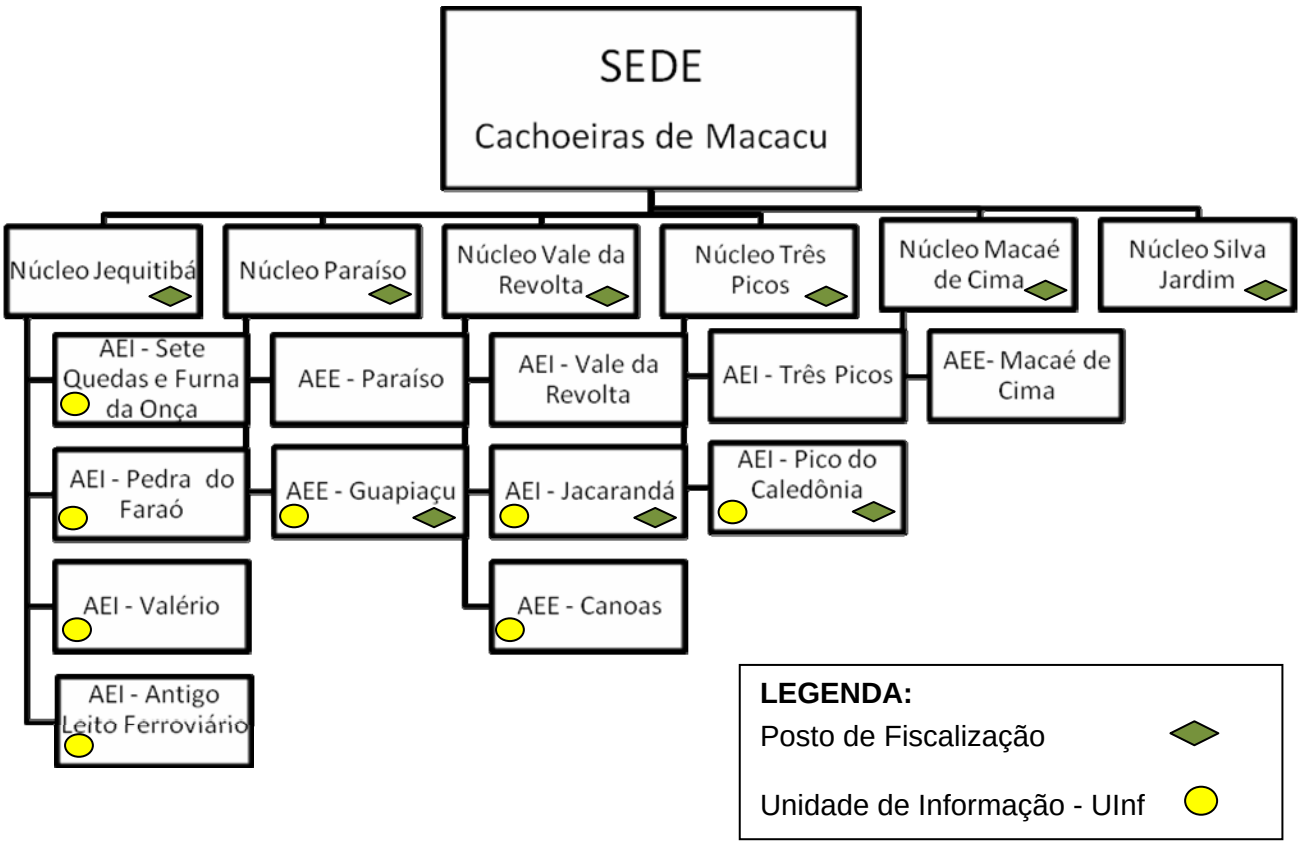


Figura 5-10: Proposta de organograma da estrutura administrativa do PETP

INSERIR MAPA 10
(Áreas de atuação dos núcleos) – A3

INSERIR MAPA 10

129. Foram definidas 12 áreas estratégicas representativas do Parque e sua ZA (mapa 9). Essas foram escolhidas segundo critérios de uso público (consolidado ou potencial) e/ou proteção (prevenção e fiscalização). Cada área deverá contar com uma “Unidade de Informação (UInf)” onde haverá um auxiliar de uso público para disponibilizar informações e orientações ao visitante, exceto nas áreas AEI 6, AEI 8, AEE 1 e AEE 4, onde as mesmas funcionarão nos respectivos núcleos.

130. Nove postos de fiscalização e uma unidade móvel estarão distribuídos de forma a atender as demandas da Unidade em toda sua área. Estes serão lotados com auxiliares de proteção (guardas-parques), que são responsáveis pelo combate a crimes ambientais e prevenção e combate a incêndios;

131. O pessoal alocado nas Unidades de informação e postos de fiscalização deverá responder ao núcleo responsável pela área de atuação na qual os mesmos estão inseridos;

132. Na Sede da Unidade estarão localizadas as coordenações de “Pesquisa e Manejo”, “Uso Público e Educação Ambiental” e “Proteção”, responsáveis pelo planejamento de atividades em todo o PETP. Haverá funcionários das duas primeiras coordenações alocados nos núcleos trabalhando nas respectivas áreas de atuação. Os funcionários da última coordenação serão alocados nos postos de fiscalização.

Cada coordenação terá as seguintes atribuições:

1 - Coordenação de Pesquisa e Manejo:

Atividades referentes a pesquisas, monitoramento, manejo de flora, fauna e bacias hidrográficas e recuperação de áreas degradadas.

2 - Coordenação de Uso Público e Educação Ambiental:

Atividades referentes a relações públicas envolvendo educação ambiental dentro do PETP assim como na sua ZA, incentivos às alternativas de desenvolvimento sustentável para as populações residentes na ZA, recepção de visitantes (comunidade e turistas), manejo de trilhas, oferecimento de atividades recreativas e incentivo à prática de ecoturismo para visitantes.

3 - Coordenação de Proteção:

Atividades referentes à fiscalização da Unidade de conservação e sua ZA, prevenção e combate a incêndios florestais e vigilância patrimonial.

Recursos humanos

133. Para uma eficiente gestão do Parque é necessária a descrição das atividades que devem ser desempenhadas pelos funcionários da administração geral e apoio da UC. As funções sugeridas e suas respectivas atividades encontram-se no **Quadro 5-4**.

Quadro 5-4 - Proposta de quadro funcional da unidade.

ADMINISTRAÇÃO GERAL (SEDE)			
	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	NÍVEL
SEDE	Chefe	Coordenação e gerenciamento, incluindo a logística, definição de diretrizes, objetivos, metodologias, prioridades, técnicas e estratégias de ação, tanto as referentes à pessoal quanto a recursos materiais, patrimoniais e financeiros. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Subchefe	Auxiliar o administrador em suas atribuições, fazer o recebimento e controle do andamento dos documentos e processos administrativos inerentes ao PETP, o controle e registro de pessoal lotado e em atividade, além de responder pelo administrador em sua ausência. Reunir as informações dos coordenadores para organizar o banco de dados para monitoramento dos indicadores de progresso dos planos setoriais e áreas estratégicas. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Coordenador de Uso Público e Educação Ambiental	Planejamento, orientação e supervisão das atividades de uso público e educação ambiental e de capacitação técnica profissional e amadora da comunidade da Zona de Amortecimento. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Coordenador de Pesquisa e Manejo	Planejamento, avaliação e controle dos estudos, pesquisas e monitoramentos ambientais do PETP, além do manejo dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, bacias hidrográficas e recuperação de áreas degradadas, de acordo com as atividades apontadas no respectivo plano setorial. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Coordenador de Proteção	Planejamento das ações de prevenção e combate a incêndios, vigilância e fiscalização da área do PETP e sua Zona de Amortecimento, coibindo a caça, pesca, cortes e desbastes da vegetação, e zelando pelo cumprimento da legislação vigente. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Auxiliar Administrativo	Apoio administrativo dos diversos setores da Administração Geral executando serviços de digitação de expedientes, organizando fichários, arquivos e processos, telefonia e outras atividades de âmbito administrativo.	Médio
	Tesoureiro	Serviços de cobrança e recolhimento de recursos oriundos das atividades de sustentabilidade financeira do PETP, como ingressos, venda de serviços e produtos, entre outros, efetuando o controle e contabilidade em geral, elaborando demonstrativos e balancetes mensais, supervisionando o serviço de caixa e de tesouraria, além de manter suprimento de material específico.	Médio

ADMINISTRAÇÃO DE APOIO (NÚCLEOS)			
	CARGO	FUNÇÃO	NÍVEL
NÚCLEOS	Coordenador de Núcleo	Auxiliar na coordenação e gerenciamento na área de atuação de seu núcleo, devido à grande extensão do PETP, reportando-se ao Administrador Geral. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Técnico de Uso Público e Educação Ambiental	Orientação e direcionamento das atividades de visitação (lazer, interpretação ambiental e ecoturismo) e de educação ambiental na área de atuação do núcleo. Acumula a função de coordenador de núcleo em casos especiais. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Técnico de Pesquisa e Manejo	Assistência técnica às atividades de pesquisa, monitoramento e manejo, organização do banco de dados relativos à área de atuação do seu núcleo. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Superior
	Auxiliar de Uso Público	Atendimento ao público nos centros de visitantes e Unidades de informação, atuando como recepcionista, com a função de orientar e informar sobre atrativos e normas da Unidade, estando disponível para percorrer a área eventualmente. Expediente: específico para cada centro de visitantes, unidade de informação e recepção, conforme indicado no quadro de funcionários por unidade administrativa (**Quadro 5-5**).	Médio
	Auxiliar de Proteção (Guarda-Parque)	Prevenir, fiscalizar e combater incêndios florestais e queimadas, garantir a segurança dos visitantes, empreender ações de busca e salvamento e lavrar autos de constatação de infração. Ficarão lotados nos postos de fiscalização (PF). Expediente: 2 auxiliares / PF / dia. Condução de veículos oficiais para cumprimento de sua função.	Médio/ Superior
	Auxiliar de Campo (Guardião)	Auxiliar, com sua experiência e conhecimento de campo, na localização de acessos, na identificação de espécies, na condução, abertura e manutenção de trilhas, recuperação ambiental e atividades afins.	Fundamental
	Vigilante Patrimonial	Garantir a proteção efetiva do Patrimônio através de planejamento de vigilância incluindo o rodízio de seguranças nas guaritas a serem construídas na sede, núcleos e áreas estratégicas que possuam bens materiais. Expediente: específico para cada guarita de vigilância, conforme indicado no quadro de funcionários por unidade administrativa (**Quadro 5-5**).	Médio
	Auxiliar de Limpeza	Serviços gerais de limpeza e conservação de áreas e materiais dos prédios e instalações do PETP.	Fundamental
	Auxiliar de Manutenção	Armazenamento, controle, manutenção e pequenos reparos dos materiais, equipamentos e veículos.	Fundamental
	Jardineiro	Manutenção (plantio, poda, enriquecimento de solos e irrigação) de jardins e gramados da sede e dos núcleos.	Fundamental

QUADRO FUNCIONAL POR UNIDADE – qualitativo e quantitativo

O quadro de funcionários por unidade administrativa (sede e núcleos) encontra-se no **Quadro 5-5**, a seguir, e ilustrado no mapa 10, em anexo, onde se destacam as áreas de atuação dos núcleos.

Quadro 5-5 - Proposta de quadro funcional por Unidade Administrativa – Qualitativo e Quantitativo.

CARGO	Número de funcionários por SEDE/Núcleo													Total por cargo
	SEDE C. de Macacu	Núcleo Jequitibá		Núcleo Três Picos		Núcleo Macaé de Cima		Núcleo Silva Jardim		Núcleo Paraíso		Núcleo Vale da Revolta		
Chefe	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Subchefe	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Coordenador de Uso Público e Educação Ambiental	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Coordenador de Pesquisa e Manejo	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Coordenador de Proteção	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Coordenador de núcleo	0		0		0		0		0		0		1	**1**
Auxiliar Administrativo	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Tesoureiro	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Vigilante Patrimonial	0	Guarita Pórtico (1/dia + 1/noite)	2	Guarita Pórtico (1/dia + 2/noite)	3					Guarita Pórtico (1/dia + 2/noite)	3	Guarita Pórtico (2/dia + 2/noite)	4	**26**
		Guarita Núcleo/anexos (1/dia + 1/noite)	2	Guarita PF - Caledônia (1/dia + 1/noite)	2	Guarita Núcleo/anexos (1/dia + 2/noite)	3	Guarita Pórtico (1/dia + 2/noite)	3	Guarita PF - REGUA (1/dia + 1/noite)	2	Guarita PF - Jacarandá (1/dia + 1/noite)	2	
Auxiliar de Limpeza	1		1		1		1		1		1		1	**7**

CARGO	Número de funcionários por SEDE/Núcleo												Total por cargo
	SEDE C. de Macacu	Núcleo Jequitibá		Núcleo Três Picos		Núcleo Macaé de Cima		Núcleo Silva Jardim		Núcleo Paraíso		Núcleo Vale da Revolta		
Auxiliar de Manutenção	2		0		0		0		0		0		0	**2**
Jardineiro	1		0		0		0		0		1		1	**3**
Técnico de Uso Público e Educação Ambiental	0		1		1		1		1		1		1	**6**
Auxiliar de Uso Público	0	Uinf - AEI 1	1		0		0		0		0		0	**18**
		Uinf - AEI 3	1		0		0		0		0		0	
		Uinf - AEI 4	1		0		0		0		0	Uinf - AEI 7	1	
		Uinf - AEI 5	1	Uinf - AEI 2	1		0		0	Uinf - AEE 2	1	Uinf - AEE 3	1	
		C. visitantes	2	C. Visitantes	1	Recepção	1	Recepção	1	C. visitantes	3	C. visitantes	2	
Técnico de Pesquisa e Manejo	1		0		0		0		0		0		0	**1**
Auxiliar de Campo	0		5		4		4		2		6		8	**29**
Auxiliar de Proteção (Guarda-parque)	0	PF-núcleo (2/dia + 2/noite)	4	PF- núcleo (2/dia + 2/noite)	4	PF- núcleo (2/dia + 2/noite)	4	PF- núcleo (2/dia + 2/noite)	4	PF- núcleo (2/dia + 2/noite)	4	PF - núcleo (2/dia + 2/noite)	4	**36**
			0	PF - AEI 3 (2/dia + 2/noite)	4		0		0	PF - AEE 2 (2/dia + 2/noite)	4	PF - AEI 8 (2/dia + 2/noite)	4	
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	**12**	**21**		**21**		**14**		**12**		**26**		**30**		**136**

Obs.: A quantidade de funcionários que desempenham a função de auxiliar de uso público, vigilante patrimonial e auxiliar de proteção prevista neste quadro, não considera a escala de trabalho dos mesmos, somente o expediente necessário.

5.6.6.2 - Programa de Infraestrutura e Equipamentos

Objetivo: dotar a UC de infraestrutura e equipamentos adequados que possibilitem o desempenho de sua função.

Obs.: A esquematização proposta das principais estruturas da Unidade por núcleo é apresentada na **Figura 5-12** e os modelos de construções propostos são apresentados no **Anexo C**.

Atividades:

134. Construir 2 núcleos administrativos no Parque, Vale da Revolta e Silva Jardim. Reformar e adaptar as construções dos núcleos Três Picos, Macaé de Cima, Jequitibá e Paraíso;

135. Implantar os centros de visitantes nos núcleos Vale da Revolta, Paraíso, Jequitibá e Três Picos de acordo com modelo proposto em projeto específico (módulo 6);

136. Instalar salas de recepção ao visitante com computador e material informativo nos núcleos Silva Jardim e Macaé Cima;

137. As Unidades de Informação (UInf) deverão contar com sanitário público, placas indicativas e estacionamento;

138. Construir/reformar alojamentos para pesquisadores nos núcleos Jequitibá, Vale da Revolta, Paraíso e Três Picos, contendo: dormitório, laboratório e cozinha;

139. Construir/reformar uma residência funcional para o administrador do Parque, nas proximidades da Sede Cachoeiras de Macacu, em local mais afastado das estruturas administrativas;

140. Para a instalação/construções/reformas de infraestruturas devem ser consideradas as seguintes premissas básicas:

    - as propostas devem priorizar as fragilidades das áreas naturais, a redução de resíduos e a utilização de materiais alternativos de origem local, adequados às características culturais regionais e adaptados às formas arquitetônicas do entorno natural, bem como deverão garantir a autosuficiência funcional com o mínimo impacto ambiental;
    - as construções civis que objetivem atender ao visitante e aos funcionários do Parque devem, pelo menos, considerar critérios bioclimáticos e de conforto ambiental (ventos dominantes, insolação, ângulo solar);

- no processo construtivo, deve-se buscar a otimização do uso do espaço, dos materiais de construção e gastos energéticos;
- não será permitido o uso de ar condicionado, com exceção das áreas que tiverem computadores;
- antenas para possibilitar o acesso à internet banda larga deverão ser instaladas em cada núcleo e nos postos de fiscalização;
- para corte de terreno formando taludes com inclinação máxima de 1(H): 1,5(V) deverá haver prévia verificação da estabilidade local, com bermas de alívio a intervalos não maiores que 8 m e largura mínima de 2 m;
- devem ser considerados sistemas de drenagem com previsão de canaletes de crista e outros dispositivos para minimizar os volumes de água que escoam sobre os taludes e saias de aterro;
- sistemas pára-raios devem ser instalados na sede, núcleos, postos de fiscalização e alojamentos, além de outras estruturas, se considerado necessário pela administração do Parque;
- demolir as instalações existentes no Parque após a regularização fundiária, excetuando-se aquelas que podem ser convenientemente reutilizadas para as atividades contidas neste Plano;
- adotar para todos os Portais um estilo arquitetônico que permita uma identidade comum, mas que sejam diferenciados entre si pela temática que fundamentará a área de uso público;
- avaliar a possibilidade de utilizar nas construções, aquecimento da água através de coletores solares planos (serpentinas de cobre com alumínio e com cobertura de cristal laminado);
- planejar sistemas alternativos de geração de energia para uso nas instalações, inclusive por geradores quando em local distante, se necessário;
- estudar, projetar e instalar sistemas de captação e utilização de água fluvial, obtida dos cursos das bacias hidrográficas locais, com garantia de potabilidade para a infraestrutura necessária ao Parque e sem impactar a vazão do corpo hídrico;
- o sistema de esgotamento sanitário (ex.: fossas sépticas) devem estar de acordo com a NBR 7.229/93, sem descartar outras normas ou legislações específicas.
- sugere-se privilegiar formas orgânicas, evitando o excesso de ângulos retos e prover facilidades para manutenção de limpeza (limpeza de botas, duchas no exterior, áreas para colocar capas ou material de chuva, telas mosquiteiras, etc.);

- a construção e a decoração interna deverá sempre aproveitar materiais e mão-de-obra locais, incluindo artistas regionais;
- as construções necessárias à administração da Unidade deverão ser o mais semelhante possível quanto à estrutura, acabamento, decoração e sinalização.

141. Implantar estruturas especiais de apoio aos visitantes, como: estacionamento, lanchonetes, sanitários, bebedouros e loja de souvenir; instalar bancos, mesas e brinquedos infantis originais na parte externa dos núcleos, voltados para o entretenimento de famílias que frequentam a Unidade;
142. Instalar lixeiras de coleta seletiva na sede, núcleos, centro de visitantes e unidades de informação. Nas trilhas, cachoeiras e mirantes não serão instaladas lixeiras, já que tais locais serão objeto de campanhas de informação (placas e materiais informativos disponíveis nas UInfs) para que os usuários não deixem lixo nos mesmos;
143. Implantar planos de gerenciamento de resíduos sólidos no Parque;
144. Implantar sistema de biodigestor para a produção de gás de cozinha;
145. Dar continuidade ao calçamento da estrada de acesso à sede principal do Parque, revitalizar os acessos dos outros núcleos e áreas de uso público, permitindo o tráfego de veículos e garantindo segurança aos usuários;
146. Construir 9 Postos de Fiscalização (PF), sendo 6 vinculados aos núcleos e 3 nas seguintes Áreas Estratégicas: AEI 2, AEI 7 e AEE 2 e uma edificação para a Central de Prevenção e Combate a Incêndios do Estado do Rio de Janeiro;
147. Construir 8 Unidades de Informação (UInf) com sanitários e placa indicativa, uma em cada área estratégica, quais sejam: AEI 1, AEI 2, AEI 3, AEI 4, AEI 5, AEI 7, AEE 2 e AEE 3;
148. Construir 4 áreas de campings (núcleos Três Picos, Macaé de Cima, Vale da Revolta e Jequitibá), com estacionamento, instalações sanitárias e lanchonete com refeitório;
149. Construir abrigos ao longo de trilhas de maior comprimento com o objetivo de atrair visitantes com este perfil para realização de travessias, especialmente na trilha do Faraó;
150. Construir pórticos nas entradas de cada núcleo com guarita, cancela e estrutura para cobrança de ingressos (bilheteria);
151. Construir 10 guaritas de vigilância patrimonial para proteção dos bens materiais alocados nas instalações do próprio núcleo e anexos (postos de fiscalização, campings, alojamentos) e nos postos de fiscalização do Caledônia, Jacarandá e Guapiaçu. A alocação dessas encontra-se no **Quadro 5-5**, apresentado anteriormente;

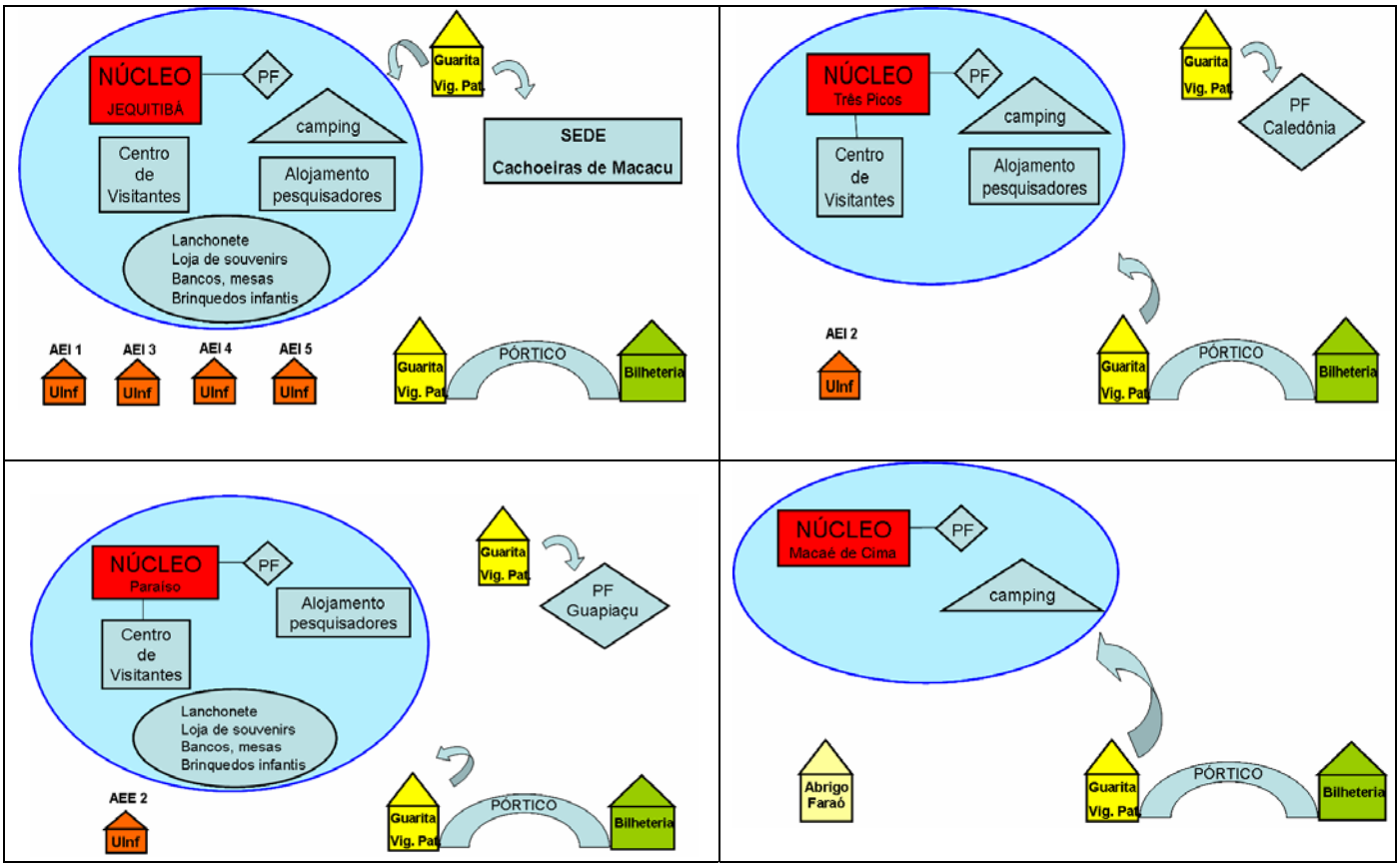
152. Implantar projeto de sinalização da UC, com base no levantamento preliminar para a sinalização dos atrativos realizado pela Coordenação de Uso Público do Parque, considerando três tipologias de placas:

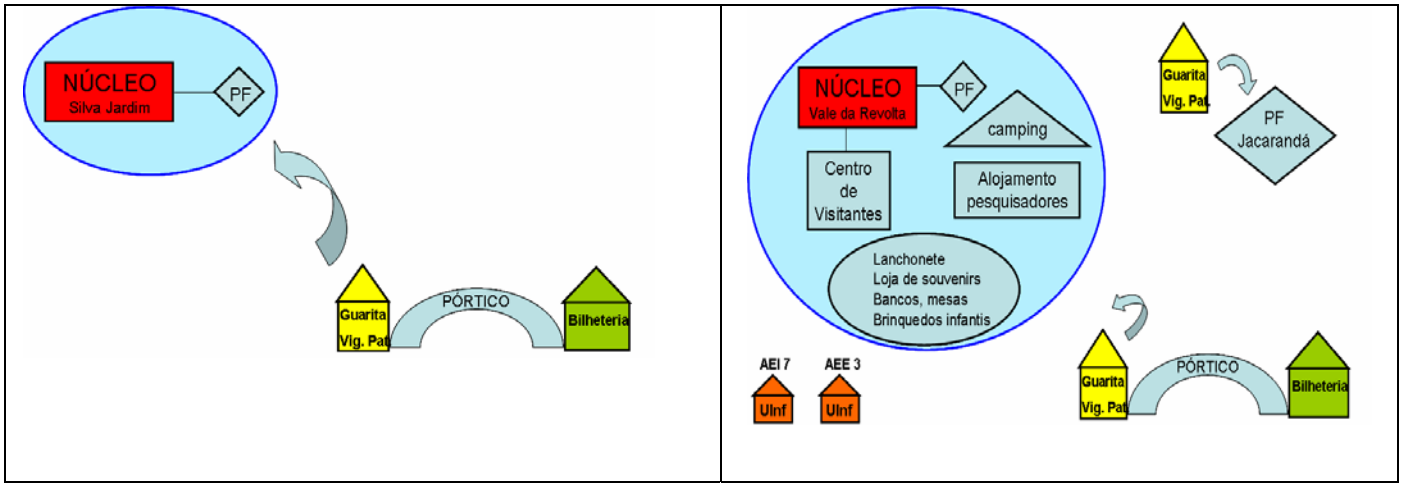
   a. Placas Informativas: contem informações relativas ao atrativo em questão, distância em metros e/ou quilômetros, croqui de localização, etc. Estas placas devem ser instaladas em pontos de relevante interesse paisagístico, histórico, cultural, ecológico, geológico, hidrográfico e geográfico;

   b. Placas indicativas (setas): devem ser instaladas ao longo das trilhas nos pontos em que possam trazer dúvidas ao caminhante, a fim de indicar a direção, especialmente em bifurcações. Sugere-se também, que sejam informadas distâncias em metros e/ou quilômetros e croqui de localização quanto ao caminhante na trilha; e

   c. Placas interpretativas: devem ser instaladas em pontos específicos, que permitam a abordagem de temáticas educativas relacionadas aos recursos existentes no atrativo em questão.

153. Instalar equipamentos de monitoramento (pluviômetro e psicômetro) em cada núcleo e 2 estações meteorológicas em pontos estratégicos da Unidade;





LEGENDA: Posto de Fiscalização (PF), Unidade de Informação (UInf), Vigilância Patrimonial (Vig. Pat.), AEI 1 – Área Estratégica Interna Cachoeira Sete Quedas e Furna da Onça, AEI 2 - Área Estratégica Interna Caledônia, AEI 3 - Área Estratégica Interna Pedra do Faraó, AEI 4 - Área Estratégica Interna Valério, AEI 5 - Área Estratégica Interna Antigo Leito Ferroviário, AEI 7 - Área Estratégica Interna Jacarandá, AEE 2 - Área Estratégica Externa Guapiaçu e AEE 3 - Área Estratégica Externa Canoas.

Figura 5-11: Esquematização proposta das principais estruturas da UC por núcleo

154. Dotar a Unidade de equipamentos e material necessários para que seus objetivos sejam atendidos, conforme listado no **Anexo B**.

5.6.6.3 - Programa de Regularização Fundiária

Esse programa é operacionalizado pelo Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF) da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) do INEA, criado no ano de 2008, para atuar nos processos de desapropriação oriundos das Unidades de Proteção Integral do Estado. Nesses casos, a necessidade urgente de se conter o processo de degradação ambiental se impõe como interesse maior da coletividade em detrimento de propriedades privadas que se inserem em regiões estratégicas para conservação, assim definidas pelo poder público, com amparo na Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2.000, Art. 11, § 1º.

155. O programa de regularização fundiária do PETP tem como meta a regularização de 5% da área total do Parque para o Estado por ano, através dos instrumentos e princípios jurídicos estabelecidos nos diplomas legais. Essa meta terá como critérios de prioridade as áreas necessárias à construção de núcleos administrativos, postos de fiscalização e propriedades localizadas nas áreas estratégicas internas do Parque. Atualmente encontra-se em trâmite na Procuradoria Geral do Estado (PGE) a regularização de um total de 2.154,83 ha, sendo 1.681,4 ha no município de Silva Jardim e 473,43 ha em Teresópolis.

5.6.6.4 - Programa de Cooperação Institucional

Objetivo: assegurar a efetividade das ações de gestão propostas nos programas deste Plano de Manejo, por meio da articulação com parceiros públicos e privados.

Atividades:

156. Buscar o alinhamento com os comitês de bacias já formados, que atuam nas regiões hidrográficas em que o Parque está inserido, em sintonia com a Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos;
157. Firmar convênio com instituições que possam dar apoio às atividades turísticas como Associação Brasileira de Guias de Turismo – ABGTUR;
158. Firmar convênio para melhor estruturação e aplicação dos cursos de capacitação relacionados ao Plano Setorial de Integração com a Região da UC;
159. Firmar convênio com a iniciativa privada, ONGs e/ou cooperativas locais que possam administrar serviços relacionados ao uso público nas áreas de atuação dos núcleos, como visitação, ecoturismo, educação e alternativas de desenvolvimento;
160. Fortalecer parcerias consolidadas com o Parque, como Espaço Compartilharte, Tereviva, IBELGA e REGUA, dentre outros, visando à ampliação das ações regionais ou conjuntas;
161. Buscar apoio junto aos municípios abrangidos pelo Parque, cujas prefeituras serão contempladas com ICMS Verde, com a disponibilização de:
    - funcionários para integrar a equipe administrativa da UC;
    - áreas ou logradouros a título de utilidade pública, para construção de Unidades de informação e instalações de equipamentos educativos.
162. Estudar a viabilidade de trazer o posto do Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente para as proximidades da sede administrativa com a finalidade de otimizar as operações de fiscalização.

5.6.6.5 - Programa de Sustentabilidade da UC

Objetivo: consolidar a gestão da Unidade através de dispositivos de captação de recursos, pela oferta de produtos promocionais e serviços ambientais, de acordo com Art. 33 da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Estadual nº 39.172, de 25 de abril de 2006.

Atividades:

163. Identificar áreas de uso público consolidado e/ou com potencial ecoturístico, que possam vir a ser objeto de concessão de uso, em parceria com a iniciativa privada, tanto para viabilizar os investimentos necessários à implementação dos equipamentos receptivos, bem como viabilizar recursos humanos para condução em trilhas e controle dos acessos. O concessionário será responsável pela implantação dos equipamentos permitidos de apoio aos visitantes, bem com a manutenção, conservação e controle das respectivas áreas;

    Estas áreas referem-se particularmente aos centros de visitantes e aos atrativos no interior do Parque (trilhas, cachoeiras, mirantes, etc.), que devem ser equipados e mantidos, oferecendo condições de conforto e segurança para a visitação e permanência. As áreas terão equipamentos do tipo portaria, estacionamento, restaurantes e bares, campings, pequeno comércio temático, central de guias e condutores turísticos, locação de equipamentos, sanitários, abrigos e refúgios, que podem ser viabilizados por meio dos mecanismos aqui referidos;

    Para viabilizar o investimento nos atrativos, sugere-se a adoção de um sistema de cobrança de ingressos para acesso a áreas destinadas ao uso público. São sugeridos três mecanismos de administração da cobrança pelos serviços ambientais, por terceirização dos serviços (**Figura 5-12**)

1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O atrativo é administrado localmente por pessoa física, instituição privada ou cooperativas locais, subordinados à Coordenação de Uso Público e Educação Ambiental do Parque. O ingresso adquirido é válido para visitação somente do atrativo local;

2. ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO DO NÚCLEO – Todos os atrativos existentes na área de atuação de um determinado núcleo serão administrados por uma instituição privada ou cooperativas locais que estarão subordinadas a Coordenação de Uso Público e Educação Ambiental do Parque. O ingresso poderá ser adquirido em qualquer um dos atrativos ou no núcleo e terá validade para toda área de atuação do respectivo núcleo; e

3. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – Todos os atrativos do Parque serão administrados por uma única empresa contratada que estará subordinada a Coordenação de Uso Público e Educação Ambiental do Parque. O ingresso poderá ser adquirido em qualquer um dos atrativos ou nos núcleos e terá validade para toda área da Unidade.

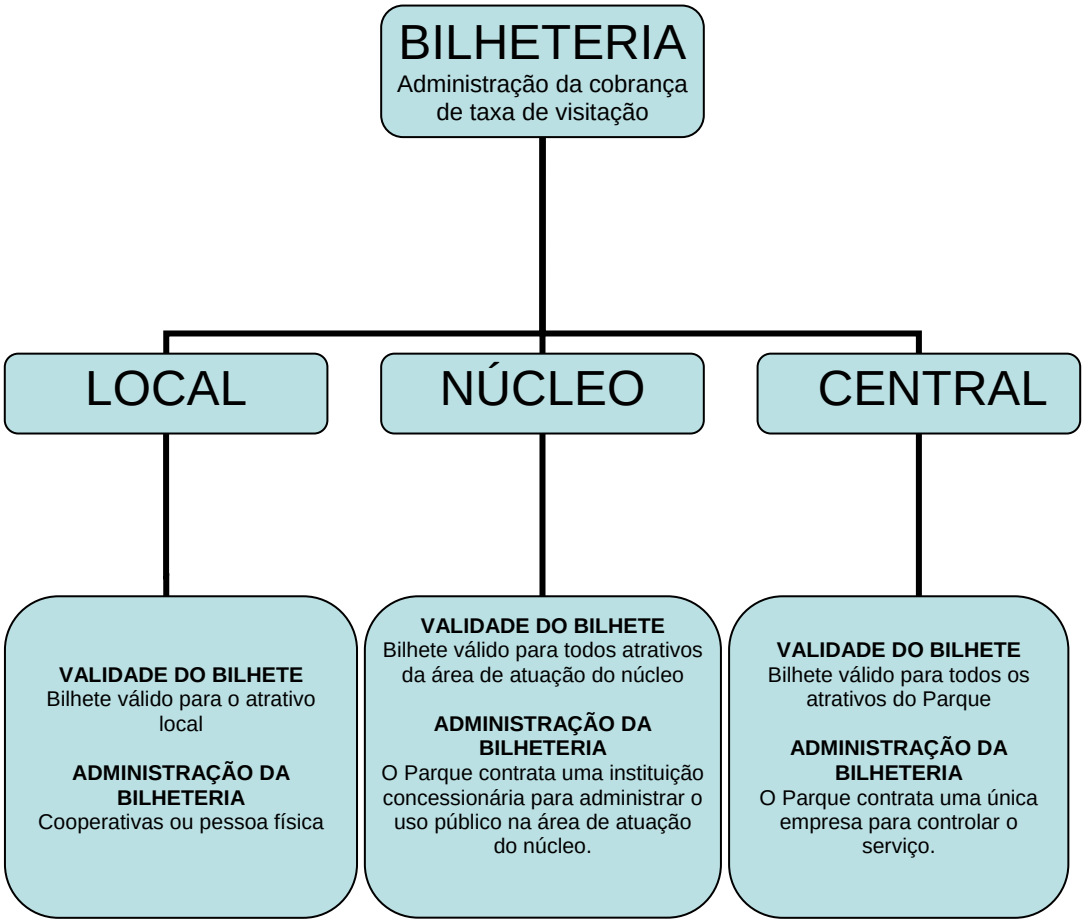


Figura 5-12: Mecanismos propostos para a administração da cobrança de ingressos.

As instituições escolhidas para administrar esses serviços estarão subordinadas à Coordenação de Uso Público e Educação Ambiental, a qual estabelecerá normas e critérios para cada caso, com relação à localização, o tipo e a dimensão dos equipamentos receptivos (recepção, restaurantes e bares, hotéis ou pousadas, campings, pequeno comércio temático, estacionamento, central de guias e condutores turísticos, locação e equipamentos, sanitários, abrigos e refúgios, etc.) bem com os limites de capacidade de cada uma das áreas de uso público;

164. Estudar a viabilidade econômica, considerando os valores de mercado em função das perspectivas de fluxos turísticos e do perfil dos consumidores a fim de definir os valores das taxas de usos, as contrapartidas de investimentos e os prazos de concessão de cada área, em função das suas características, uma vez que os diversos acessos ao Parque, nos diferentes municípios, apresentam situações bastante diferenciadas no que se refere ao valor e à expectativa mercadológica;

165. Priorizar pessoas que tiveram terras desapropriadas para o parque, para proposição de parcerias e terceirização dos serviços de cobrança pelos atrativos locais;

166. Instalação de lanchonetes e lojas de suvenires para venda de produtos promocionais (camisetas, bonés, chaveiros, etc.) nos centros de visitantes e acampamentos, através de sistema de concessão com acordo contratual para as populações residentes na Zona de Amortecimento do Parque;
167. Cobrar pelo uso da imagem do parque para exibição de vídeos e fotografias;
168. Cobrar a contribuição financeira de órgãos e empresas públicas ou privadas, beneficiárias da proteção proporcionada pelo Parque, prevista pelos Arts. 47 e 48 da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000; e
169. Cobrar a compensação ambiental vinculada ao licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, de acordo com o Art. 36 da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000.

5.7 - CRONOGRAMAS FÍSICO E FINANCEIRO

Finalizando o módulo de planejamento deste documento é apresentado, a seguir, a previsão de execução para todas as etapas de implementação do plano de manejo, assim como o custo. Para tanto foram organizadas sob forma de tabelas os cronogramas físico (**Quadro 5-6**) e financeiro (**Anexo D**) deste plano.

Quadro 5-6 – Cronograma físico

Atividades		Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
	Plano Setorial de Conhecimento								
	Programa de Pesquisa								
1.	Elaborar plano de ação para as atividades referentes à pesquisa e estudos.								
2.	Implantar Sistema de Informação Geográfica na UC.								
3.	Criar banco de dados contendo pesquisas já consolidadas e em andamento.								
4.	Promover reuniões entre pesquisadores e comunidades da região para o nivelamento de conhecimento sobre pesquisas desenvolvidas no Parque.								
6.	Incentivar a realização de pesquisas aplicadas e temáticas específicas.								
	Programa de Monitoramento								
7.	Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao monitoramento ambiental.								
8.1.	Monitorar a qualidade do ar na vertente sul do Parque.								
8.2.	Monitorar os estoques naturais do palmito-juçara (*Euterpe edulis*) na área da Pedra do Faraó.								
8.3.	Monitorar as áreas de maior frequência de mortandade de animais por atropelamento.								
8.4.	Monitorar o estado de conservação das trilhas e estradas do PETP.								
8.5.	Conter processos erosivos de trilhas e estradas e fazer isolamento das áreas.								
8.7.	Detectar as áreas com maiores riscos e ameaças para a biodiversidade.								
8.8.	Monitorar a efetividade dos corredores biológicos existentes na ZA.								
8.9.	Montar estação meteorológica mínima.								
8.10.	Monitorar a sucessão natural ou induzida nas zonas de recuperação.								
8.11.	Monitorar as populações e comunidades de maior interesse para a conservação.								
8.12.	Monitorar o lençol freático em áreas que sofreram intervenção e estabelecer pontos de amostragem.								
8.13.	Avaliar áreas impactadas pela agricultura dentro do Parque.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
	Plano Setorial de Uso Público								
9.	Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao uso público.								
	Programa de Visitação e Turismo Sustentável								
10.	Elaborar programa de comunicação.								
12.	Criar material informativo (*site* próprio, vídeo demonstrativo e material impresso).								
13.	Realizar estudo de capacidade de carga dos atrativos.								
14.	Controlar a entrada de visitantes no Parque através de registros estatísticos.								
15.	Monitorar e prevenir acidentes com visitantes.								
16.	Elaborar Plano de Manutenção dos atrativos (trilhas, mirantes, cachoeiras, rios e monumentos histórico-culturais).								
	Programa de Interpretação Ambiental								
17.	Levantar as trilhas da unidade e indicar o tipo de uso: público ou da fiscalização.								
18.	Elaborar roteiro interpretativo de trilhas.								
19.	Conhecer os atrativos das trilhas, instalar placas e equipamentos educativos.								
20.	Planejar roteiros de visitação orientada por guias.								
24.	Construir alternativa de acesso para visitantes com necessidades especiais na Trilha do Jequitibá.								
	Programa de Recreação / Contemplação								
25.	Estabelecer roteiros de visitação específicos para públicos diferenciados (idosos, crianças, esportistas, etc.).								
27.	Realizar levantamento de locais propícios para instalação de estruturas de apoio.								
	Programa de Ecoturismo/ Montanhismo								
29.	Divulgar os atrativos de montanha do PETP através de *banners* ilustrativos.								
31.	Construir um sistema de divulgação das vias de escalada e incentivar a prática de montanhismo nas trilhas existentes na área estratégica Três Picos (AEI-6).								
	Programa de Educação Ambiental para Atividades da UC								
33.	Implantar a política estadual de Educação Ambiental na Unidade.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
37.	Desenvolver projetos voltados para o tema das práticas religiosas responsáveis.								
38.	Implementar um programa de avaliação continuada dos projetos de educação ambiental.								
39.	Promover programa de voluntariado.								
	Programa de Áreas Dedicadas a Atividades Religiosas								
40.	Realizar o cadastramento de todas as áreas naturais usadas para fins religiosos.								
41.	Realizar o estudo de capacidade de suporte de áreas sensíveis usadas para atividades religiosas.								
42.	Estabelecer normas para disciplinar o uso das respectivas áreas.								
43.	Desenvolver projeto estrutural para a área de uso tradicional na rodovia RJ-116.								
	Plano Setorial de Integração com a Região da UC								
	Programa de Relações Públicas								
44.	Incentivar e promover a gestão participativa dos integrantes do Conselho Consultivo do PETP, visando maior representatividade na região.								
45.	Promover a troca de informações entre a administração do Parque e a sociedade civil organizada.								
46.	Planejar estratégia de comunicação para dar visibilidade ao órgão gestor do Parque.								
47.	Aprofundar o conhecimento sobre as comunidades do entorno do Parque.								
48.	Promover ações locais através do relacionamento institucional dos núcleos da UC com a comunidade.								
49.	Trabalhar a importância do Parque na mídia local e regional.								
50.	Integrar a ZA ao Programa de Relações Públicas.								
	Programa de Incentivo as Alternativas de Desenvolvimento								
51.	Incentivar a diversificação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento econômico na ZA.								
53.	Promover oficinas para população inserida na ZA voltadas para atividades econômicas sustentáveis, aproveitando também as iniciativas locais já existentes.								
56.	Promover cursos e atividades voltadas ao Montanhismo em parceria com a FEMERJ.								
57.	Promover curso de capacitação para condutores de trilhas.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
	Programa de Educação Ambiental Voltado para o Entorno da UC								
58.	Articular com as secretarias de educação dos municípios do entorno a inserção da temática ambiental nos currículos escolares.								
60.	Criar calendário ambiental de eventos técnicos e comemorativos.								
62.	Promover o treinamento de professores para educação ambiental.								
63.	Promover campanhas de conscientização ambiental com temas específicos (preservação, oferta de serviços ambientais pela UC, prevenção de incêndios e crimes ambientais).								
65.	Trabalhar a imagem da onça junto a comunidade (planejamento).								
65.	Trabalhar a imagem da onça junto a comunidade (execução).								
67.	Criar catálogos de fauna e flora existentes no Parque e *banners* ilustrativos.								
	Plano Setorial de Manejo dos Recursos Naturais								
68.	Elaborar plano de ação para as atividades referentes ao manejo dos recursos naturais.								
	Programa de Manejo de Fauna								
69.	Incentivar projetos de levantamento detalhado de fauna (espécies endêmicas, ameaçadas e bioindicadoras).								
71.	Desenvolver estudos e protocolos para reintrodução, translocação e soltura de espécies na UC.								
72.	Desenvolver estudos para subsidiarem ações de erradicação e controle de espécies animais exóticas e cursos de manejo dessas para os técnicos do Parque.								
75.	Realizar campanhas com a comunidade, de como proceder em casos de acidentes com animais peçonhentos e em casos de necessidade de salvamento da fauna.								
	Programa de Manejo de Flora								
76.	Incentivar projetos de levantamento detalhado de flora (espécies endêmicas e ameaçadas e estudo fitossociológico).								
77.	Realizar coleta rotineira de material botânico através de excursões periódicas, inclusive em locais de maiores altitudes do PETP.								
79.	Desenvolver estudos para subsidiarem ações de controle de espécies exóticas e cursos de manejo dessas para os técnicos do Parque.								
81.	Instalar parcelas permanentes para acompanhar a sucessão vegetal e monitorar a cobertura florestal.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
82.	Implantar sistema de demarcação de matrizes mediante autorização do órgão gestor.								
83.	Desenvolver modelos de recuperação de áreas específicos para cada situação de degradação da UC.								
	Programa de Manejo de Bacias Hidrográficas								
86.	Estabelecer programa de conservação prioritário das principais microbacias responsáveis pelo abastecimento público de água.								
87.	Estabelecer projeto de conscientização da população com abordagem principal na conservação das microbacias do PETP.								
88.	Recuperar e restaurar microbacias degradadas e preservar aquelas que estão bem conservadas.								
89.	Monitorar periodicamente as microbacias a fim de controlar quantidades e qualidade da água, especialmente aquelas localizadas em áreas de uso extensivo.								
90.	Realizar a prevenção e o controle de voçorocas e carreamento de sedimentos nos rios e disciplinar as águas pluviais das estradas.								
92.	Disciplinar as captações de água nos limites da UC.								
	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas								
93.	Identificar o grau de perturbação das áreas indicadas no zoneamento, definir métodos de recuperação a serem aplicados e identificar outras possíveis áreas a serem recuperadas.								
97.	Implantar viveiro florestal temporário.								
98.	Criar projetos, a serem previamente aprovados pelo órgão ambiental responsável, para coleta de sementes no PETP.								
99.	Estabelecer e regulamentar parcerias para a elaboração e implantação de projetos de recuperação ambiental.								
	Plano Setorial de Proteção Ambiental								
100.	Elaborar plano de ação para as atividades referentes à proteção ambiental.								
	Programa de Fiscalização								
102.	Elaborar e manter um banco de dados de ocorrências de crimes ambientais.								
107.	Criar disque-denúncia para a UC e/ ou mecanismo semelhante.								
109.	Realizar trabalhos educativos nas áreas de maior ocorrência de crimes ambientais.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
	Programa de Prevenção e Combate a Incêndios								
113.	Implementar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios.								
	Programa de Vigilância Patrimonial								
115.	Garantir a proteção efetiva do patrimônio através de Plano de Vigilância em áreas que possuam infraestruturas e bens materiais do Estado.								
	Plano Setorial de Operacionalização								
	Programa de Administração e Manutenção								
117.	Elaborar o regimento interno do Parque e disponibilizá-lo nos centros de visitantes e UInfs para os usuários da Unidade.								
120.	Desenvolver cursos de capacitação sobre temas diversos para os funcionários.								
122.	Articular com outras Unidades de Conservação do entorno a formação de mosaico para gestão integrada dessas áreas.								
126.	Realizar o controle das instalações que dão suporte ao funcionamento do Parque através de atividades de manutenção.								
127.	Definir os limites do subsolo e espaço aéreo da Unidade.								
128.	Organizar a estrutura administrativa da Unidade conforme proposto neste programa.								
129.	Incorporar as áreas estratégicas definidas nesse plano de manejo às diretrizes de gestão da Unidade.								
133.	Contratar pessoal de acordo com quadro funcional proposto neste programa.								
	Programa de Infraestrutura e Equipamentos								
134.	Construir núcleo Vale da Revolta.								
134.	Construir núcleo Silva Jardim.								
134.	Reformar e adaptar as construções do núcleo Três Picos.								
134.	Reformar e adaptar as construções do núcleo Macaé de Cima.								
134.	Reformar e adaptar as construções do núcleo Jequitibá.								
134.	Reformar e adaptar as construções do núcleo Paraíso.								
135.	Implantar os centros de visitantes nos núcleos Vale da Revolta, Paraíso e Jequitibá de acordo com modelo proposto em projeto específico (módulo 6).								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
135.	Implantar o centro de visitantes no núcleo Três Picos acordo com modelo proposto em projeto específico (módulo 6).								
136.	Instalar sala de recepção ao visitante com computador e material informativo no núcleo Silva Jardim.								
136.	Instalar sala de recepção ao visitante com computador e material informativo no núcleo Macaé de Cima.								
137.	Construir UInfs nas seguintes áreas estratégicas: AEI 1, AEI 2, AEI 3, AEI 4, AEI 5, AEI 7, AEE 2 e AEE 3, com sanitário públicos, placas indicativas e estacionamento.								
138.	Construir alojamentos para pesquisadores nos núcleos Jequitibá, Vale da Revolta, Paraíso e Três Picos.								
139.	Construir/reformar uma residência funcional para o administrador do Parque.								
141.	Implantar as seguintes estruturas especiais de apoio a visitantes:								
	- estacionamento para veículos nos núcleos Paraíso, Vale da Revolta e Jequitibá ;								
	- estacionamento para veículos no núcleo Três Picos;								
	- estacionamento para veículos nos núcleos Silva Jardim e Macaé de Cima;								
	- estacionamento no acesso a trilha do Mirante e no início da estrada de acesso ao núcleo Jequitibá (para ônibus e micro-ônibus, inclusive);								
	- lanchonetes nos núcleos Vale da Revolta, Paraíso, Jequitibá e Três Picos;								
	- bancos, mesas e brinquedos infantis originais na parte externa dos núcleos Vale da Revolta, Paraíso, Jequitibá e Três Picos.								
143.	Implantar plano de gerenciamento de resíduos sólidos no Parque.								
144.	Implantar sistema de biodigestor para a produção de gás de cozinha.								
145.	Dar continuidade ao calçamento da estrada de acesso à sede principal do Parque.								
145.	Revitalizar os acessos dos núcleos Vale da Revolta, Paraíso e Três Picos.								
145.	Revitalizar os acessos dos núcleos Silva Jardim e Macaé de Cima.								
146.	Construir 3 (três) Postos de Fiscalização nos núcleos Jequitibá, Vale da Revolta e Paraíso.								
146.	Construir 3 (três) Postos de Fiscalização nos núcleos Três Picos, Macaé de Cima e Silva Jardim.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
146.	Construir 3 (três) Postos de Fiscalização nas áreas estratégicas AEI 2, AEI 7 e AEE 2.								
146.	Construir 1 (uma) área de camping com estacionamento, instalações sanitárias e lanchonete com refeitório no núcleo Vale da Revolta e adaptar a do núcleo Três Picos.								
148.	Construir 2 (duas) áreas de campings com estacionamento, instalações sanitárias e lanchonete com refeitório nos núcleos Jequitibá e Macaé de Cima.								
149.	Construir abrigos ao longo de trilhas de maior comprimento, especialmente na trilha do Faraó.								
150.	Construir pórticos nas entradas dos núcleos Jequitibá e Vale da Revolta com guarita, cancela e estrutura para cobrança de ingressos (bilheteria).								
150.	Construir pórticos nas entradas dos núcleos Três Picos e Paraíso.								
150.	Construir pórticos nas entradas dos núcleos Macaé de Cima e Silva Jardim.								
151.	Construir 6 (seis) guaritas de vigilância patrimonial para proteção dos bens materiais alocados nos núcleos Jequitibá, Vale da Revolta e Paraíso.								
151.	Construir 2 (duas) guaritas de vigilância patrimonial para proteção dos bens materiais alocados no núcleo Três Picos.								
151.	Construir 2 (duas) guaritas de vigilância patrimonial para proteção dos bens materiais alocados nos núcleos Macaé de Cima e Silva Jardim.								
152.	Implantar projeto de sinalização da UC.								
153.	Instalar equipamentos de monitoramento (pluviômetro e psicômetro) em cada núcleo e 2 estações meteorológicas em pontos estratégicos da Unidade.								
154.	Dotar a Unidade de equipamentos e material necessários de acordo com o que foi proposto neste programa.								
	Programa de Regularização Fundiária								
155.	Dar apoio ao órgão gestor no cumprimento da meta de regularização fundiária de 5% da área total do Parque para o Estado por ano.								
	Programa de Cooperação Institucional								
156.	Buscar o alinhamento com os comitês de bacias já formados, que atuam nas regiões hidrográficas em que o Parque está inserido.								
157.	Firmar convênio com instituições que possam dar apoio às atividades turísticas.								

	Atividades	Ano 1 (trimestre)				Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		1	2	3	4				
158.	Firmar convênio para melhor estruturação e aplicação dos cursos de capacitação relacionados ao Plano Setorial de Integração com a Região da UC.								
159.	Firmar convênio com instituições que possam administrar serviços relacionados ao uso público nas áreas de atuação dos núcleos.								
160.	Fortalecer parcerias consolidadas com o Parque, como Espaço Compartilharte, Tereviva, IBELGA e REGUA, dentre outros.								
161.	Buscar apoio junto aos municípios com a disponibilização de funcionários para administração do Parque e logradouros públicos para edificações.								
162.	Estudar a viabilidade de trazer o posto do Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente para as proximidades da sede administrativa.								
	Programa de Sustentabilidade da UC								
163.	Identificar áreas de uso público que possam vir a ser objeto de concessão de uso através de parceiros das iniciativas privadas/instituições.								
163.	Implantar o sistema de concessões de uso público através da celebração de convênios com os parceiros pré-definidos.								
164.	Definir os valores das taxas de usos, as contrapartidas de investimentos e os prazos de concessão de cada área de uso público.								
166.	Implantar sistema de concessão com acordo contratual para as populações residentes na ZA do Parque para gerência de lanchonetes e lojas de suvenires.								
167.	Cobrar pelo uso da imagem do parque para exibição de vídeos e fotografias.								
168.	Cobrar a contribuição financeira de empreendimentos beneficiários da proteção proporcionada pelo Parque, prevista no SNUC.								
169.	Cobrar a compensação ambiental vinculada ao Licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, de acordo com o SNUC.								